

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA : *UMA*
*CONSTRUÇÃO SOCIAL***

MARIZA SPANGHERO FERREIRA

FLORIANÓPOLIS

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA : *UMA*
*CONSTRUÇÃO SOCIAL***

MARIZA SPANGHERO FERREIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA,
COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM PSICOLOGIA.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a CARMEN SILVIA DE
ARRUDA ANDALÓ

CO-ORIENTADORA: PROF^a DR^a MARIA JURACY
TONELI SIQUEIRA

FLORIANÓPOLIS

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA – UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

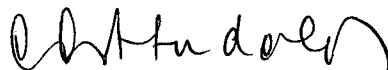
Mariza Spanghero Ferreira

Dissertação defendida como requisito básico para obtenção de Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Área de Concentração Psicologia e Sociedade e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dr. José Carlos Zanelli
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



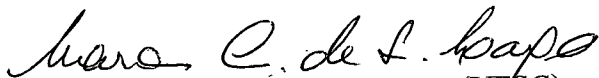
Profª Drª Carmem Silvia de Arruda Andaló (UFSC)
Orientadora



Profª Drª Maria Juracy Toneli Siqueira (UFSC)
Co-Orientadora



Profª Drª Teresa Kleba Lisboa (UFSC)



Profª Drª Mara Coelho de Souza Lago (UFSC)

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM, 28/06/2000.

*Dedico a todas e todos os adolescentes grávidos,
que continuem gestando amor
ao longo de suas vidas.*

*Aos seus pais que souberam aprender,
crescendo com seus filhos.*

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Carmen Silvia de Arruda Andaló, minha orientadora, que por sabedoria e respeito caminhou comigo pelos trajetos e percalços.

À professora doutora Maria Juracy Toneli Siqueira, minha co-orientadora, que pelo incentivo e orientações oportunas, me ajudou a superar obstáculos.

À Maria Inês Pagano Gasperini e Maria Dolores Biz Canela que por acreditarem que eu queria realmente aprender, me disponibilizaram seus conhecimentos.

Às professoras Mara C. de Souza Lago e Maria da Graça Soares pela grandeza de propósito quando o objeto é o aluno.

À Elaine Pauly Fernandes e Maria Taís de Melo que abriram um espaço em seus grupos de adolescentes grávidas para que coubessem meus anseios.

À CAPES cujo apoio financeiro possibilitou ampliar a busca por novos conhecimentos.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vii
1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	19
3 CAMINHO METODOLÓGICO	20
4 A DIFÍCIL PROCURA POR SUJEITOS	27
4.1 Iniciando a busca	28
4.2 Consultórios particulares	29
4.3 As escolas	34
4.4 Maternidade Carmela Dutra	35
4.5 Hospital Regional de São José	41
4.6 O Programa do Adolescente	42
5 OS SUJEITOS	46
5.1 O primeiro casal: Elisa e Carlos	46
5.1.1 Carlos e sua família	53
5.1.2 Elisa em sua família	56
5.1.3 Educação Sexual de Elisa e Carlos	63
5.2 O segundo casal: Marina e Leo	67
5.2.1 Leo, o namorado de Marina	71
5.2.2 Marina e seus pais	81
5.2.3 Cláudio, o irmão	91
5.2.4 A silenciosa educação Sexual	93
6 REPENSANDO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	96

6 REPENSANDO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	96
6.1 A construção social da adolescência	96
6.2 Adolescência e direitos sexuais	103
6.3 Gravidez na adolescência	106
6.4 A apropriação do significado de prevenção	118
6.5 Quem ouve o que as adolescentes têm para falar ?	126
6.6 Educação sexual na escola: espaço para conceder a palavra e dar ouvidos	129
6.7 E os pais onde estão ?	141
6.8 "A mãe do meu filho sou eu"	149
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
8 ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA O CASAL GRÁVIDO	161
9 ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PAIS	162
10 ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFISSIONAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

RESUMO

Neste trabalho propõe-se estudar a gravidez na adolescência, por meio dos relatos da vivência desse período, realizadas por dois casais, na faixa etária compreendida entre 14 e 19 anos. Utilizando o método do estudo de caso, vale-se de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a esses dois casais, a seus pais e a dois profissionais da saúde. Investiga se a educação sexual recebida na família e na escola promove a apropriação do conceito de contracepção. Nesse sentido, as reflexões valorizam a participação masculina e feminina na concepção, privilegiando a relação do casal como espaço de investigação dos significados da prevenção. Em relação à faixa etária investigada, busca compreendê-la num dado contexto sociocultural e por isso relativizada em cada cultura e em cada segmento de uma mesma cultura. Por essa ótica, este estudo considera a gravidez na adolescência uma construção coletiva e parte do pressuposto de que os adolescentes se constituem nas relações sociais estabelecidas em um momento histórico, fazendo parte de uma rede de relações intergeracionais. Dada a complexidade do tema e do próprio fenômeno da adolescência, a pesquisa buscou reunir a perspectiva de várias ciências, entendendo só assim ser possível dimensionar alguns aspectos dessa complexidade. Dessa forma, busca apoio da Psicologia, da Antropologia, da Educação e da Saúde. As reflexões decorrentes desta análise permitiram verificar que a gravidez na adolescência é, na atualidade, um fenômeno que protagoniza as contradições sociais e familiares do momento ao qual está conectado, sendo o adolescente um dos agentes, entre tantos outros, dessa construção que é cultural e histórica. Constata

ainda que, embora haja um esboço de mudança no que diz respeito à educação sexual dos filhos, ainda prevalece o estilo tradicional que se reduz à mera advertência e "alerta" para os riscos que preocupam os pais. Assim sendo, permite-se observar que não se trata de uma educação sexual propriamente dita. A inclusão dos pais dos adolescentes no estudo, embora difícil, contribuiu para iluminar algumas questões de gênero que perpassam pela relação dos casais e apontam para novos modos de cuidar dos filhos.

ABSTRACT

This essay proposes to study teenage pregnancy, through accounts of experiences in this period, performed by two couples, with ages ranging from 14 to 19 years old. Applying the case study method, it makes use of semistructured interviews, applied to these two couples, their parents and two professionals in the health area. It investigates if the sexual education received from the family and at school promotes the appropriation of the contraception concept, privileging the couples' relationship as an investigation space of the meanings of prevention. In relation to the investigated age range, it aims at understanding it within a certain social-cultural context and so it is considered relative to each culture and to each segment of a given culture. Under this view, this study considers teenage pregnancy as a collective construction and starts from the assumption that the teenagers constitute themselves in the relationships established at a historical moment, making part of a net of intergenerations relationships. Given the theme's complexity and the teenage phenomenon itself, the research aimed at gathering the perspective of several sciences, believing that only through that is the dimensioning of some aspects of this complexity possible. This way, it seeks support in Psychology, Anthropology, Education and Health. The resulting reflections from this analysis allowed the verification that teenage pregnancy is, nowadays, a phenomenon that highlights the social and familiar contradictions of the moment to which it is connected, being the teenagers some of the agents, among many others, of this construction that is cultural and historical. It still shows that, although there is a rough attempt at changing what concerns children's sexual education, the traditional style, which is just a mere warning and an "alert" to the risks that worries the parents, still prevails. Thus, it allows us to observe that it is not a sexual education per se. The inclusion of the teenagers' parents in the study, although difficult, contributed to brighten up some questionings of gender that pass through the couples' relationship and point out new ways of taking care of the children.

1 INTRODUÇÃO

A análise do fenômeno da gravidez na adolescência nas camadas média e média-alta a que este estudo se propõe, busca compreender como a gravidez, a maternidade e a paternidade entre os adolescentes são significados de acordo com os padrões culturais contemporâneos.

Os adolescentes são sujeitos sociais, e como tal só podem ser compreendidos com base nas condições histórico-culturais da sociedade onde se inserem, como apontam os estudos desenvolvidos segundo a perspectiva de Vygotsky (1984), Goes(1991), Pino (1993), haja vista as diferenças entre os adolescentes urbanos e os das zonas rurais, os indígenas, ou os das culturas tribais como evidencia Margareth Mead (*apud* Ferreira, 1978).

A adolescência, tal como é conhecida hoje nas sociedades ocidentais, tem suas raízes no ideário burguês e nas transformações sociais desencadeadas pelo processo da industrialização. No início deste século abre-se para os jovens um novo espaço na configuração social, qual seja, o de agenciadores da reconstrução de uma sociedade que saía alquebrada pelos efeitos das guerras mundiais. O refazer social nos moldes burgueses era a tarefa histórica atribuída à juventude naquele momento.

Gerada em meio aos anseios da burguesia, a adolescência atual das camadas médias tem a seu dispor um tempo destinado aos estudos e ao "desfrutar a vida", enquanto se prepara para a etapa das responsabilidades, que compreende o trabalho produtivo e a constituição da família. Tradicionalmente nesse período de moratória, situado entre a infância e a vida adulta, é que a gravidez é geralmente concebida pelos próprios adolescentes e seus familiares como um problema, cujo ônus recai tanto sobre os indivíduos em particular quanto sobre a sociedade.

Para analisar o fenômeno da gravidez na adolescência, primeiramente é imprescindível situar de qual adolescência se está falando, de que camada social, nível de instrução, de que faixa etária, etc. Isso porque não se trata de uma adolescência, mas de várias, dependendo do contexto socioeconômico e cultural de origem.

Sendo assim, a generalização da "adolescência" implica uma abstração que limita de tal modo o conceito que exclui a possibilidade de reconhecimento de adolescentes diferentes do padrão existente em determinada sociedade. Contudo, em todos os casos é possível deparar-se com um quadro complexo e contraditório em que se assiste, por um lado, a um apelo e uma estimulação maciça da sexualidade pelos meios de comunicação (revistas, TVs, cinema, etc.). O que antes era do espaço da intimidade se torna público e global, transmitindo a impressão de liberalidade e permissividade, quando não de consumismo com relação ao sexo. Por outro lado, embora no mesmo contexto, circulam os discursos repressores nos quais a sexualidade via de regra é negada, encoberta ou mal orientada.

Nas escolas públicas e particulares brasileiras a educação sexual sistematizada foi evitada por longo período, dado o seu caráter privado e moralista. Sofria a influência das relações de gênero e acentuava as desigualdades sociais entre as meninas e os meninos.

Em geral, aprende-se desde a infância que o "falar sobre sexo" deve ocorrer às escondidas, sigilosamente, razão suficiente para torná-lo mais complexo do que algo que é discutido de forma aberta. Foucault (1988) captou bem em suas análises esse modo repressor de tratar a sexualidade que ainda circula em várias instâncias da sociedade (nas instituições familiares, escolares, etc). Segundo ele, a repressão sexual iniciada no século XVII, não impôs o silêncio ao sexo e nem o deixou na obscuridade, mas o valorizou como segredo.

A educação sexual dos jovens começa na instância familiar onde, desde o nascimento, os padrões culturais de feminino e masculino (gênero) já se impõem às crianças através das expectativas e dos preparativos dos pais para receber o futuro membro da família, passando pelos modelos percebidos nas relações desenvolvidas nessa matriz básica. De forma explícita ou velada, a educação sexual inicia-se na convivência cotidiana da família ou em outro *habitat* que acolhe crianças desde o início de suas vidas.

Contemporaneamente, a escola vem sendo responsabilizada pela tarefa de educar sexualmente seus jovens, impelida a assumi-la quase que de forma solitária, quando a ela deveria caber apenas uma parte dessa tarefa, já que a família e a sociedade vinha atribuindo a responsabilidade primeira. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma estratégia que contribua para alterar esse quadro, devolvendo aos pais a responsabilidade de orientar sexualmente seus filhos antes mesmo da idade escolar.

Tendo vivenciado esta problemática em escolas de 1º e 2º graus, na qualidade de professora de Educação Sexual e pela prática da Orientação Educacional, deparei-me, não raro, com as contradições que envolvem a questão. Em geral, nessas instituições educacionais o que se encontra são jovens inquietos ante adultos não muito hábeis ou seguros no trato da questão. Atenta ao trabalho que me era dado desenvolver, refletia sobre o seu alcance, e o fato de repensá-lo hoje leva a questões pouco compreendidas por mim e pelos meus pares. Muitas perguntas inquietavam-me: o que seria necessário para que o adolescente se reconhecesse nas pautas da Educação Sexual que foi para ele planejada? A metodologia estaria ou não coerente com o fim proposto? Seria possível informar e discutir acerca da sexualidade somente durante a disciplina Educação Sexual, limitada a um tempo didático? Por que, mesmo não desejando e estando informados, ainda assim os jovens engravidavam? As perguntas se multiplicavam.

Da necessidade e do desejo de ajudar a compreender essas questões, emergiu o interesse em analisar a vivência da gravidez na adolescência procurando identificar que outros aspectos, além do informativo, são constitutivos do comportamento sexual-reprodutivo nessa fase do ciclo vital. Investigar a educação para a sexualidade na família, na escola e que relações poderia haver entre esta educação, os cuidados reprodutivos e a formação dos conceitos acerca da contracepção foram os objetivos desta dissertação.

O levantamento bibliográfico efetuado indicou que os estudos a respeito da gravidez na adolescência foram iniciados em 1986, na área médica¹, tendo passado um período de 10 anos com esparsas publicações². Esses estudos começaram a intensificar-se a partir de 1996 com Trindade e Bruns, Jorge Lyra, Cavasin, Heilborn e o Ministério da Saúde, no Brasil, além de Lamb, Olavarria, Vaidés em outros países. A maioria dos trabalhos tinha o foco principal centrado na figura feminina (a mãe), fazia uso da perspectiva médica e psicanalítica e dava preferência a estudos referentes às camadas populares. Mais recentemente vêm sendo incluídos os jovens do sexo masculino, ampliando assim a questão da paternidade adolescente.

Enquanto explorava a temática em publicações e congressos, ouvia e lia freqüentemente profissionais que outorgavam sentidos, davam sua versão sobre os adolescentes ou sobre a gravidez na adolescência. Falavam por eles. E os adolescentes onde estavam? Queria ouvi-los sem tradutores ou representantes... falando por si mesmos...relatando sua experiência como jovens grávidos. Será que "o difícil", seria realmente aquilo que os estudiosos diziam ser? Não estaria o mundo adulto atribuindo aos adolescentes as suas próprias dores? Desse modo não me contentei enquanto não lhes dei direito a voz.

¹ Carmem Barroso (UNICEF,1986), Elias Darzé (1986).

² PUCCAMP, 1990. BEMFAM, 1992, Banco de Teses da UFSC, PUC/SP e USP a partir de 1993

Pelo que foi possível constatar, a história do estudo deste tema nasceu nos domínios médicos, passou pela Psicanálise, chegando aos dias atuais como tema de interesse da esfera da saúde reprodutiva, da Educação, da Enfermagem, da Antropologia, da Psicologia, sob a perspectiva dos estudos de gênero.

A gravidez entre os jovens é um fato social cuja significação ocorreu de forma diferenciada nos diversos momentos da história brasileira. Como apontou Gilberto Freire (1981), as mulheres no Brasil colonial, a partir dos 12 anos já se encaminhavam para o casamento e para a maternidade. O casamento era com um homem mais velho que de algum modo sustentaria a família e não se falava em adolescência. Por evidências históricas como esta, é possível perceber que a significação da gravidez na adolescência se modifica de acordo com as redes de relações culturais, econômicas e sociais constituídas entre os homens. Seja a gravidez na adolescência uma expectativa dentro do casamento ou consequência de maior liberdade sexual, ela reflete os padrões culturais de uma época e quaisquer procedimentos para compreendê-la requerem uma análise com base em alguns parâmetros sociais.

Basear-se no argumento, tradicionalmente usado pelos pais e até por muitos estudiosos, de que a imaturidade associada às incongruências da juventude são razões suficientes para explicá-la, é uma perspectiva, no mínimo, precipitada. Partindo da concepção histórico-cultural de que os homens se constituem como sujeitos nas e pelas relações sociais estabelecidas em um momento histórico dado, é um equívoco compreender as ações dos adolescentes como fenômenos meramente individuais, restritos à particularidade dos sujeitos. São, antes, formas de ação social que vinculam o plano intersubjetivo ao plano da ação entre os sujeitos, já que não há ação individual dissociada das ações sociais (Góes, 1991). Partindo desta ótica, a ocorrência da paternidade e da maternidade na adolescência tem, como um dos seus aspectos principais, a expressão dos valores de sua época.

Foi constatado também através da literatura e nos programas de acompanhamento e assistência à maternidade a quase exclusão do pai no processo da gravidez. O fato de que vários segmentos sociais, por intermédio dos múltiplos profissionais, centralizam a atenção na mãe adolescente, leva à consideração do fenômeno enquanto vivência só feminina. Desta forma, reforçam na mulher, a mãe, figura idealizada pela cultura. Tal perspectiva pode ser considerada insuficiente pois nela "Dimensiona-se apenas metade de um problema que certamente só poderá ser compreendido e equacionado quando considerarmos ambos os protagonistas em todos os momentos desse elo". (Barroso et al., 1986, p.119).

Ao eleger a abordagem histórico-cultural como uma lente para compreender a gravidez na adolescência na atualidade, parti de alguns pressupostos, entre os quais de que cada indivíduo tem uma particularidade, uma subjetividade que lhe é própria, uma singularidade que não se repetindo, o distingue de todos os outros, e que sendo particular e social, ao mesmo tempo é mutante, dependendo da relação estabelecida com o(s) outro(s). Ao se constituir como sujeitos, os indivíduos o fazem em espaços de relações simbólicas entre eus e outros que se constituem mutuamente. São sempre sujeitos sociais (Pino, 1992, Oliveira, 1995, Góes, 1991), não havendo sujeitos individuais que se relacionam com o social. Não há uma ponte que leva um ao outro, ou uma fronteira que delimita o social do individual, sendo impossível localizar o que vem primeiro. Trata-se de processos simultâneos, que se relacionam dialeticamente, de forma mutuamente constituinte.

Ao partilhar do pressuposto de que uma história individual é também social, não pretendo eximir do sujeito a responsabilidade que lhe cabe na construção da própria história, ou que a história individual e a responsabilidade de cada um se torna menos importante frente à responsabilidade social. O que procuro enfatizar é que as condições individuais não se sobrepõem aos aspectos sociais, de modo a colocar os

sujeitos grávidos como responsáveis solitários pelos seus próprios atos. O que pretendi foi fazer uma reflexão que amplia a concepção predominante de que a gravidez na adolescência é sempre precoce e indesejada para todos os adolescentes, embora o seja para vários casos.

Enquanto a gravidez na adolescência, quer no plano do senso comum, quer em vários segmentos da saúde e da educação, ainda esteja somente associada à precocidade e ao indesejável, alguns dados de pesquisa já apontam em outra direção. O Ministério da Saúde e a BEMFAM atualmente indicam que 54% das adolescentes grávidas entrevistadas não desejavam aquela gravidez, mas para o grupo restante é de supor que as adolescentes teriam outros desejos. Dadoorian revela que sua pesquisa em hospital público do Rio de Janeiro contrariou a literatura tradicional ao encontrar adolescentes contentes com a perspectiva de serem mães, desejando seus filhos. Nas suas palavras, "(...) percebe-se que esta gravidez desejada pela jovens, desempenha, assim, um determinado papel na sua vida psíquica e social" (1996, p. 50).

Como é possível observar, os adolescentes não formam um bloco indiferenciado ou homogêneo, independente das relações sociais e das camadas econômicas nas quais estão inseridos. Segundo Heilborn (1998, p. 27)

"O fenômeno da gravidez na adolescência, se está presente em diferentes segmentos sociais, certamente admite configurações distintas em função de um universo mais amplo de valores que estruturam os horizontes subjetivos e sociais das pessoas".

A escolha dos sujeitos de camadas média e média-alta para este estudo, deveu-se ao fato da escassez de estudos voltados a elas, bem como à intenção de explorar a suposição de que "tendo maior acesso à informação e aos serviços de saúde particulares e, tendo pais supostamente mais esclarecidos", tais adolescentes

estariam mais preparados para evitar a gravidez caso ela não fosse desejada. Já em se tratando das camadas populares, essas condições geralmente são mais precárias devido à condição de exclusão social em que vivem.

Os estudos demográficos colaboram para a elucidação da temática quando apontam o panorama relativo às taxas de fecundidade da mulher brasileira. Conforme os dados fornecidos pelo PNDS/1996, a taxa de fecundidade total no Brasil diminuiu. Entre os anos de 1981 e 1986 a média estimada por mulher foi de 3,5 filhos, caindo para 2,5 filhos no período entre 1991 e 1996. Trata-se de uma redução significativa que é encontrada em todas as faixas etárias com exceção da faixa de mulheres situadas entre 10 e 19 anos. Nessa faixa passou de 18,9%, em 1993, para 21,6% em 1996. Os dados do SUS confirmam essa tendência, registrando um decréscimo nos percentuais: 21,41 de partos realizados em 1993, para 24,63 em 1996, e 26,29 em 1998, na faixa etária de 15 a 19 anos. O que mais chama atenção é o aumento de percentual de partos entre adolescentes dos 10 aos 14 anos que em 1993 era 0,93% do total de partos realizados, o que corresponde a 26.505 em números absolutos, passando em 1996 para 1,16 %, o que representa 31.411 partos no total. Os dados do IBGE também confirmam o aumento no nascimento de filhos cujas mães estão na faixa etária dos 13 aos 19 anos.

Os estudos da BEMFAM (Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar) confirmam o aumento regular da taxa de fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos. Em 1996 a média era de uma adolescente grávida para cada grupo de cem. Em 1997 passou para duas e, no ano seguinte, para cinco. A curva ascendente que mostram os números, se dimensionados como fenômeno de natureza social, indicam um crescimento sistemático que merece ser melhor investigado (Cavasin,1998).

Os dados oficiais comprovam a ineficácia das campanhas difundidas pelos veículos de comunicação de massa para o uso de preservativos, da educação sexual nas escolas e na família, evidenciando que somente a informação parece estar sendo

insuficiente para modificar o comportamento sexual, a sua prática. De fato, o que se constata é que parece não ter havido uma apropriação da informação recebida, uma vez que ela não foi empregada para regulação da própria ação.

Formar, além de informar, pode ser um indicativo geral mais recente nos estudos realizados sobre este assunto por Andaló (1998), Cabral (1995) e Brito (1999).

Para chegar ao objetivo desejado neste trabalho, parti também do pressuposto de que para compreender as ações dos adolescentes em relação à prevenção (ou não) da gravidez, seria fundamental conhecer o cenário educativo em que eles se constituíram como sujeitos, as raízes da educação sexual familiar e escolar. Enfim, tentar compreender as origens das significações acerca da relação da sexualidade com a saúde reprodutiva.

Supondo que cada casal de namorados em questão expressaria, por meio de sua história particular o acontecer social em suas vidas, tomei o relato de cada casal como um modo único e particular de significação de gravidez. Evitei partir da premissa de que a gravidez foi indesejada, pensando que, se assim fosse, isso viria com a revelação de seus autores e não com base em um julgamento antecipado.

2 OBJETIVOS

Feitas as considerações iniciais, cabe traçar os objetivos (geral e específicos) que nortearão o trabalho, os passos da pesquisa, imprimindo-lhe, espera-se, coerência e perspectiva e assegurando-lhe um eixo central condutor.

Objetivo Geral

Analisar o fenômeno da gravidez na adolescência, procurando compreender que outros aspectos além do informativo são constitutivos do comportamento sexual, e reprodutivo.

Objetivos Específicos

- 1 - Identificar o papel da informação na constituição dos significados sobre medidas contraceptivas;
- 2 - Investigar a relação entre a educação para a sexualidade e os cuidados com a saúde reprodutiva.
- 3 - Identificar o envolvimento dos pais na educação sexual e na gravidez dos adolescentes.
- 4 - Investigar os impactos da gravidez na vida dos adolescentes e de seus pais.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

A possibilidade de inclusão da subjetividade nos processos metodológicos da pesquisa científica se deve ao desenvolvimento das ciências, em particular, da inserção da dialética marxista que inaugurou o movimento de ida e vinda entre a teoria e a prática, apontando assim uma outra leitura da realidade. Não se trata de considerar apenas a subjetividade dos sujeitos da pesquisa, senão também de reconhecer a implicação da subjetividade do pesquisador que, sendo um sujeito social, compartilha dos valores e do imaginário da cultura em questão. Nas palavras de Soares e Fazenda (1994), "a não-neutralidade valorizada é o reconhecimento do eu como objeto de pesquisa possível". Nesta perspectiva, a inclusão da subjetividade inaugura nova trajetória para a metodologia investigatória. A subjetividade é reconhecida como fonte de informação da individualidade, e esta, por sua vez, é a porta-voz da coletividade. É o meio se expressando através do indivíduo.

O desenvolvimento das ciências sociais permitiu evidenciar a insuficiência ou incompletude dos pressupostos positivistas, cujos estudos eram traduzidos basicamente em parâmetros quantitativos. Dessa evidência surge a abordagem qualitativa.

Defendida, entre outros autores, por Peter Aggleton (1996), essa abordagem favorece processos de investigação quando se pretende identificar os significados no campo da sexualidade. Estabelece que não bastaria narrar experiências de muitos indivíduos para compreender uma mudança coletiva; ao contrário, seria necessário

buscar mecanismos coletivos de mudanças e verificar como repercutem na experiência de cada indivíduo.

O estudo de caso, que é um método por meio do qual se alcançam as metas da pesquisa qualitativa, tem como objetivo chegar a uma compreensão mais abrangente do objeto estudado, permitindo identificar quais são as relações desse objeto com os grupos nos quais se insere, com a estrutura social e com o momento histórico do qual faz parte. Também procede à descrição dos dados, dos sujeitos e das interações entre os atores que se envolvem na constituição do fenômeno estudado. Os sujeitos a que o estudo se refere podem ser pessoas, grupos, instituições ou as relações que entre esses segmentos se estabelecem, desde que em seu conjunto façam sentido com o caso.

Conforme descreve Becker (1994, p. 117), o termo *estudo de caso* tem origem na tradição de pesquisa médica e psicológica, cujo princípio era proceder a uma análise detalhada de um caso individual, explicar a dinâmica e a patologia de uma doença dada. O método supõe que se pode adquirir conhecimento adequado do fenômeno a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais.

Ao tratar de subjetividades compreendendo que elas resultam de trocas históricas e sociais, a escolha pelo Estudo de Caso e pelos depoimentos colhidos através de entrevistas semi-estruturadas, pareceram ser os mais adequados.

Para objetivar a compreensão, o investigador relaciona os fatos e fenômenos que observa com as proposições teóricas, percorrendo um movimento dialético que leva da teoria à prática e vice-versa. Construindo uma teia entre teoria e o material empírico, imprime-se ao estudo uma compreensão mais elaborada do real, assim como relevância científica que é a pretensão primeira do pesquisador.

O investigador correlaciona o estudo de caso a outros métodos como a observação e a entrevista para obter mais acesso às múltiplas faces que o fenômeno estudado pode apresentar. Mune-se desses recursos metodológicos preparando-se para perceber o inesperado, o imprevisto, as novas descobertas que dão sentido ao pesquisar.

A observação é um recurso de especial valor, que permite acesso a dados dificilmente revelados pelas palavras escritas ou faladas. Contudo, considerando que os sujeitos da experiência são os mais competentes e autorizados para explicá-la, elegi a entrevista semi-estruturada para o levantamento dos dados. Esse instrumento é utilizado para coleta de informações obtidas por meio da expressão verbal. Por meio dele, cada dado individual descrito pelo sujeito, permite captar os fatos, as vivências, as subjetividades e os valores dos sujeitos entrevistados (ver Anexos I, II, III). Pode-se cometer uma simplificação ou um reducionismo quanto às suas possibilidades, ao pensá-la como um conjunto de perguntas e respostas que ocorre à parte dos sujeitos nessa técnica envolvidos. Pela sua flexibilidade, permite perceber os processos humanos e, ao mesmo tempo, detectar a dinâmica em que eles ocorrem. As vivências humanas, quando descritas por seus próprios autores, garantem maior fidelidade como expressão de si, o que já não podem revelar os relatos de terceiros ou os dados quantitativos. Através dos dados colhidos nas entrevistas semi-estruturadas, o que se propõe é estabelecer possíveis conexões do fenômeno estudado com o contexto onde ele foi produzido.

A entrevista semi-estruturada se objetiva a partir de uma relação que é estabelecida entre entrevistador e entrevistado, que se modificam mutuamente nesse processo. O entrevistador no papel de agente da pesquisa é quem direciona o caminho da investigação, contudo, a entrevista desenvolve-se num processo de interação em que ambos se implicam, gerando no entrevistador o cuidado de

reapropriar-se constantemente de seu papel de entrevistador e de sujeito que interatua numa relação social, sem enrijecer-se em nenhum desses papéis.

As entrevistas foram planejadas para captar fatos e eventos que indicassem um possível lugar de transmissão e apropriação de conhecimentos relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva, no interior dos lares e da escola. Da mesma forma, de como cada parceiro participou da contracepção, do impacto causado pela gravidez nos adolescentes e em seus pais e das estratégias desenvolvidas no âmbito familiar para assimilar a nova situação. (Ver os roteiros das entrevistas semi-estruturadas no Anexo I).

Foram entrevistados os jovens grávidos, seus pais e profissionais da saúde, para que, por meio de suas falas, fosse possível compreender a rede de interações que conferem sentido à questão da gravidez na adolescência. Trata-se de um fenômeno que tem implicações individuais e sociais, pois, como já foi dito, estes sujeitos expressam, por meio de suas ações, o contexto social com o qual o fenômeno se conecta. Busquei também conhecer as medidas de prevenção escolhidas para evitar (ou não) aquela gravidez, visando compreender os significados atribuídos à prevenção no contexto do namoro.

Os entrevistados, por sua vez, ao relatarem sua história vivida naquele momento, enfatizam aspectos pessoais, o que torna possível a apreensão de si mesmos naquela situação em que estão implicados. Objetivam-se momentos de reflexão e de autoconhecimento que se estabelecem com base na interação que a entrevista promove. Dessa forma, a entrevista semi-estruturada extrapola sua função de instrumental metodológico para, naquele momento, tornar-se um instrumento mediador para a transformação de subjetividades, em cujo âmbito um afeta e é afetado pela ação do outro. Nesse espaço de interlocução, os sujeitos entrevistados, ao tomarem contato com sua história, podem ter a possibilidade de ressignificar suas ações, conferindo-lhes um novo sentido existencial, bem como encontrar soluções

para os problemas atuais e fazer planos para o futuro. Apesar de não se ter tido por objetivo semelhantes transformações, elas se evidenciaram nas ações dos sujeitos.

A entrevista semi-estruturada, dinamizada em torno do argumento da investigação, incide diretamente nas situações de vida do entrevistado. Embora não se tenha como objetivo propor mudanças na vida dos sujeitos, elas podem ocorrer. No caso deste estudo, o reconhecimento da dimensão subjetiva dos sujeitos e o respeito a ela dispensado, possibilitou mudanças significativas que poderão ser constatadas no item 5 referente à descrição dos sujeitos. O fato de rever a própria história e não se sentir censurado, indica ser fundamental para o sujeito, permitindo-lhe posicionar-se diante da situação em que se encontra e ainda modificá-la, se for de sua escolha.

Os sujeitos deste estudo foram dois casais grávidos, seus pais e duas profissionais da saúde. Para chegar a esses sujeitos adolescentes percorri um caminho, ao longo do qual, também entrevistei 13 adolescentes grávidas, seis casais grávidos e participei de dez reuniões de adolescentes grávidos.

Os dois casais sujeitos desta pesquisa serão identificados como Casal A e Casal B. Com o Casal A fiz seis contatos antes do nascimento do bebê e dois após o nascimento. A mãe da garota foi entrevistada duas vezes e a mãe do garoto, uma vez, perfazendo um total de 15 horas de entrevistas.

Com o Casal B foram realizadas cinco entrevistas, sendo quatro com a adolescente e uma com seu namorado. Também foram entrevistados os familiares dessa adolescente: duas entrevistas foram com o pai, uma com a mãe e uma com o irmão. O número total de horas aproximou-se de dez.

Os dados obtidos ofereceram as pistas para a compreensão da necessidade e da eficácia (ou não) da educação sexual nos lares e nas escolas.

O número de sujeitos previstos foi alterado, em relação ao inicialmente planejado, em virtude de dificuldades encontradas quanto à disponibilidade das

pessoas em participarem da pesquisa. O projeto passou por um processo de reconstrução, tendo sido reduzido de três para dois o número de casais. Quanto aos pais, ficou limitado aos que se dispuseram a colaborar.

Toda a caminhada constou dos seguintes passos:

1) Contato com o Coordenador do Setor de Ginecologia do Hospital Universitário e com a coordenação do grupo que trabalha com casais grávidos: setembro de 1998;

2) Entrevista e contatos com duas ginecologistas de adolescentes: Outubro de 1998;

3) Dois colégios freqüentados por alunos de camadas médias. Um colégio público e um particular: setembro de 1998;

4) Ambulatório da Maternidade Carmela Dutra de 13/02/99 a 15/05/99;

5) Programa do Adolescente de 22/05/98 ao início do mês de julho de 1999 (três meses);

6) Hospital São José de 09/11/98 a 5/04/99 (cinco meses);

7) Entrevistas domiciliares.

Reverendo todos os passos dados em busca de três casais de adolescentes grávidos, conforme planejamento inicial, e não conseguindo encontrá-los, não restou outra alternativa senão aceitar a realidade como ela se apresentava. Isso significava encaminhar a pesquisa não mais com três, mas com dois casais.

Durante o período da pesquisa foram realizadas as seguintes entrevistas:

ENTREVISTADO	NÚMERO	QTD ENTREVISTAS
Ginecologista	2	2
Adolescentes do sexo feminino	13	13
Casais	6	14
Pais	1	2
Mães	3	6
Irmãos	1	1
Total	26	38

4 A DIFÍCIL PROCURA POR SUJEITOS

O processo de escolha dos sujeitos foi cauteloso e árduo. Na tentativa de diminuir as possibilidades de erro nessa tarefa, consultei especialistas no assunto antes de decidir o caminho a ser traçado. Pessoas gabaritadas pela academia e especialmente pela experiência consideraram que seria viável encontrar três pares de adolescentes que estivessem grávidos. "Eles são muitos hoje em dia, vai ser fácil", me disseram. As perspectivas eram otimistas e assim, confiante no sucesso do projeto, iniciei as minhas buscas. Poderia procurá-los nos colégios, nas clínicas, nos hospitais. Decidi começar por médicas ginecologistas e obstetras.

Os critérios: a opção recaiu sobre casais de adolescentes grávidos de camadas médias, por se tratar de uma população pouco pesquisada, na faixa etária dos 13 aos 17 anos para as moças e dos 15 a 19 anos para os rapazes. Não seria considerado, como critério para selecioná-los, o tipo de convivência estabelecida entre os casais, ou seja, estarem casados, "juntos", coabitando ou não. Importava que estivessem vinculados um ao outro como pai e mãe de um bebê. A expectativa era de que, com o depoimento de ambos os parceiros, ter-se-ia acesso às particularidades da história de prevenção, das informações recebidas e daquela gravidez. Supunha-se que a riqueza de dados seria maior ao lidar com os dois personagens responsáveis pela presença daquela criança.

Pretendia investigar se a gravidez teria sido resultado de uma escolha, mesmo que unilateral, ou se fora resultante de um descuido na contracepção. Seriam pesquisados os conhecimentos prévios que porventura detivessem sobre o uso dos anticoncepcionais e o que ocorreu naquela situação, que se pressupunha pudesse

4.2 CONSULTÓRIOS PARTICULARES

Após as buscas preliminares de que falei anteriormente, dei prioridade aos consultórios médicos particulares por entender que neles haveria maior concentração de casos e um ambiente de maior adequação para o desvelamento do tema em questão, voltado para camadas médias e altas da sociedade. Partia do pressuposto de que para o consultório vão aqueles que têm uma queixa pertinente sobre vida ginecológica, sexual ou referente à gravidez, e estão procurando orientação, diagnóstico ou tratamento. Supunha também que nesses consultórios, pela natureza dos serviços prestados, os adolescentes se sentiriam mais protegidos para tratar das questões que dizem respeito a seu corpo e sexualidade. Neles, poderia haver também um clima favorável para identificação ou aproximação da clientela jovem, fator reconhecidamente importante para a faixa etária escolhida.

Dentre os inúmeros consultórios ginecológicos existentes na cidade de Florianópolis, que atendem clientela particular e conveniada, foram selecionadas duas profissionais médicas que prestam trabalho especializado a jovens de camadas médias e altas. Com cada uma delas foi realizada uma entrevista semi-estruturada, solicitando indicação de sujeitos. Aqui começava a se delinear um problema que só posteriormente foi possível dimensionar.

No primeiro deles, os casos de gravidez eram ali diagnosticados, porém como não era realizado o acompanhamento pré-natal nem o atendimento da parte obstétrica, o contato com as adolescentes se perdia. No segundo caso, a médica levantou um impedimento de ordem ética para a indicação das adolescentes, a saber, que as camadas médias se resguardam de forma contundente. Havia sido sugerida a ela a possibilidade de a pesquisadora aproximar-se das adolescentes na sala de espera do consultório. Tal proposta, entretanto, não foi aceita pois o procedimento

estaria ferindo o direito à privacidade dos clientes. O bom senso não permitiu qualquer discordância pois se tratava, de fato, de uma situação delicada, que envolve sigilo e discrição. Isso trouxe para a pesquisadora um primeiro entrave, um desafio angustiante na busca de sujeitos.

Isabela e Lorena foram as hebeatas³ colaboradoras. As duas profissionais não só sugeriram caminhos em busca desses sujeitos, como deram depoimentos muito válidos para essa etapa inicial da pesquisa.

Isabela é ginecologista e terapeuta sexual. Oferece consultas particulares e por convênios em seu próprio consultório, a pessoas de camadas sociais de nível médio e alto. Tem 22 anos de experiência profissional e embora preste serviços a adultos, sua preferência é pelos jovens. Declara ter maior identificação com o enfoque educativo e de prevenção, por serem estes mais necessários e apropriados a partir da pré-adolescência. Edita cartilhas e livretos dirigidos ao público pré-adolescente na área da sexualidade e com objetivo de preparar esse público pré - adolescente para o atendimento ginecológico.

Lorena, também ginecologista e obstetra, atende em consultório particular, em maternidades e no SUS.

A percepção das entrevistadas sobre a problemática é privilegiada. Ao expressarem um olhar sensível e amoroso sobre cada caso, percebia-se um genuíno interesse pelos adolescentes e um prazer verdadeiro em estarem orientando jovens nos dramas que envolvem a sexualidade e a gravidez nessa fase da vida.

Os relatos deixaram transparecer que desde os primeiros momentos da consulta promovem um clima afetivo para recebê-las (los), reconhecendo ser esse um momento importante em que os adolescentes têm medo até de expressar por quê estão procurando o profissional.

³ Designação atual aos médicos especialistas em adolescentes.

Lorena, afirma: *"As adolescentes vêm em busca de explicações, por isso é importante que no exame ginecológico elas fiquem bem à vontade. Com o ginecologista é que elas vão se abrir, dizer o que sentem. Já ouviram mil coisas sobre a primeira relação ou estão desconfiadas de uma gravidez ... são muitas as dúvidas"*

Era notória sua preocupação em estabelecer um clima de confiança e de privacidade perante as angústias que essas adolescentes traziam em relação ao próprio corpo, em relação à vivência da sexualidade e, muitas vezes, com a suspeita de uma gravidez nem sempre planejada.

Quanto ao que ocorre quando vêm acompanhadas, Lorena diz: *"Quando elas vêm com o namorado ou o marido, elas não querem que eles entrem. Quando vêm com a mãe, eu peço para a mãe aguardar lá fora na hora das perguntas sobre a vida sexual. As menores, 11 e 12 anos, querem que a mãe fique. As maiores, as que já têm medos, não se opõem à saída da mãe."*

Quanto ao significado da gravidez na adolescência, as médicas entrevistadas partiram do pressuposto de que existe uma diferença com relação à moral sexual que circula nas diferentes camadas sociais, o que vai gerar significados diferentes para a gravidez adolescente em cada dessas camadas.

Nos níveis médio e alto, aparece o receio de que tal acontecimento possa *"sujar o nome da família"*. Há, por outro lado, a questão financeira, pois é preocupante para quem detém os recursos, dividi-los com aqueles que não os têm. Esses sentimentos, entretanto, parecem estar mais vinculados aos pais do que propriamente aos filhos. A esse respeito comenta Isabela: *"Eu já tive casos de mães que forçaram as filhas a fazerem aborto porque, imagina aquele guri, ele não tem nada, tá interessado em ti por causa do dinheiro... na classe baixa não há patrimônio para dividir."*

Quanto ao uso da camisinha, a mesma profissional pondera: *"Entre saber que existe e usar tem uma diferença muito grande"*. Tal afirmação sugere que o fato de

conhecer o preservativo parece não ser suficiente para promover a conduta de prevenção à gravidez e às DST-AIDS. Aponta a presença de dois elementos distintos, um que diz respeito ao plano cognitivo (saber que existe) e o outro que se refere à conduta (usar).

Parece que apenas o domínio cognitivo da informação não é suficiente para promover uma determinada conduta. Isso equivale a dizer que a aprendizagem ou a modificação de uma atitude não está sedimentada somente na cognição. São os aspectos subjetivos e psicológicos como a motivação, o interesse, a vontade que tornam possíveis as mudanças de atitudes e as tomadas de decisão. E, ainda, como se trata de um sujeito social, qualquer decisão tomada está impregnada de valores e preconceitos circulantes.

Isabela declara que: *“A camisinha, em geral, elas usam no começo. São as primeiras relações, depois já tá íntimo, não precisa mais. Em geral os adolescentes são muito fiéis no namoro, ou ele está namorando ou ele ‘fica’ com aquela e transa com ela”*.

Este depoimento realça que a relação de confiança e a fidelidade terminam por fazer o adolescente abandonar a prevenção. Quando se está no começo da relação, quando esta ainda é instável, a camisinha é aceita, mas depois, quando já existe segurança no sentimento do parceiro e a confiança na sua fidelidade, tal artifício torna-se dispensável. É nesse momento que também se percebe confusão entre sentimentos amorosos e atitudes de prevenção à saúde ou à gravidez. É possível que a concepção do amor romântico, simbolizado por um herói que vence qualquer barreira, sustente a crença de que o uso da camisinha pode ser descartado.

Lorena, por sua vez, aponta outros elementos *“elas sempre acham que naquele momento com elas não vai acontecer (a gravidez). Esse pensamento mágico é comum do ser humano, não só do adolescente. O que eu noto, em geral, é que tudo que é negativo a pessoa tenta afastar”*.

A impressão é que os adolescentes, ainda não bem seguros na vivência de sua própria sexualidade, costumam confundir ou não ter bem diferenciado o que é desejo sexual, prazer, fertilidade e prevenção. As sensações até então desconhecidas e o pouco espaço propiciado aos jovens para discutir abertamente as questões ligadas à sexualidade, facilitam para que encontrem no plano imaginário a saída para as dificuldades com que se defrontam. Sustentados magicamente no argumento de que "*comigo não vai acontecer*", terminam por trair a si próprios nas intenções de não engravidar.

Segundo as médicas citadas, a desinformação ou a informação incorreta sobre os efeitos colaterais da pílula anticoncepcional feminina aparecem como motivo para evitá-la. O medo de engordar, por exemplo, é uma das informações incorretas que leva muitas vezes à gravidez na adolescência.

Outro dado apontado como freqüente causa para o não-uso da pílula está relacionado com o medo que a mulher tem de que sua prática sexual seja descoberta. O sexo, quando tratado como tabu ou como prática proibida antes do casamento, está praticamente ausente nas conversas entre pais e filhos. Assim, a prática sexual é excluída como tema, sendo que a presença da pílula na bolsa ou na gaveta denuncia uma conduta sexual que vai provocar desavenças e confrontos familiares. Descobrir a pílula em poder das adolescentes é, para muitas famílias, desvelar uma prática condenada e, não raro, tornar visível uma realidade que os pais não querem enfrentar. Desta forma, as adolescentes ficam duplamente expostas: ao risco da gravidez e a um conflito ainda maior, que é o de estar grávida e solteira.

Sendo o exercício da sexualidade sem a finalidade de procriação dentro da moral cristã vigente considerado algo pecaminoso, também sua prática é tida como uma transgressão, razão pela qual planejá-lo torna-se uma tarefa difícil. Nas relações amorosas entre os jovens parece não haver espaço para premeditação, pois o planejamento já supõe uma escolha consciente daquilo que se quer fazer.

Com outros argumentos enganosos como os de que "*a gente transa tão pouco*" ... "*foi só uma vezinha*", ou "*foi a primeira vez*", as adolescentes justificam ingenuamente, segundo as médicas entrevistadas, por que dispensaram o contraceptivo. Revelam, com isso, o desconhecimento do próprio corpo, o não-reconhecimento de seus desejos, a negação de sua capacidade reprodutiva e o despreparo emocional para a tomada de decisões.

4.3 AS ESCOLAS

Como ainda não conseguira os adolescentes que buscava, novos caminhos deveriam ser procurados. Lorena sugeriu que procurasse o Programa do Adolescente que funciona na Policlínica de Referência Regional ou o pré-natal para adolescentes no Ambulatório da Maternidade Carmela Dutra.

Por um momento hesitei antes de aceitar tal proposta, porque ambos os serviços atendem principalmente as camadas populares, o que implicaria investigar sujeitos que não estavam incluídos nos critérios estabelecidos no projeto inicial. Persisti ainda buscando jovens de camadas médias, tentando localizá-los em colégios.

Foi então escolhida uma escola particular e outra pública, esta ligada à Universidade Federal de Santa Catarina, mas em ambas as respostas foram negativas.

O Serviço de Orientação Educacional da instituição particular declarou que a escola sentia-se eticamente impedida de anunciar qualquer gravidez de seus alunos, desde que compreendia ser este um assunto que cabia à família assumir. Em outro

momento, nesse mesmo colégio, havia um caso que era de conhecimento geral, não havia sigilo a quebrar, mas os familiares do rapaz se recusaram a colaborar.

Na escola pública a informação foi de que não havia nenhuma aluna ou aluno dentro do perfil procurado. Assim, deparei-me com uma das maneiras com que a escola, como representante dos valores da sociedade, trata das questões relativas à sexualidade. Ao pretender ser ética e respeitadora dos direitos individuais, parece dissimular, contornar as questões relativas à sexualidade conforme os preceitos vigentes na vida social.

Enquanto circula uma "*permissão*" social para o sexo comercializado e para a pornografia, contraditoriamente, ao tentar estudá-lo a bem da expressão dos sentimentos, da troca afetiva e dos cuidados do indivíduo para consigo mesmo, inúmeros obstáculos e barreiras impedem a aproximação com as (os) adolescentes grávidas (os).

Estão eles nas reportagens, nas estatísticas, nas estratégias de *marketing*, mas, como possibilidade de estudo da subjetividade, esses adolescentes escapam do alcance do pesquisador.

4.4 A MATERNIDADE CARMELA DUTRA

Tendo transcorrido sete meses de buscas até então infrutíferas, pressionada pelo correr do tempo, optei naquele momento por buscar os sujeitos nas instituições de saúde anteriormente sugeridas por uma das médicas entrevistadas. Em decorrência dessa opção, houve circunstancialmente uma mudança no critério estabelecido para a escolha dos sujeitos. As camadas média e alta seriam

substituídas pelos sujeitos de camadas populares, mantendo para as idades o limite máximo de 17 anos para as moças e 19 para os rapazes.

Vencida pelos fatos, mas persistindo nas metas, dirigi-me ao Ambulatório da Maternidade Carmela Dutra, unidade que destina uma tarde por semana ao atendimento de jovens de baixa renda da Grande Florianópolis, que ali são submetidas aos cuidados e controles médicos até o momento do parto.

A entrada no ambulatório dessa instituição foi facilitada pelo coordenador do Programa de Ginecologia Infanto-Puberal, que dispõe de um serviço específico de pré-natal para adolescentes com menos de 19 anos, visando atender a crescente demanda. Segundo a Dra. Maria Dolores Biz Canela, em entrevista ao Diário Catarinense, em 6 de junho de 1997, "a maternidade na adolescência, que vem aumentando nos últimos anos, está obrigando os hospitais e entidades assistenciais a diferenciar o atendimento a esse tipo de problema."

Ficou estabelecido que antes de entrar para a consulta de rotina, as jovens seriam entrevistadas por mim, através de um questionário semi-estruturado. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos.

A frequência à consulta era indicada pelo médico, razão pela qual as jovens que iam com maior assiduidade foram entrevistadas mais de uma vez. Três jovens foram entrevistadas duas vezes.

Da entrevista constava:

- a) apresentação da pesquisadora (nome, instrução e profissão);
- b) informação do objetivo do estudo;
- c) contrato de sigilo: compromisso de não-identificação do sujeito;
- d) pedido de concessão para gravar a entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, procurava estabelecer um vínculo com a gestante por meio de uma conversa informal e nesse momento era feito o convite para

participação na pesquisa. Não houve nenhuma recusa em colaborar com os depoimentos.

As adolescentes aguardavam a chamada para a consulta numa sala de espera que tinha aproximadamente 12m². Vinham geralmente sozinhas. Entre as 11 adolescentes entrevistadas, três delas, as mais novas, vinham acompanhadas: duas com suas mães, e uma com uma tia.

Ficavam na mesma sala com as outras mulheres que buscavam o atendimento ginecológico. Estas, geralmente traziam seus filhos pequenos que brincavam e comiam seus lanches em meio às conversas animadas de suas mães. As adolescentes eram, dentre todas, as mais caladas.

Eu chegava antes de começar as consultas e começava as entrevistas, cuidando para não quebrar a seqüência do atendimento que era por ordem de chegada.

O contato inicial era breve e nele eram explicadas as pretensões da coleta de informações. Esse foi um procedimento importante para obter um nível de qualidade nas respostas. No entanto, o tempo possível reservado para as entrevistas era muito restrito, limitado pela rotina do atendimento ambulatorial, isto é, o tempo reservado para a entrevista se restringia ao intervalo em que as gestantes aguardavam para serem atendidas pelo médico. Esse tempo mostrou-se insuficiente para o estabelecimento de um vínculo necessário à desinibição da entrevistada.

Um outro aspecto foi indicativo de inadequação do procedimento nesse contexto: as adolescentes estavam diante de uma pessoa estranha ao ambulatório que, ao mesmo tempo, representava para elas uma figura de autoridade. É compreensível que se sentissem pouco à vontade para a construção de uma relação de confiança, imprescindível a uma investigação de conteúdos de natureza subjetiva.

Para contornar tantas inadequações, tentei solicitar a presença das jovens em um outro horário, que não fosse o da consulta, dentro do qual o tempo fosse suficiente

para estabelecer a relação de confiança necessária. No entanto, não havia, no ambulatório, espaço físico disponível em outros horários para tal encaminhamento.

A evidência dos fatos aponta a medida da limitação da saúde pública no trato das questões dos adolescentes. Contudo, frente a todos os impedimentos citados, há que se valorizar a existência de um pré-natal para adolescentes, assim como a possibilidade concedida para entrevistá-las, o que significa o empenho, a iniciativa positiva e o pioneirismo no reconhecimento dos direitos à saúde reprodutiva das adolescentes. Embora a maternidade apresentasse um serviço de vanguarda diante de outras unidades de saúde, ainda lhe faltava um espaço favorável à pesquisa que, por sua vez, viria somar-se aos objetivos da instituição.

Em contrapartida, a compreensão da situação transformou-se em um dado importante para o delineamento dos próximos passos da pesquisa, além de ter contribuído para o aprimoramento da sensibilidade da pesquisadora. A situação, em seu conjunto, levou ao entendimento mais profundo da importância e da necessidade de condições especiais para a investigação de aspectos subjetivos e, em particular, em relação à sexualidade. Neste caso, é fundamental o estabelecimento de condições propiciadoras de uma relação vincular confiável que permita ao sujeito revelar sua vida privada ao outro.

Além disso, durante o período de três meses, nenhum jovem acompanhou a namorada ou companheira à consulta, frustrando o objetivo da busca de casais. Eles estavam trabalhando enquanto suas companheiras iam às consultas, o que é compreensível pois a falta ao trabalho, conforme elas alegavam, poderia colocá-los frente ao risco de perder a fonte principal de seu sustento. Um lugar para trabalhar é extremamente importante neste período em que a taxa de desemprego atinge números altíssimos, perdê-lo poderia comprometer o bom atendimento ao filho que estava prestes a nascer. Com a presença de um bebê as despesas se avolumam e,

como respondeu a maioria das entrevistadas, os pais são os principais responsáveis pelo trabalho remunerado.

Todas as adolescentes declararam, em maior ou menor grau, necessitar do auxílio financeiro de seus familiares. Apesar da ajuda, o pai da criança colocava-se como o principal encarregado das despesas, razão principal de sua relutância em comparecer aos serviços de saúde, segundo as entrevistadas. Os estudos sobre gênero (Chodorov,1991, Novelino, 1988) têm confirmado que conceber e cuidar dos filhos é papel culturalmente feminino, enquanto ao pai são atribuídas tarefas ligadas à sustentação material da família e dos filhos (Ariha,1998).

A divisão de papéis de gênero como a que se observa neste caso em que o homem desempenha o papel de provedor do grupo familiar, enquanto a mulher agencia os cuidados com a saúde reprodutiva e com os filhos, remonta ao século XVIII, com o surgimento da família nuclear moderna. Como parte da concretização do projeto social do capitalismo, homens e mulheres uniram-se sob forma de sociedade conjugal em regime de propriedade privada. Complementando a consagração do mesmo projeto, os homens o defenderiam na esfera pública, e as mulheres o reproduziriam no âmbito doméstico com as responsabilidades da reprodução, da criação dos filhos e com os cuidados da casa.

Os papéis sexuais nesse contexto foram definidos segundo o sexo biológico de cada um e à mulher foi atribuída, dentro dessa nova ordem, uma tendência maternal nos moldes de sua natureza procriativa. Uma confusão histórica passa a acontecer a partir de então, entre a função reprodutiva feminina que é biológica e o papel sócio-histórico atribuído às mulheres em decorrência desta biologia.

Após o surgimento dessa concepção de maternidade, desenvolvem-se a obstetrícia e a puericultura modernas, como novo espaço de práticas e discursos que substituem a figura paterna durante a gravidez e a criação dos filhos. A relação mãe-

obstetra é a legitimação científica e social do processo de gravidez. (Vilia *apud* This, 1999).

Retomando o fio condutor deste trabalho, cabe acrescentar que dentre as onze adolescentes entrevistadas, todas detinham informação suficiente para prevenir a gravidez e não o fizeram naquele momento, deixando-se levar pelos motivos circunstanciais, como descuido, esquecimento e outros de ordem subjetiva. A maioria estava numa relação estável com o namorado, desejando casar e ter filhos logo a seguir. Para elas, os bebês apenas anteciparam o desejo já existente. Em dois casos, os pais não eram namorados das adolescentes e ambas disseram não ter muita clareza sobre as questões preventivas. A gravidez para essas duas jovens parecia deixá-las mais inseguras e confusas do que para aquelas que estavam junto com os namorados. Para outras duas adolescentes, a gravidez foi desejada e os cuidados preventivos foram deliberadamente dispensados.

Após três meses de busca novamente infrutífera, insistindo no critério inicial de pesquisar casais, ficou claro que por este caminho, no Ambulatório da Maternidade Carmela Dutra, não seria possível continuar, pois, mesmo quando convidados, não compareceram.

O contato pessoal com essas adolescentes tornou-me mais sensível para perceber como são múltiplos e desconhecidos os aspectos implicados na gravidez na adolescência. Acentuou a necessidade e a importância em investigá-los e as análises sobre o que foi constatado ajudaram a compreender suas raízes históricas.

4.5 HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ

Tomei conhecimento, por intermédio do jornal local "Diário Catarinense", do serviço hospitalar destinado ao pré-natal de adolescentes no Hospital Regional de São José. Nessa ocasião, estava participando do Programa do Adolescente (ver detalhes na seção seguinte) e ainda não tinha nenhum sujeito em vista. Passei, naquele momento, a participar também desse serviço, permanendo pois, nos dois programas simultaneamente .

O grupo de adolescentes grávidas nessa instituição está vinculado ao Programa Saúde Criança cuja meta, segundo a coordenadora é

"... implementar ações de caráter preventivo e combativo à mortalidade infantil. Diante dos altos índices mensais de adolescentes grávidas (23%) que procuram a maternidade e da demanda da triagem obstétrica, que procura atendimento ambulatorial, o Programa Saúde Criança iniciou o Ambulatório de Adolescentes cujo objetivo é proporcionar ao adolescente um espaço de atendimento voltado às suas necessidades psicossociais e traçar estratégias de prevenção da gravidez na adolescência e da contaminação das doenças sexualmente transmissíveis".

O grupo funcionava uma vez por mês e a frequência ao grupo era a condição necessária para a marcação de consultas para o pré-natal. Particpei três meses como observadora desse grupo, tendo a oportunidade de coordená-lo uma vez, a pedido da assistente social que o coordenava. Durante esse período de observação, foi possível colher alguns depoimentos a respeito do planejamento da gravidez, dos sentimentos em relação à nova situação, ao papel que ocupa a criança na relação do casal e aos projetos de vida desses jovens. Essa forma de participação facilitou até a criação de vínculos com as adolescentes que participavam daquele grupo, mas a frequência de casais adolescentes era inconstante e irregular. Quando não era isso que ocorria, a

idade dos jovens estava além da prevista no projeto (15-19 anos). Tais evidências frustraram novamente o objetivo de realizar um estudo com casais.

4.6 O PROGRAMA DO ADOLESCENTE

Nessa etapa da pesquisa, ou seja, decorridos três meses desde seu início, entrei em contato com o Programa do Adolescente do SUS, por sugestão da médica Lorena, conforme descrito anteriormente. Esse programa mantém um grupo semanal de orientação a gestantes adolescentes. Trata-se de um grupo aberto aos pais, avós e outros acompanhantes, pessoas que representem um ponto de apoio às jovens. Por esse critério, estão incluídas as irmãs, as cunhadas ou mesmo as amigas. Observou-se que essa medida representa um estímulo importante para que as gestantes busquem pessoas significativas para compartilhar daquele momento importante de suas vidas.

Esse serviço está organizado para um atendimento integral à saúde dos adolescentes, unindo ações clínicas e educativas na área da saúde e da prevenção. Em 5 de outubro de 1988, o Ministério da Saúde oficializou o Programa do Adolescente para fins de atendimento à faixa etária de 10 a 19 anos. Definiu que este deveria ser executado dentro do princípio da integralidade das ações de saúde, da necessária multidisciplinaridade no trato dessas questões e na integração intersetorial e interinstitucional dos órgãos envolvidos, respeitando-se as diretrizes do Sistema Único da Saúde (SUS), apontadas na Constituição Brasileira. Em 27 de março de 1990, o Programa foi constituído em Santa Catarina e no mês seguinte desse mesmo ano foi inaugurado em Florianópolis o ambulatório de Atenção Integral ao Adolescente,

no local onde hoje funciona a atual Policlínica de Referência Regional III. Atualmente a equipe multiprofissional é composta por um assistente social, dois ginecologistas, dois clínicos, três enfermeiras, dois pedagogos, um sociólogo, um técnico de enfermagem, dois funcionários administrativos e um ortopedista/colaborador.

Em busca da operacionalização do que foi determinado, coube ao Programa planejar e desenvolver práticas educativas e participativas que permeiem todas as ações dirigidas aos adolescentes, com o objetivo de assegurar a apropriação, por parte destes, de conhecimentos necessários a um maior controle de sua saúde.

Os adolescentes são atendidos individualmente e em grupo. O trabalho de grupo é opcional, sendo a motivação para dele participar promovida por todos os profissionais do ambulatório. Os grupos têm como objetivo principal as ações educativas. Há o Grupo do Corpo para os adolescentes de 10 a 13 anos, o Grupo de Apoio, dos 14 aos 19, e o Grupo de Gestantes.

Foi neste último que tentei localizar casais que pudessem tornar-se os sujeitos da pesquisa. Tive autorização da coordenadora para participar quantas vezes fossem necessárias e, sob sua coordenação, eu participava das dinâmicas por ela desenvolvidas com o objetivo de integrar-me às jovens.

No período de 22 de maio de 1998 ao final de junho de 1999, foram entrevistados os quatro casais. O último deles, pela ordem de chegada ao Programa, é que preencheu os requisitos que eu procurava.

O primeiro desses casais já tinha um bebê de oito meses e, pelo fato de não estarem grávidos no momento, não foram escolhidos como sujeitos, mas foram investigados para ampliar a compreensão sobre o tema. Ele tinha 18 anos e ela 15. Nesse caso a adolescente "**pediu**" para engravidar e tinha, para isso, vários motivos: sair da casa dos pais, desejava ter sua própria família, poderia estar a maior parte do tempo ao "*lado de quem gosta*" e gostaria de ter mais liberdade. Tais explicações

chamaram a atenção porque se contrapõem à idéia naturalizada de que a gravidez na adolescência é sempre acidental e indesejada.

Quanto ao segundo casal entrevistado, ela tinha 15 anos e ele 21. A idade do rapaz ultrapassava o critério previsto. Ele era motorista e estava desempregado, razão pela qual podia acompanhar a namorada. Namoravam há mais de um ano e ultimamente não se preocupavam com a prevenção pois a qualquer momento se casariam, independente de ela estar ou não grávida.

Ao buscar compreender mais profundamente a questão preventiva, ele comentou que durante um período usava a camisinha, mas com o tempo foi abandonando seu uso sob a alegação de causar dor na parceira. Com um ano de namoro, ele manifestando o desejo de ter um filho, começam a descuidar totalmente da contracepção. Não foi expresso nenhum conflito ou frustração quanto aos projetos de vida de cada um deles com a vinda do bebê. Tratava-se de mais um caso de gravidez desejada.

Encontrei-me com esse casal, pela segunda vez, quando vieram trazer o recém-nascido para a primeira consulta com a pediatra do Programa. Foram gentis como da primeira vez, mas se recusaram a dar-me maior atenção.

O terceiro casal a comparecer ao Programa pode ser assim descrito: ela tinha 17 e ele 19 anos e estavam morando juntos. Ela havia participado do grupo para adolescentes daquele Programa desde antes de conhecê-lo, ocasião em que recebeu as devidas informações e orientações sexuais conforme a filosofia daquele trabalho. Planejou junto com o namorado o início do relacionamento sexual e também a gravidez. A facilidade em relatar seus momentos íntimos e o tom descontraído como o faziam, levaram-me a pensar nesse casal como sujeitos potenciais, porém eles deixaram de comparecer ao Programa. Procurei-os no endereço que constava no fichário, mas haviam mudado.

O quarto casal chegou ao Programa do Adolescente em 19 de março de 1999. Ela chamava-se Elisa e tinha 15 anos. Ele, Carlos, contava com 16 e estavam grávidos de cinco meses. Residiam próximos um do outro, há 20 minutos de caminhada a pé, no município vizinho de São José e eram amigos antes de começarem a namorar. Estudavam no mesmo colégio e cursavam, na mesma sala de aula, a 1ª série do 2º grau.

Considerando a disponibilidade desses dois adolescentes para participarem regularmente do Programa e da pesquisa, esse casal tornou-se um dos sujeitos do estudo de caso. As demais informações serão detalhadas no decorrer do trabalho.

Mantivemos um contato semanal durante três meses, o que ultrapassava as expectativas do referido Programa, que prevê um encontro a cada consulta, que via de regra acontece mensalmente.

5 OS SUJEITOS

Os sujeitos considerados neste estudo de caso são os pares de adolescentes Carlos e Elisa, e Marina e Léo. Os primeiros eram participantes do Programa do Adolescente do SUS e os segundos foram indicados por meio de um contato social.

Com relação a Elisa / Carlos, entrevistei ambos e sua respectivas mães. Com relação a Marina / Léo, foram entrevistados além deles, a mãe, o pai e um irmão de Marina.

Como se vê, não há correspondência entre o número de familiares entrevistados em cada casal. O nível de dificuldades com que me deparei foi bastante diverso daquele imaginado. A pesquisa desenvolveu-se a partir dos sujeitos "possíveis", havendo necessidade de reavaliar o que se havia anteriormente planejado. Após ter esgotado as tentativas de buscar os depoimentos que me pareciam necessários, aceitei os limites impostos pela realidade. Foi assim que entrevistei aqueles familiares que se dispuseram a participar, compreendendo que aquelas recusas também tinham algo a dizer.

5.1 O PRIMEIRO CASAL - ELISA E CARLOS

Conforme expus anteriormente, conheci Elisa e Carlos no Programa do Adolescente. Conheceram-se no colégio e se tornaram amigos. Além de se encontrarem diariamente na escola, ele ia com frequência à casa dela para fazer os trabalhos escolares. Para legitimar o namoro diante da família, agiram à moda antiga,

isto é, ela pediu consentimento para a mãe, e ele fez um pedido formal ao futuro sogro.

Foram bem sucedidos, pois obtiveram a autorização para namorar, porém, a permissão para os encontros veio regulamentada por dias e horários, ao gosto do pai da garota.

Num dado momento, para surpresa dos dois, o pai de Elisa entabulou com eles uma conversa de caráter informativo, que durou duas horas, a respeito dos cuidados que os jovens devem ter quando namoram para se prevenir de uma gravidez indesejada. A conversa, segundo depoimento do casal de namorados, foi muito "chata" pelo fato de ter sido exaustivamente demorada e repetitiva: "*ele só falava a mesma coisa, camisinha, camisinha, camisinha*", comentaram. Contudo observa-se aqui uma ação importante ao ser indicativa de mudança no sistema de relações que se processa entre gerações.

Ao tentar dialogar com os jovens, esse pai deu um passo à frente em relação à geração anterior que, via de regra, não costumava conversar com os filhos acerca das temáticas sexuais. No entanto, a indicação das especialistas entrevistadas é de que propiciar tais esclarecimentos quando os filhos começam a namorar é um momento tardio. Conversas longas e em momentos escolhidos a gosto dos pais e em tom de aviso, são procedimentos impróprios e inócuos quando o que se almeja é a educação para a sexualidade.

Ficou notório nesses relatos a mescla de costumes novos e antigos, pois "pedir a mão" da namorada ao pai é uma prática em desuso nos dias atuais, especialmente quando parte de um jovem de 16 anos. Além disso, um pai conversar com uma filha de 15 anos e seu primeiro namorado sobre prevenção de gravidez, é uma atitude recente e ainda não muito difundida, tal a dificuldade vivenciada pelos pais quanto ao diálogo acerca da saúde reprodutiva dos filhos.

Na percepção de Elisa, seu pai é muito aberto pois conversa sobre tudo claramente e, na opinião expressa por sua mãe, essa é uma conversa que se deve ter com os filhos quando eles começam a namorar.

Elisa estudava à noite e tinha a seguinte rotina diária: pela manhã ficava sozinha em casa e se incumbia de fazer o almoço. À tarde, tinha a seus cuidados um irmão de sete anos e a execução das tarefas escolares. Depois que começou o namoro, passou a ocupar suas tardes dividida entre os cuidados com o irmão e visitas à casa do namorado que também ficava sozinho.

O "*namoro foi esquentando*" e começaram a "transar" sem muita premeditação ou planejamento, simplesmente foi acontecendo, "*Mas era um namoro firme*", que já durava quatro meses, explica Carlos.

Inicialmente, durante as primeiras relações, eles usaram a camisinha como método preventivo, mas logo a abandonaram sob pretexto de que causava dor em Elisa. Nota-se nesses relatos a falta de informações corretas e o despreparo para iniciar a vida sexual. Não houve entre eles qualquer reflexão sobre as ações do momento, e somente foram se dar conta das conseqüências daquilo que faziam com a gravidez instalada. Não usavam nenhum contraceptivo, "*não viam necessidade*", pois segundo Carlos, "*ela era muito nova e não ia engravidar*". Elisa, com dificuldade de explicar, disse que "*não acreditava... achava que não poderia engravidar... não era mulher ainda ...tinha recém feito 15 anos*". Essa percepção parece que foi mudando no decorrer dos contatos que mantivemos, talvez por um amadurecimento na maneira de ver o mesmo fato e a si mesma.

No quinto mês do namoro e após um mês de vida sexual ativa a gravidez se concretizou, confirmada pela ausência de menstruação. Diante do acontecido, ficaram apavorados, desesperados e guardaram-no em segredo. Ela chorou diariamente durante três meses, às escondidas. Somente os dois compartilhavam o fato inesperado. Elisa chorava no ombro do namorado que, honrando o jargão de que

"*homem não chora*", pacientemente a apoiava, embora sob o peso de muito sofrimento. Todas as tardes ela ia até a casa dele e se passaram três meses em que se repetiam o medo, o choro, o segredo e a falta de coragem para contar a alguém.

Num ímpeto de se livrar da situação de vergonha e medo perante os pais, Elisa pediu a Carlos que providenciasse junto à mãe deste, que trabalha como telefonista numa central de medicamentos, alguns desses remédios que provocam aborto. Novamente evidencia aqui sua falta de reflexão ou falta de informação sobre as conseqüências de tal ato. Ele, acreditando que uma tentativa desse porte poderia trazer algum prejuízo prejudicial para a saúde reprodutiva dela, negou-se a tomar qualquer iniciativa nesse sentido. A decisão de Carlos faz transparecer seus valores em prol da vida e da saúde e, ainda, o cuidado com a companheira, a responsabilidade pela integridade do outro, o que sugere que talvez os adolescentes não sejam tão incoseqüentes como se costuma dizer.

Nesse ínterim, a mãe de Elisa a observava calada, percebia os olhos vermelhos, mas quando questionada, a adolescente ela negava qualquer problema. Para os jovens, o que se constituía em dificuldade "**era contar para os pais**". Até queriam fazer o "pré-natal", mas como, se ninguém sabia? Qualquer movimento nesse sentido viria denunciar o segredo. O que lhes parecia pior de tudo era **contar**. Nesse período houve mudanças no comportamento de Elisa que foram de imediato percebidas por sua mãe, tias e avó materna, que vendo-a triste e sem apetite, procuravam saber as razões daquelas alterações.

Mesmo com a insistência de sua mãe, ela se negava a dar qualquer explicação. A mãe achando que Elisa estaria necessitando de algum atendimento, indicou-lhe uma visita à médica (ainda sua antiga pediatra) ou a um psicólogo com quem pudesse abrir-se mais facilmente. Elisa, no entanto, sabendo as razões de sua tristeza, negava-se a acatar qualquer sugestão.

Após três meses de "esconde-esconde", a avó de Carlos comentou que a garota "estava com barriga", com o que a mãe dele não concordou. Como as mudanças advindas da gestação continuavam ocorrendo (aumento de apetite, crescimento da barriga), sua mãe resolveu perguntar-lhe diretamente sobre a menstruação.

Após a confirmação da gravidez para a mãe, o pai foi por esta imediatamente informado e iniciou-se um período em que as relações familiares mudaram radicalmente, tornando-se tensas. O pai revoltou-se com Carlos e o proibiu de continuar freqüentando a casa e, quanto a Elisa, "ficou pegando no pé, fazendo cobrança". A mãe, a princípio inconformada, dizia: "eu não te avisei?" ou "quantas vezes eu te preveni!", "saber você sabia, não foi por falta de explicação". As reclamações da mãe ou o "jogar na cara", como diz Elisa, duraram três semanas seguidas, até que ela reagiu dizendo que não agüentava mais, e exigiu que a mãe parasse com aquilo. E ela parou.

Para os namorados, a reação do pai de Elisa causou um grande transtorno pelo fato de não poderem ver-se com a freqüência a que estavam acostumados, além do problema emocional que aquela separação compulsória provocou em cada um deles. A mudança no ritmo da convivência do casal deixou-os inseguros e carentes do apoio mútuo. Privados da convivência mais íntima, ficaram impedidos da troca de afetos e dos momentos necessários para compartilhar as angústias e para, juntos, pensar no futuro. Estavam dessa forma inseguros, tímidos, acanhados e desajeitados, quando os conheci.

Carlos e Elisa freqüentavam o mesmo colégio, à noite. Lá eram discretos, não tocavam no assunto. Ela achava que ninguém percebia a barriga encoberta pela camiseta. Às vezes tinha vontade de usar roupas que mostrassem a barriga, mas tinha medo de estar "fazendo papel de ridícula".

O pai, inconformado diante da situação que tanto tentou evitar, expressava sua indignação dizendo-se "*traído*" e mostrava seu descontentamento, ora brigando com a mulher, ora isolando-se no quarto. O que poderia confortá-lo? Antevendo o risco de gravidez e rejeitando totalmente tal situação, tentou evitá-la com as inúmeras conversas. Como aceitar facilmente ver seus esforços totalmente desmoronados?

No entanto, esse pai, pondo de lado todo seu conflito e revolta, orientou a filha a procurar o Programa do Adolescente. Elisa já estava no quinto mês, e não havia tido nenhum atendimento até o momento. As profissionais da saúde entrevistadas confirmaram que é comum na adolescência o adiamento do pré-natal como forma de manter a gravidez em sigilo.

Carlos acompanhou a namorada regularmente às consultas desde a primeira e não foi um mero acompanhante: participou de todos os grupos para gestantes, manteve-se ativo e integrado ao processo da gestação e da preparação para o parto. Se por um lado, o Programa do Adolescente oferece espaço e estimula a participação masculina, por outro, Carlos foge do padrão da masculinidade hegemônica ao "assumir responsabilidades" culturalmente atribuídas às mulheres. Parece ter também suas necessidades como pai, na adolescência, e não se furtou de gozar dos direitos ofertados pelo Programa.

Ambos dispuseram-se a conversar com a pesquisadora e, com a seqüência das entrevistas, foi observado que aqueles contatos que a princípio eram investidos de importância para este trabalho, também passaram a ser importantes para eles. Aguardavam...solicitavam minha presença, indicavam outros jovens que precisavam de apoio e disseram diretamente do que gostavam: "*com você é diferente, não ficamos parados só escutando e ouvindo coisas sobre o corpo*", comentaram os dois. Aqui aparece um elemento novo no processo de investigação, qual seja, as entrevistas, que tendo por objetivo o levantamento de dados para posterior análise, tornaram-se possibilidade de benefícios secundários aos entrevistados, através da oferta de um

espaço de interlocução e reflexão. Isso mostra como as pessoas, ao serem ouvidas em aspectos importantes de suas vidas, aliviam as angústias, encontram caminhos antes não pensados para os problemas com que se defrontam. Parece que se sentem aceitas na condição de seres humanos, independentemente de terem transgredido ou não alguma norma.

As seguintes situações ilustram as reflexões anteriores: Carlos e Elisa, paulatinamente, no decorrer das entrevistas, tornaram-se mais tranquilos e pareciam sentir-se menos culpados com relação à gravidez. Na ocasião em que Elisa estava indecisa quanto a morar com os pais ou com a família de Carlos, usava o momento das entrevistas para discutir sobre suas dúvidas e, assim, poder refletir e amadurecer sua decisão. Ou, ainda, quando Carlos, exacerbado com a rejeição do "sogro" à sua pessoa e desejando agredi-lo fisicamente, confessa sua animosidade a Elisa e a mim e, revendo sua posição, resolve adiar seu desejo.

Quanto às entrevistas, chamadas por eles de "*conversa diferente*", foram contadas para o pai de Elisa. Ele a preveniu para que não desse seu nome verdadeiro por temer que as informações pudessem ser posteriormente usadas para fins desconhecidos. É compreensível sua preocupação, uma vez que trabalha em um canal de televisão em cujo contexto as informações e as pessoas nem sempre são devidamente respeitadas. Quando ocorreu esse alerta, Elisa estava em família e sua mãe discordou imediatamente, dizendo que essa desconfiança "*era uma besteira*". Carlos e Elisa parecem ter concordado com esse ponto de vista, pois na entrevista seguinte permitiram até que fosse gravada.

Dando prosseguimento à coleta de dados, solicitei a presença da mãe de Carlos. Surpreendentemente ela veio junto com a mãe de Elisa. O pai desta, no entanto, recusou-se a comparecer. Falei com ele por telefone para explicar como estava sendo o atendimento e num segundo telefonema pedi sua presença. Em nenhum momento, entretanto, obtive sucesso quanto a sua presença ao Programa.

Recusou-se alegando a imprevisibilidade do horário de trabalho. Com o pai de Carlos também não foi possível conversar, porque mora em outro estado.

A seqüência dos contatos para coleta dos dados ocorreu até após o nascimento do bebê.

5.1.1 Carlos e sua família

Carlos mora com a mãe e o padrasto em São José. Há um ano e meio morando nesse município, vivem numa casa alugada que fica nos fundos do terreno onde mora a proprietária.

A mãe de Carlos, 38 anos, atendeu prontamente ao convite para comparecer ao Programa do Adolescente. Trata-se de uma pessoa que se comunica facilmente, responde com objetividade ao que se pergunta e seus relatos inspiram confiança.

Está separada do pai de Carlos desde quando este tinha seis anos de idade. A separação ocorreu num estado vizinho onde moravam e onde ele ainda reside. Nesse primeiro casamento teve uma relação conturbada, alegando que o que a levou à separação foi a agressividade do marido, inclusive contra sua integridade, pois chegou a agredi-la fisicamente. Relatou também que escondia Carlos debaixo da cama para protegê-lo.

Quando se separou do marido, facultou a Carlos a opção de escolher "*com quem gostaria de ficar*" e ele preferiu ficar com ela. Foram ambos morar na casa dos avós maternos onde ela voltou a ter uma vida de solteira: dançava, passeava e namorava. Carlos não gostava muito disso e pedia que ela tivesse um único namorado, pois assim, na sua perspectiva, ela sairia menos. Hoje ela reconhece que

nessa ocasião deu pouca atenção ao filho, que ficava mais aos cuidados dos avós e das tias.

Atualmente, tendo um companheiro, convive com este e filho sob o mesmo teto. A relação entre os três é boa, embora pondere: "*o diálogo entre mãe e filho poderia ser melhor e há pouco diálogo*". Considera que Carlos sempre foi revoltado e justifica que ele tem na pouca atenção que ela lhe deu e no ambiente agressivo do primeiro casamento, motivos para tal revolta. É importante ressaltar que Carlos não teve queixas a esse respeito, parecendo até admirar a mãe.

A relação com o ex-marido ainda é difícil: "*Somos separados e inimigos*". Desde que a separação se instalou, há desavença em torno da pensão que ele deveria dar para Carlos. Segundo seu relato, ele procura sempre driblar a justiça para não dá-la ou o faz indevidamente. Nos dias atuais ele manda cem reais por mês. Poderia dar mais, mas não o faz para pressionar o filho a morar com ele com promessas de maior fartura. Neste ponto a opinião de Carlos confirma o depoimento da mãe.

O pai de Carlos ficou sabendo da gravidez de Elisa por meio da ex-mulher, que lhe contou o fato por telefone. Encontrando-se esse pai numa festa, pediu para ligar em outro momento, o que ela não fez.

Carlos encontra-se pessoalmente com o pai uma vez por ano quando o visita. Telefona-lhe todo final de semana, mas depois da comunicação feita pela mãe nenhum dos dois tocou mais no assunto. Ele relata que até gostaria de comentar o fato com o pai mas diante da atitude deste de "*não procurar saber a respeito*", se inibe, entendendo que o pai não se interessava pelo que estava acontecendo.

Carlos, diante da mudez do pai, ficou por um período constrangido para retomar o assunto. Elisa incomodou-se com esse modo de eles lidarem com a situação e argumentava que logo a criança nasceria e não gostaria de vê-la ignorada pelo avô.

A sinceridade de Elisa estimulou Carlos a recolocar a questão da gravidez ao pai e a realçar a presença do bebê no contexto familiar. Esse esforço teve progressivamente como retorno um maior envolvimento do futuro avô, com a promessa de ajuda financeira para as despesas do parto e a continuidade da ajuda mensal.

Quanto ao padrasto, Carlos diz que ele "*não cobra*", "*não joga na cara*" e que "*ele e sua mãe adoram Elisa*". A respeito da gravidez instalada, disse que "*agora é responsabilidade, é pensar no futuro, estudar e respeitar ela, se vocês querem ficar juntos*".

A mãe e o padrasto não se alarmaram com a gravidez. Ela pondera que "*uma coisa quando tem que acontecer, acontece*". No início do namoro havia orientado Carlos para falar com o pai de Elisa e ele o fez. Relatou também que no decorrer do relacionamento ela sabia que eles namoravam em casa, enquanto ela trabalhava e que seu companheiro havia dito que era fácil prever o que estava para acontecer. Dessa forma, o padrasto providenciou preservativos, comentando que a partir daí "*o cuidado era com Carlos*".

O significado deste neto para a mãe de Carlos é especial: "*Sinto que é um filho para mim. Eu não tive outro filho e já tive vontade de adotar. É uma oportunidade de dar atenção que não dei para Carlos quando ele era pequeno e eu trabalhava fora*".

Por ocasião dos nossos encontros, sua maior preocupação era a atitude do pai de Elisa que não aceitava Carlos e nem mesmo a presença dele em sua casa. No entender da entrevistada, isso é um problema, tendo em vista que ele não poderá ter convivência com o filho no caso de ela continuar morando com os pais.

Ela mantém uma relação amistosa com a família de Elisa. Já se visitaram e, sempre que podia, passava na loja onde a mãe de Elisa trabalhava, para conversar. Falavam abertamente sobre o que estava acontecendo com seus filhos, inclusive a

respeito da incompatibilidade do sogro com o genro. Essa conversa também se repetiu na presença da pesquisadora.

5.1.2 Elisa em sua família

A família de Elisa é composta por quatro pessoas: pelos pais, ela e um irmão caçula. Moram todos num apartamento de dois quartos num condomínio residencial no município de São José. O apartamento cuidadosamente mobiliado parece abrigar confortavelmente todos os seus moradores.

Nos contatos mantidos com a mãe de Elisa, foi observado o modo ponderado com o qual lida com os fatos, mesmo quando estes lhe são dolorosos. Procurava soluções e não problematizava os fatos. Pelos cuidados que dedicou a Elisa, mostra ser uma mãe responsável. Procurou aceitar a gravidez da filha sem chamar a atenção sobre sua dor, embora não escondesse que o acontecido fosse inesperado.

Nasceu no interior de um estado vizinho, dos seis irmãos foi a segunda filha mais velha. Viveu na zona rural até aproximadamente dez anos, quando foi para a cidade mais próxima morar com uma família conhecida para estudar. Como seus pais não podiam manter o custo de seus estudos, ela os trocava por serviços de auxiliar de cozinha no colégio das freiras e, posteriormente, como atendente no hospital da irmandade.

Aos dezenove anos veio para Florianópolis onde terminou o segundo grau, sempre trabalhando para manter-se. Casou aos 23 anos e quis ter apenas dois filhos, consciente de que ter mais seria um ônus financeiro difícil de arcar: "*Tendo só dois, a gente não pode dar tudo que eles querem!*" comentou.

Desde bem jovem trabalhou fora e, exatamente quando Elisa teve seu bebê, perdeu o emprego. É a primeira vez que lhe acontece isso desde que começou a trabalhar aos dez anos de idade. *"Até com os filhos pequenos sempre achei um jeito para trabalhar"*, declarou ela. A política econômica e social que rege o país tem vitimado os cidadãos, impedindo-os de suprir as necessidades fundamentais, sendo o desemprego uma das causas básicas.

Com relação à educação sexual na infância e adolescência dentro da família, relatou que não existiu e que *"eles não eram de tocar no assunto"*. A omissão de informações ou o silêncio a respeito da sexualidade no interior das famílias era uma prática comum, fato que vem se modificando embora ainda ocorra.

Observando a história da sexualidade, o que se constata é que a partir da Idade Média a liberdade sexual é confiscada pelo moralismo religioso. Dentre os preceitos apregoados havia o de que se abria um espaço no inferno para aqueles que praticassem o sexo com prazer. A proibição, o pecado e a impureza eram, na ocasião, os mais novos qualificativos para o sexo. Segundo Foucault (1988), a prática sexual ficou restrita a determinados lugares e a determinadas pessoas e seu objetivo não deveria ir além da procriação.

Restrito a tão pequeno espaço social e familiar e carregado de tamanho risco para a alma, pode-se compreender porque o sexo é ainda silenciado dentro das famílias. Dominadas pela concepção repressiva acerca do sexo, as famílias que professam uma religião cristã acrítica recorrem ao silenciamento como uma estratégia de repressão sexual, confiantes de estarem educando e fazendo o melhor para seus filhos.

O que a mãe de Elisa aprendeu sobre sexo deve-se ao contato que teve com as freiras, ou nos cursos de Relações Humanas que gostava de fazer, além de palestras que lhe interessava ouvir. Estava sempre atenta ao que pudesse ajudá-la a evoluir. Através desses cursos, seus valores foram mudando e acredita que assim foi

possível acompanhar as mudanças que ocorreram na sociedade e no modo de criar os filhos.

Comentou que foi entendendo que as coisas não eram bem como havia aprendido e que cada um tem que procurar sua felicidade, sabendo o que está fazendo.

Pelos seus depoimentos observa-se que não se tornou uma pessoa rígida, apesar do intenso contato que teve com a Igreja Católica. Aceita com tranquilidade que os namorados de hoje tenham relações sexuais ainda bem jovens e, por esta razão, muitas e muitas vezes recomendou a Elisa que se cuidasse para não engravidar, uma vez que um bebê mudaria muito a sua vida, *"a sua boa vida"*.

Acreditava que a filha estivesse bem informada, pois ela mesma a orientou em repetidas ocasiões. Considerava-a preparada para evitar uma gravidez, tantas foram as vezes que ela e o marido a esclareceram sobre o assunto. Achava que a parte que cabe aos pais estava feita.

Depois da gravidez concretizada, entretanto, no transcorrer das duas semanas subseqüentes, perguntou a si mesma e à filha: como Elisa engravidou mesmo de posse das informações necessárias e sem desejar a gravidez? Como pesquisadora, certamente numa posição mais confortável, envolvida por questionamentos também angustiantes, embora incomparáveis aos dessa mãe, eu fazia a mesma pergunta.

A quantidade de vezes que Elisa ouviu esta pergunta saturou-a em tal medida que a fez impor enfaticamente "um basta" a sua mãe. Bem sucedida nesse rompante, conquistou o sossego desejado. Para sua mãe aconteceu o melhor, que foi dar a si mesma uma resposta que também a acalmasse: *"ela apaixonou-se e esqueceu de tudo"*. A explicação de que a paixão que leva à prática sexual se contrapõe à possibilidade de previsão, surge nesse depoimento da mãe de Elisa, o que evidencia uma concepção circulante no imaginário social brasileiro (Cruz, 1998).

Apesar de não poder negar sua indignação inicial ao confirmar a gravidez da filha, conseguiu aos poucos, com esforço próprio e com o limite imposto por ela, colocar novo olhar sobre o acontecido.

Reconhecendo-se diante de um fato indesejado mas irreversível, desde que não aceita a idéia de aborto, assumiu-se como mãe de uma adolescente grávida, embora ainda tivesse em suas mãos as fotos recém-reveladas da festa de 15 anos da filha. Ela significou aquela gravidez como um descuido da filha e, a partir daí, mudou sua postura diante dela. Cobriu-a de cuidados, mudou sua alimentação, preparou o enxoval, o quarto para o bebê, e aceitou que seria uma futura vovó como um novo papel a desempenhar. Sua dificuldade inicial diante da situação inesperada parece ter sido paulatinamente superada por uma nova significação dada ao ocorrido, qual seja, encontrou uma justificativa romântica para o fato - a paixão.

Acompanhou Elisa na primeira entrevista no Programa do Adolescente, ao mesmo tempo que se colocava como conciliadora na oposição do marido contra Carlos. O que mais lhe importava no momento era garantir a tranqüilidade e a saúde da filha e do netinho, e para isso acontecer considerava importante a convivência dos namorados.

Além de todas as providências e papéis familiares desempenhados, ela contava com a vizinha para que a filha sempre tivesse companhia, caso necessitasse de alguma assistência. Para sua satisfação, estava em casa quando Elisa entrou em trabalho de parto e pôde acompanhá-la à maternidade.

O período da gravidez dentro da família foi, como vimos anteriormente, marcado por uma tensa relação entre o pai de Elisa e todos os outros membros. Este, além de pouco conversar com os familiares e proibir que Carlos freqüentasse a casa, chegou a ameaçar abandonar a família.

Em muitos momentos a mãe de Elisa foi a mediadora dos conflitos, tendo optado certa vez por recorrer à sogra que, compreendendo a situação de cada um,

chamou o filho para um conversa particular, incentivando-o a aceitar a gravidez de Elisa como um acontecimento não tão dramático como ele colocava.

Próximo ao nascimento do bebê, a mãe de Elisa chamou todos, inclusive Carlos, para uma conversa propondo um fim para aquele clima hostil que certamente prejudicaria tanto o bem-estar do recém-nascido como o do casal. Com tal providência ela garantiu, a partir daquele momento, que Carlos voltasse a freqüentar a casa e assim ele pôde participar mais diretamente dos preparativos, como a mudança de móveis e a montagem do berço. Foi nessa ocasião que a mãe de Elisa perdeu o emprego.

Nascido o bebê Carlos passava o dia todo na casa de Elisa participando dos cuidados com a criança, só não tendo a permissão do sogro para dormir .

Durante o dia todos passaram a ficar dentro de casa: Elisa, seu irmão mais novo, a mãe e Carlos. Segundo Elisa, naquele momento algumas incompatibilidades começaram a surgir. No seu entender, a mãe estava sentindo ciúmes de Carlos, pois ambos disputavam o lugar de "cuidador do bebê". Na compreensão da avó acerca dos mesmos fatos, Elisa não estava gostando das ingerências da mãe quanto à organização da casa.

Elisa, que no início da gravidez não se sentia segura para sair de casa e por escolha própria não fora morar com Carlos, diante dos novos acontecimentos, decidiu fazer isso de forma decidida. Saiu dizendo para a mãe que ficaria uma semana na casa da sogra, porém, já tinha a intenção de permanecer lá definitivamente.

Com o decorrer do tempo, constatando que Elisa não voltava, a mãe, que não havia recebido nenhuma explicação, apesar de magoada, entendeu seu propósito. Embora entristecida com tal procedimento, também sentia alguma culpa que a levava a perguntar-se "*onde foi que eu errei* "? Refletindo sobre o fato e com a mediação de uma amiga que conhece a dinâmica da família, veio a compreender que não havia erro algum. Percebeu que a filha estava dando um rumo próprio para sua vida, que

era uma escolha pela vida conjugal, e que, desde que Carlos não podia morar lá, decidiu ir morar com ele. Ela entende também que são as escolhas pessoais que trazem o amadurecimento e que a ela caberia aceitar as decisões da filha. "*Eles se gostam, querem ficar juntos*", disse-me com tranquilidade.

No seu entender, não era mais uma questão pessoal, passível de mágoa ou de rixa entre mãe e filha. Tratava-se de sujeitos que se viam em condições de escolher uma direção para as próprias vidas. Desta forma, o lugar antes ocupado pela sensação de erro ou pela culpa, foi preenchido pela compreensão de que os filhos, mesmo tão jovens quanto Elisa e Carlos, são sujeitos autônomos e livres para fazerem e refazerem suas escolhas e se responsabilizarem pela própria vida. Naquele momento sua única preocupação era com a possibilidade de uma nova gravidez de Elisa.

Quanto ao pai de Elisa, o que se conhece foi relatado por ela, por sua mãe e por Carlos, uma vez que ele não se dispôs a participar diretamente.

Segundo Elisa, seu pai era "*muito grudado*" com ela, mas depois do namoro a relação começou a mudar, afastou-se dela e permanecia muito tempo no quarto. Não gostava de Carlos e regulava os dias de namoro, reduzindo cada vez mais os encontros. Chegaram mesmo a discutir numa ocasião em que Carlos foi à casa deles para fazer um trabalho do colégio. O pai achou que ele estava prolongando para terminar o trabalho com a intenção de ficar mais tempo ao lado da filha. Carlos defendeu-se, explicou que não era isso, mas mesmo assim perdeu espaço na família. Depois desse fato, ele não pôde mais freqüentar a casa e somente Elisa ia algumas vezes à casa de Carlos.

Durante a gravidez, o pai de Elisa passou a brigar constantemente com a mulher, chegando a quase sair de casa. O motivo das desavenças era que a esposa apoiava a continuidade do namoro. Ele, quando conheceu Carlos ainda na qualidade

de amigo de Elisa, havia simpatizado com o garoto, mas depois da gravidez, tornou-se um opositor convicto.

O pai de Elisa desejava para a filha um namorado mais velho e com maiores possibilidades financeiras, requisitos que Carlos não preenchia, pois tinha apenas 16 anos e nem sequer trabalhava.

As expectativas frustradas do "sogro" deram início aos desencontros que ocorreriam entre este e Carlos. A partir de então, o relacionamento dos dois foi marcado pelos conflitos que se iniciaram dissimuladamente no começo do namoro, ocasião em que o sogro já deixava transparecer o seu descontentamento.

Com a gravidez, tal descontentamento agravou-se e a maneira de manifestá-lo, como foi vimos, foi proibir Carlos de freqüentar sua casa. Referia-se pejorativamente à pessoa deste tanto na sua presença quanto a sós com Elisa.

O tempo passou e as agressões verbais diminuíram, mas no ambiente familiar de Elisa ecoava o mal-estar gerado pela não aceitação de Carlos que, aos olhos de seu pai, é "jovem demais e sem emprego". O casal aguardava a chegada do bebê incerto de como seria a convivência entre todos.

Com a aproximação do parto, Carlos é quem fazia companhia a Elisa na maior parte do tempo. A mãe dela compreendia as razões que o faziam estar presente e até se sentia mais tranqüila pelo fato de a filha estar acompanhada por alguém que a apoiasse em caso de necessidade. Isso incomodava o pai que ainda não o aceitava, e o ambiente na casa permaneceu tenso durante todo o período da gravidez. Se no início Elisa tinha dúvidas quanto a ir ou não morar na casa da família de Carlos, no final da gravidez estava certa de que gostaria de ir, pois sabia que lá teria mais tranqüilidade para esperar e receber seu filho. Não fosse a inexistência de espaço físico "*já estaria lá*", comentava Elisa.

5.1.3 Educação Sexual de Elisa e Carlos

Parti do pressuposto de que o modo como circulam os temas sobre o corpo e a sexualidade no ambiente familiar seria um indicador para conhecer como se processou a educação sexual dos adolescentes sujeitos deste Estudo de Caso. Tive neste foco um ponto de partida para investigar como eles entraram em contato com as primeiras informações, quais foram elas e se foram abordadas com espontaneidade, constrangimento ou não foram tematizadas, sempre atenta à significação que a família imprimia ao acontecimento.

Elisa tomou conhecimento acerca do que seria uma relação sexual mais ou menos aos nove anos, por meio de sua mãe, o que dava a impressão de que havia um clima de relativa liberdade na abordagem dos temas sexuais. Ela satisfazia suas curiosidades procurando em livros e perguntando à mãe quando não compreendia aquilo que os livros diziam. Deu como exemplo a dúvida sobre a palavra clitóris e penetração. A mãe esclarecia as dúvidas, mas Elisa notava que às vezes ficava envergonhada ou pouco à vontade. Seu pai não tomava parte nesses assuntos.

Com Carlos não foi muito diferente. Também soube a respeito de relacionamento sexual por meio da mãe, embora mais cedo que Elisa, aos seis anos mais ou menos. O pai não falava nada, "*era muito fechado*".

Sua mãe relatou que quando Carlos tinha aproximadamente dez anos ela lhe deu uma explicação sobre menstruação, porque, no seu entender, era o momento dele saber alguma coisa sobre isso. Em outra ocasião pediu para um tio conversar com ele, mas declarou não saber o que foi discutido e segundo o depoimento de Carlos a esse respeito, ele "*não aprendeu nada além do que já sabia*". Pela observação que

Carlos faz sobre esta conversa com o tio, percebe-se que não foi uma conversa significativa para ele.

Nesse momento da entrevista, sem que nada lhe tivesse sido perguntado, a mãe de Carlos se refere à falta de diálogo com o filho, e relacionava isso com o fato de Carlos ser revoltado, tornando mais difíceis as conversas. *"Hoje, que ele está rapaz e, principalmente depois da gravidez, tenho procurado conversar mais com ele"*.

Parece que se resume a esses poucos momentos informativos o que a mãe de Carlos chamou de educação sexual: uma conversa superficial acerca de relacionamento sexual quando ela notou alguma curiosidade e outra conversa semelhante com o tio. A mãe considera que a educação sexual do filho foi praticamente inexistente por parte dela: *"Nunca tivemos uma conversa sobre sexo abertamente"*. É freqüente ouvir das mães as dificuldades em orientar os filhos, principalmente os do sexo masculino. Pesquisas da ECOS citadas no Seminário Multidisciplinar - Sexualidade e Reprodução na Adolescência em Recife (1999) e Jesus (1998) confirmam embaraços e dificuldades das mães em dar explicações verdadeiras às curiosidade infantis. Elas dizem que *"ficam sem jeito...respondem qualquer coisa..."*

A escolha do momento para conversas foi definido pela mãe com base na curiosidade que percebia em Carlos quando este olhava seu corpo, e em *"outras coisas"* que ela não deixou claro quais eram, mas que lhe pareciam indicativas da necessidade de esclarecimentos.

Tem-se nesses eventos as raízes da educação sexual de Carlos, parecendo que não houve ações que lhe possibilitassem evidenciar suas necessidades, curiosidades, enfim, entrar em contato com os significados particulares de sua sexualidade e de seu corpo reprodutivo. Isso leva à questão de como e a partir de que fundamentos são construídas as significações sobre fertilidade e reprodução para as pessoas do sexo masculino.

Tal forma de abordar a sexualidade na infância indica com base em que perspectivas os adultos fazem as mediações na construção das significações sobre fertilidade e reprodução para as crianças.

Outra instituição, além da família, que deveria estar apta ou ter competência para orientar sexualmente os adolescentes, seria a escola. Todavia, o casal informou que por meio desta não aprenderam "*nada*".

Os meus contatos com Carlos e Elisa, como foi dito anteriormente, estenderam-se além do âmbito do Programa do Adolescente. Acompanhei-os dias antes do nascimento do bebê à Maternidade Carmela Dutra, onde seria realizado o parto. Fomos recebidos por uma profissional que demonstrou estar preparada para a função, haja vista o respeito e a atenção com que recebeu os jovens. Traçou conosco todo o trajeto que faz uma parturiente desde o momento que dá entrada na maternidade: setor de documentação, sala para o primeiro exame, sala de parto, enfermaria e local onde o pai espera para ver o bebê assim que ele nasce. Informou sobre o regulamento para visitas e acompanhamento à parturiente. Eles prestaram atenção a tudo com grande interesse e, ao término da visita, tirei algumas fotos do casal nas dependências da maternidade. Estávamos todos descontraídos, mas, por excesso de zelo, perguntei-lhes sobre alguma dúvida que ainda pudesse existir. Eles responderam tranqüilamente que já sabiam de tudo e que se sentiam preparados.

O nosso contato subsequente foi na maternidade por ocasião do nascimento do bebê. Novamente rimos juntos, festejando a criança saudável que ensaiava suas primeiras mamadas. Elisa teve um parto rápido e sentia-se muito bem disposta. Comentou que até gostaria de já estar em casa, pois "*ali não tinha nada para fazer*". Carlos, de olhos atentos e sorriso aberto, não perdia qualquer movimento esboçado pela dupla mãe / filho.

Quando Elisa estava instalada na casa de Carlos, fiz-lhes uma visita. Eles me esperaram no portão conversando com alguns colegas, enquanto o bebê dormia.

Ficamos muito alegres com nosso reencontro. A seguir, atravessamos um pátio cimentado que leva à casa construída nos fundos. Passamos pela área de serviço que dá acesso à cozinha e ao interior da casa. Por onde passávamos podia-se ver muita organização e limpeza. Na sala estavam a mãe e o padrasto de Carlos assistindo à televisão. Convidada a sentar, ficamos todos conversando sobre a figura central - o bebê. Mostraram fotos, contaram da visita dos bisavós maternos e do batizado que ainda estava para acontecer.

A seguir o bebê resmungou. Todos da família decodificaram aquele som como um pedido de alimento, mas quem se levantou imediatamente e se dirigiu para a cozinha para preparar a mamadeira foi Carlos.

Elisa permaneceu sentada, aguardando com o bebê no colo. Tudo ocorreu rapidamente como se fizesse parte de uma rotina. A mãe de Carlos disse em voz alta para que ele ouvisse lá da cozinha: *"faz só 60 gramas"*. Carlos não deu resposta às palavras da mãe, mas trouxe a medida correta. Parecia saber muito bem o que tinha que ser feito, independente da orientação materna.

Só pude compreender tanto desembaraço com relação às tarefas paternas ao tomar conhecimento de que Elisa estudava de dia e Carlos à noite. Revezavam-se nos cuidados com o bebê. Daí advinha tanta familiaridade e iniciativa de Carlos, pois ele já estava habituado. Ele não só alimentava, como dava banho e fazia as outras tarefas necessárias a um recém-nascido.

Além da rotina com seu filho, Carlos cuidava de outra criança, a da vizinha, tendo esta atividade como fonte de renda. Sem profissão e sem emprego, encontrou nessa atividade, uma forma de contribuir para saldar as despesas. Como se pode constatar, arranjos familiares diferentes estão acontecendo, nos quais a figura masculina surge com uma participação diferente da tradicional, dando novas respostas a novas situações.

Com todas essas evidências, ficou fácil juntar um rosto infanto-juvenil com o desempenho responsável, que equivocadamente é atribuído somente aos adultos.

Vilia (1999) enumera alguns estudiosos como Lamb, Badinter e Sullerot que têm discutido mudanças em rapazes de estrato social médio a partir dos anos 60, provocando o surgimento de uma nova ordenação no papel de pai, pelo qual este se coloca afetivamente de um modo diferente do tradicional.

Corneau (1995), em suas reflexões sobre a relação entre paternidade e masculinidade, anuncia o perfil de um homem novo que tem importância fundamental na identidade dos filhos desde o início. Descreve um pai que confirma a identidade do menino e a nutre, acompanhando o processo de desenvolvimento da masculinidade de seu filho. Trata-se de um pai que saberá dar e receber afetos e ao carregá-los consigo, terá mais condições de cuidar bem dos próprios filhos. O autor não dissocia afetividade de masculinidade, nem sensualidade de sexualidade, associações que por serem pouco comuns em nossa cultura, causam estranheza.

5.2 O SEGUNDO CASAL - MARINA E LEO

Marina foi-me indicada por sua própria mãe por ocasião de um contato social. A meu pedido e num franco gesto de colaboração, prontificou-se em pedir para a filha prestar seu depoimento.

Foi com Marina, dentre todas as adolescentes contatadas, que fiz a primeira entrevista a qual teve o objetivo de orientar o trabalho posterior e reorganizar o roteiro para entrevistas, no que fosse necessário, além de preparar a pesquisadora para a continuidade do trabalho. Posteriormente, em virtude das dificuldades descritas para

encontrar os sujeitos, voltei a solicitar a colaboração de Marina que, prontamente, de novo me recebeu .

O primeiro contato com ela ocorreu no Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade Federal de Santa Catarina, quando estava no sexto mês de gestação. Foi o segundo caso de gravidez na adolescência na família, pois seis anos antes o mesmo ocorreu com seu irmão mais velho e a namorada.

Considerando que Marina veio ao meu encontro de livre e espontânea vontade, esperava-a mais acessível. Seu olhar cabisbaixo e a voz quase inaudível me surpreenderam, levando-me a supor que fazia algo contrário a sua vontade. No decorrer dos contatos, no entanto, foi possível verificar que esse é seu modo predominante de se expressar, sem ser necessariamente manifestação de contrariedade. Pareceu-me mais acertado pensar em insegurança ou receios em relação à condição em que se encontrava ou em relação à temática que estava sendo tratada.

No segundo contato, que foi na sua residência, já estava com o bebê, recém-nascido, radiante com ele, dedicando-lhe atenção integral.

À época havia abdicado dos estudos para retomá-los após o nascimento do bebê, e permanecia morando na casa dos pais. O relacionamento com Leo continuava, mas moravam em casas separadas. Embora essa decisão tivesse sido de comum acordo, Marina sentia que havia um prejuízo para o relacionamento de ambos e também para a convivência entre o bebê e seu pai.

Os encontros seguintes com ela e seus pais continuaram ocorrendo em sua casa. Marina mantinha-se colaboradora e tímida como no primeiro contato, sempre falando baixinho e olhando para o chão.

Ela recebeu educação sexual no colégio particular onde estudava e declara que em casa não se falava sobre sexo. Queria casar virgem e esteve inabalável em sua convicção até namorar Leo. Por não ter se mantido fiel à própria expectativa, que era também a expectativa de seus pais em relação a ela, dizia sentir-se culpada.

O sentimento de culpa em relação à prática sexual antes do casamento é explicado historicamente desde eventos datados da Idade Média, que em parte persistem, ainda que modificados, em nossa cultura. Naquela época, a virgindade era incluída no conjunto de preceitos cristãos como parte de um ideal de pureza, em contraponto à vida dos pagãos, tendo sido incorporada à moral sexual que vigora até os dias de hoje (Foucault, 1988, Nunes, 1999).

Voltando à Marina, importa salientar que iniciou sua vida sexual com esse namorado. Relatou que isso só aconteceu por muita insistência dele, com quem manteve relações sexuais durante dois meses sem proteção alguma. Sua cunhada, ao perceber o que ocorria, tomou a iniciativa de levá-la a uma ginecologista, quando passou a tomar anticoncepcional.

Decorrido longo tempo de namoro, após uma briga por razões de ciúme, quis afastar-se dele por um tempo. Na ocasião, como tinha dúvidas se ainda gostava dele e não pretendendo iniciar um novo relacionamento, suspendeu o uso do anticoncepcional, já que estava sem namorado e não pretendia relacionar-se sexualmente com mais ninguém.

Pouco tempo depois eles se reconciliaram ... mantiveram relações sexuais novamente e ela não se lembrou que havia suspenso a pílula. Sem os cuidados necessários de ambos, a gravidez ocorreu.

Marina escondeu o fato dos pais durante quatro meses e meio. Era muito difícil assumir que tinha iniciado sua vida sexual, pois eles não concordavam com a prática do sexo antes do casamento e esta era uma prescrição bem enfatizada dentro família.

Quando a gravidez foi percebida pelo seu irmão, este aconselhou-a a contar aos pais antes que eles soubessem por terceiros.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a mãe colocou-a no colo, o pai abraçou as duas e todos choraram juntos. O pai de Marina, apesar de indignado, tentou dissimular isso, mas aos olhos de Marina não escaparam sua decepção e inconformismo, principalmente expressos contra o namorado. Não era explícito, mas nas entrelinhas ou na fisionomia, sutilmente revelava seu descontentamento, declara ela.

No início da gravidez estava insegura quanto a querer continuar com o namorado, mas quanto ao filho, sempre teve a certeza de que o queria muito, sendo que a idéia de aborto jamais foi cogitada. Afirma que desde o começo aceitou o filho incondicionalmente.

O pai dela, após tomar conhecimento do fato, passou a regular os encontros do casal e proibir que continuassem a manter relações sexuais. Ela permaneceria morando com os pais, até que ambos tivessem condições materiais para ficarem juntos, o que era um plano que os dois tinham antes mesmo da gravidez.

Durante a gestação, as relações familiares modificaram-se sensivelmente, especialmente com o pai, que a seu ver estava sempre preocupado e tenso: "*Não conversava, não sorria, não me tocava*".

Em torno da metade da gestação, ela certificou-se de que gostava mesmo do namorado e que queria voltar para ele. A partir daí construíram uma relação de muita cumplicidade e passaram a compartilhar **tudo**, embora os encontros permanecessem sob o controle do pai. Ao falar **tudo**, Marina estava referindo-se a uma relação de maior compromisso e a um compartilhar intenso de emoções e projetos para o futuro.

Um dia, inesperadamente para todos, ela decidiu que passaria os fins de semana na casa dele. Nessa ocasião, o bebê já estava com aproximadamente cinco meses e esse passo foi um demarcador de maior iniciativa e liberdade perante seus

pais. A maternidade na adolescência é analisada por Bengel da Paula (1992) como uma forma de reagir à relação de subordinação mantida com os pais, pela conquista da autonomia que a função materna delega à mulher.

Com o passar do tempo, ela e o namorado começaram a discordar quanto à condução da educação do bebê: "*Ele não conseguia ser pai junto comigo enquanto eu era mãe*". Financeiramente também havia descontentamento. Segundo seu depoimento, ele ajudava mas não o suficiente. Marina reconhecia que passou a fazer-lhe cobranças de diversas ordens até que, na sua opinião, ele se cansou e decidiu pela separação. Hoje ele se relaciona com ela como amigo, só participando da educação do filho.

O pai dela, com a separação do casal, ficou mais próximo - "*já conversa, já toca*".

5.2.1 Leo, o namorado de Marina

Leo tinha 19 anos quando se tornou pai. Morava com seus genitores em um bairro de camada média alta na cidade de Florianópolis. Seu pai é professor do Ensino Médio e a mãe já foi comerciante, mas naquele momento estava sem trabalhar. Tem um irmão dois anos mais velho que ele e, enquanto se preparava para cursar a universidade, ganhava algum dinheiro como vocal de uma banda. Essa fonte de renda era insuficiente para sua manutenção, o que o tornava parcialmente dependente de seus pais.

O tom de seus relatos é de efusividade, tem ótima fluência verbal, transmite vitalidade e emoção quando se comunica, mas não me concedeu mais de uma

entrevista, apesar de várias promessas entre inúmeras tentativas. O primeiro convite foi extensivo a ele e a namorada, mas Marina aceitou e ele se negou. Respeitei sua negativa e voltei a convidá-lo depois que o bebê havia nascido. Concedeu uma entrevista e prometeu voltar para outras nas quais poderíamos aprofundar os temas, e ainda levantou a possibilidade de trazer amigos. Só fiquei com as promessas. Nos contatos seguintes, ele alegava falta de tempo e duas vezes marcou e não compareceu.

O que causou maior impacto em Leo, além da gravidez não-planejada nem desejada, foi a responsabilidade financeira que dela decorreria. Relatou ter se sentido transtornado com essa incumbência para a qual não estava preparado do ponto de vista psicológico e, especialmente, pela falta de uma renda que desse suporte às despesas com que, na sua concepção, teria que arcar. Na ocasião ele servia o exército, participava de uma banda e estudava para o vestibular.

Frente à gravidez, pensou principalmente em tomar duas decisões. A primeira seria trocar a banda por outra atividade que lhe desse um retorno financeiro estável e, a segunda, adiar os estudos. Só pensava em "*trabalhar, trabalhar, trabalhar*". A preocupação, segundo seu relato, tomava conta de todos os minutos e segundos de sua vida, ficando todos os seus atos e pensamentos direcionados no sentido de arrumar um emprego estável. Relata que essa foi a fase de maior angústia. "*...viver tudo isto em segredo..a responsabilidade financeira, tudo isso era insuportável*". A responsabilidade que Leo atribuía a si como mantenedor de uma família já estava sendo sentida antes do nascimento do filho.

Essa questão da preocupação e da responsabilidade que advém da função paterna e do casamento é evidenciada pelos estudos de Arilha (1999), ao analisar as discussões de grupos focais com homens de estratos médio-baixo e médio-alto em São Paulo. Nos referidos estudos a idéia de responsabilidade aparece associada à concepção de maturidade, própria ao homem casado, com filhos. E mais: a vida do

homem jovem apareceu significada como uma vida de "*descompromisso*", de "*zoeira*" que era interrompida pela paternidade e compreendida como a passagem da juventude para a maturidade.

Ao tomar como referência os estudos de Paiva e Arilha, no Brasil, e de Olavarría no Chile, publicados em 1999, a necessidade de mudança de vida, vivenciada como interrupção do que se faz no momento e com acentuado sentimento de responsabilidade, como foram relatados por Leo, pode-se compreender que essas não são experiências apenas dele: parecem ser vivências subjetivas construídas nas interações e mediadas pelos sentidos e valores presentes na cultura.

A noção de responsabilidade surge vinculada à concepção de homem, associada, portanto, à construção da identidade masculina e às implicações com a saúde sexual e reprodutiva, distinguindo-se dos outros conceitos morais ou jurídicos atribuídos ao termo.

Embora Leo tenha se referido à sua experiência como se ela fosse significada de modo único, somente por ele, os relatos dos autores citados apontam um modo semelhante, por parte dos homens, de vivenciar a gravidez inesperada das namoradas enquanto estão na adolescência, mesmo que seja no final dela.

No caso de Leo, a confusão de sentimentos ao se deparar com o papel de pai, ficou registrada em algumas afirmações como a que segue: "*a gravidez atravessa a vida do cara, fiquei desnorteado, parecia que não estava acontecendo*". A gravidez de Marina o surpreendeu pelo fato de que vinha se sentindo seguro quanto à anticoncepção, quer dizer, ele estava pagando pelo anticoncepcional que ela tomava, e confiar que ela o tomava era suficiente para tranquilizá-lo.

Ao assumir a parte financeira da prevenção, entendia estar esgotada a sua participação no processo. Não se ocupava em saber se ela o tomava, em como se sentia, se lhe trazia algum conforto ou alguma inconveniência. Marina também não relata nenhuma dificuldade em assumir essa responsabilidade sozinha. Entre o casal

parecia haver concordância em torno dessa decisão, haja vista a inexistência de questionamentos de ambos quanto ao modo de participação de cada um nos cuidados preventivos do casal.

A diferenciação de papéis de gênero como a que aparece na relação de Marina e Leo, reflete uma aprendizagem sociocultural dos papéis femininos e masculinos difundidos na sociedade. Esse modo de participação masculina restrita à contribuição financeira da anticoncepção, conforme ele mesmo diz: "*eu dava o dinheiro para ela comprar a pílula e pensei que ela estava tomando direito*", é revelado por homens jovens e também de faixas etárias próximas a de Leo em pesquisa de Arilha (1999, p.462):

"No campo das decisões sobre a vida reprodutiva, os homens entrevistados indicaram que as mulheres são aquelas que efetivamente coordenam os processos reprodutivos. Acreditam serem elas que agenciam os processos que efetivamente acontecem em seus corpos".

Tal perspectiva parece ligada a uma concepção histórica que atribui principalmente à mulher a responsabilidade da reprodução e, por extensão, pela prevenção. Como desdobramento dessa perspectiva, a responsabilidade que cabe ao homem na reprodução restringe-se substancialmente. Como fez Leo, enquanto assumiu a parte financeira, desencumbiu-se de compartilhar com Marina outros aspectos subjetivos que envolvem a concepção. Villa (1999), ao referir-se às concepções modernas sobre família e papéis de gênero, aponta um obstáculo epistemológico que dificulta dar visibilidade ao rapaz como sujeito ativo nos processos de reprodução, já que seu papel é sempre complementar às decisões femininas. Para superar esse obstáculo, as investigações deveriam direcionar o foco para o estudo das experiências e práticas masculinas e discutir as condições em que se produzem os significados.

A propósito da participação masculina na vida reprodutiva, vários estudos sobre relações de gênero evidenciam que conceber e criar filhos são atribuições, em culturas como a nossa, especialmente destinadas às mulheres (Chodorov, 1991, Lyra, 1997, Scott, 1990, Arilha, 1999). Quase nunca se pergunta ao homem sobre sua participação, sua responsabilidade e seu desejo no processo de reprodução, diz Lyra, realçando a importância de conhecer os desejos masculinos de participar em um espaço até pouco tempo reservado apenas às mulheres.

Os estudos dos autores citados estão entre outros que também apontam reflexões e intervenções que vêm ocorrendo fora do Brasil, sobre a participação dos homens na reprodução e nos cuidados com os filhos. A inclusão da população masculina em estudos atuais permite tornar mais visível a importância de sua participação na melhora da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Esta é uma perspectiva que talvez ajude a compreender ações como as de Leo, de apenas pagar pelo anticoncepcional e entender que sua responsabilidade estava plenamente cumprida.

A anticoncepção, quando deixada mais ao gerenciamento da mulher, como aconteceu entre Marina e Leo, não quer dizer que a influência masculina não esteja incluída nas decisões. Apesar de haver pouco diálogo entre o casal e apesar da mulher ser o agente principal da anticoncepção (ela que toma o anticoncepcional, usa o diafragma, etc), os homens de algum modo concordam ou discordam do procedimento, influenciando a parceira no uso dos anticonceptivos. É importante perceber que as decisões, resultantes de diálogos ou de formas menos democráticas, se dão no espaço da relação do casal.

Kalckmann (1998), resgata a figura masculina como fonte de informações sobre a saúde reprodutiva, buscando nos próprios homens dados acerca dos significados e práticas contraceptivas. Diz a autora que os homens centram seus

comentários sobre métodos anticonceptivos femininos, nas vantagens para eles, e que se referem discretamente sobre a percepção da parceira.

Marina, brigada com Leo, considerando o namoro rompido e não prevendo qualquer outro relacionamento sexual, abandonou o uso da pílula. Foi num momento de reconciliação que *"transaram"* sem qualquer proteção, descrito por ele com as seguintes palavras: *"Fui tocando, sentindo o cheiro.. não lembro mais de nada"*.

Leo, quando soube da gravidez, diz ter se sentido traído por Marina. *"Caí na arapuca"*, pensara ele na ocasião. Somente quando Marina, mesmo com a gravidez confirmada, recusava-se a continuar o relacionamento é que Leo acreditou que não foi uma armadilha. Ao ser rejeitado pela namorada, teve a confirmação de que não havia em Marina a intencionalidade de engravidar e, conseqüentemente, de prendê-lo com aquela gravidez. Essa fase foi passageira e eles logo se reconciliaram, voltando a fazer planos para o futuro.

Quando Marina suspende o uso da pílula em razão da briga com Leo, parece direcionar os cuidados com a prevenção somente ao que se passa na relação com aquele namorado. Nesse aspecto, segundo as médicas entrevistadas, essa prática *"ingênua"* é relatada com freqüência em seus consultórios e é causa de gravidez não-planejada.

Como compreender a postura feminina em estabelecer uma relação direta do uso da pílula com uma relação harmoniosa com o namorado? Parece que não foi desenvolvida uma percepção de si como sujeito sexual, pois a preocupação da mulher com sua vida reprodutiva estaria vinculada a si como sujeito regulador e ativo da sua vida sexual e reprodutiva (Paiva, 1998, Villa, 1999), o que significa, entre outras práticas, explorar a sua sexualidade independente da iniciativa do (a) parceiro (a). Ou, numa outra perspectiva, um desejo de maternidade não assumido explicitamente. Bengel da Paula (1992) realizou uma investigação com adolescentes grávidas cuja análise evidenciou que a gravidez "pode estar sendo utilizada pela jovem como um modo

de tornar-se adulta precocemente (...) um meio utilizado pelo adolescente para agarrar-se a uma posição mais proeminente no universo adulto" (p.150)

Quando, no momento da reconciliação, Leo não retomou a discussão sobre a prevenção e não se preocupou em usar camisinha, também colocou-se passivamente perante sua saúde reprodutiva e a prevenção da gravidez. Como Marina, também não foi agente regulador de sua ação como sujeito sexual, pois não negociou sexo mais seguro e protegido. Conforme seu depoimento, a "*culpa*" era de Marina que "*deveria estar tomando a pílula*". Agiram os dois de modo irrefletido como vários outros homens e mulheres que aceitam as atribuições modeladas socialmente, sem questioná-las.

A ausência de reflexão, por parte dos adolescentes, sobre as conseqüências de seus atos, que comumente é chamada de imaturidade durante o período da adolescência, deixa de ter sentido como um evento natural do ciclo de desenvolvimento se consideradas as condições em que se dá a formação de conceitos quanto à sexualidade e vida reprodutiva. Com Marina, em particular, as condições até para conversar francamente sobre sexo no ambiente familiar, não existiram. Na escola, o curso de Educação Sexual de que ela participou foi desenvolvido de modo tradicional, isto é, enfocando temáticas biológicas em forma de palestras, uma sistemática improdutiva no sentido educativo, que reproduz uma política social repressiva sobre a sexualidade.

A imaturidade dos adolescentes acaba sendo mais um reflexo desse tipo de educação, do que propriamente uma passagem compulsória do desenvolvimento. A imaturidade individual remete às condições sociais, quer dizer, o indivíduo não produz ele mesmo, sozinho, a própria imaturidade.

As expectativas sociais quanto aos adolescentes das camadas médias implica a tolerância de um período em que não se assume responsabilidades ou não se é capaz para assumi-las, como se isso fosse próprio dessa idade. Essa percepção se

reflete na constituição das subjetividades que, tendo sua origem na sociedade, acaba sendo tomada como natural do indivíduo.

Paiva (1998, p. 7) colabora na compreensão dessa questão ao dizer: "a adolescência, tal como a sexualidade, mais do que um fenômeno universal e transcultural, é um fenômeno modelado pela cultura, pela economia e pela política, o que não pode ser esquecido pelas iniciativas de prevenção".

Quando Leo decide contar aos outros a novidade, escolhe primeiramente uma amiga. Estava assim se *"preparando para contar para os pais"*. *"Me aconteceu uma coisa horrível"*, disse para a amiga. Comenta comigo, no entanto, que *"não é horrível"*. Um longo tempo havia passado entre as duas afirmações. A que fez para a amiga foi no momento "do sufoco", era a primeira pessoa a saber, era a primeira iniciativa no caminho de assumir a paternidade. Quando comentou comigo que *"não é horrível"* o bebê já havia nascido, portanto, o período de encarar os pais dele e dela havia passado, já estava "curtindo" e educando seu filho, tendo fundamentos para dizer que *"não era tão ruim"* o que lhe havia acontecido.

Depois de contar para a amiga, teve uma conversa com um cunhado e *"este papo me apressou para que eu não fugisse"*. Para Leo era muito difícil decepcionar o pai. O que ele temia foi expressado da seguinte forma: *"era o pai me botar para rua, trabalhar em qualquer coisa, de cobrador de ônibus, me sentia sozinho no mundo"*. Nada disso aconteceu. Não suportando mais tanta pressão, confiou seu segredo à mãe e longe do pai choraram juntos. A seguir, ela se ofereceu para ajudar, por exemplo, contando para o pai, pois certamente ela também previa algum aborrecimento para aquele momento. Mas nada de trágico aconteceu. O temido pai se dirigiu a Leo "fazendo gozação", dizendo *"Ah! vou ser avô?...eu te avisei!...como vai fazer com o pai dela? Quer que eu vá junto para contar?"*. Assim o temor de Leo teve fim, mas depois das brincadeiras o pai chamou seriamente sua atenção sobre as responsabilidades que cabe a um pai, do amadurecimento que a função requer,

advertindo-lhe que, a partir de então, a ajuda e os presentes que seriam para ele, iriam diretamente para o neto.

Entre as diversas manifestações merece especial atenção o uso do **aviso** como intenção de educar, como uma pretensão de dar conta da abrangência do tema. **Avisar** parece ser uma maneira que os pais usualmente empregam para abordar as questões sexuais e educar seus filhos. Ao alertar, ao dar avisos, supõem que estão fazendo o suficiente para que eles saibam como cuidar de sua saúde sexual e reprodutiva. Não raro esses pais desconhecem a importância das informações corretas e da adequação em abordá-las com liberdade, sem repressão e sem preconceitos. Ao utilizar o "alerta", estão reproduzindo, talvez sem saber, a concepção acerca do sexo e da adolescência como algo arriscado, que implica perigo. E nessa lógica é adequado "alertar", "avisar para tomar cuidado", pois é certamente conveniente chamar a atenção do outro, especialmente quando este outro é seu filho, para o risco que ele está correndo. Em linhas gerais, a postura que muitos pais adotam ao se incumbir da responsabilidade de educar sexualmente seus filhos, lamentavelmente parece não ultrapassar esses breves instantes em que lhe pedem a cautela, acompanhada do "dedo em riste". Teria a advertência, para esse pai, o significado de educar?

Leo tinha planos de se casar com Marina e com ela ter filhos, porém não previa para o momento em que a gravidez ocorreu. Mesmo assim, sonhava acordado com o bebê:... ensinar a tocar piano...se fosse mulher. Jogar futebol...se fosse menino. Trocava idéias com os amigos que também tinham filhos e descobriu que até se *"tem mais motivos para se dar bem na vida"*. Contrariando muitos discursos, Leo mostrou que ser pai na adolescência não é somente uma experiência negativa e desastrosa. Isso fica visível quando diz que, *"dá até motivação para estudar...trabalhar....tocar a banda"*. *"A gente tem mais motivos para se dar bem na vida"*.

Apesar de provocar muitas mudanças na vida do adolescente, a gravidez também pode redefinir outros sentidos existenciais e dar novas motivações que ressignificam as obrigações e desejos do cotidiano.

A relação de Leo com os amigos sofreu algumas alterações. As modificações em seu modo de vida o fizeram distanciar-se de alguns e se aproximar de outros que também tiveram filhos e constituíram família. As escolhas se davam em função do que havia em comum entre eles – os novos compromissos. Neste sentido, parece que houve uma mudança entre a vida de solteiro, “descompromissada”, para uma outra vida, mais ligada às recentes responsabilidades.

Entre Leo e Marina, entretanto, começaram a ficar evidenciadas algumas incompatibilidades em relação ao modo de educar o filho, como a escolha da escola, por exemplo. Na opinião de Leo, ela ficou “*muito mandona*” e eles foram aos poucos se distanciando, deixando de ter um projeto de vida em comum. O fato de morarem em casas separadas favoreceu os desencontros entre eles que acabaram por romper a relação. Leo, naquele momento, tinha nova namorada.

A convivência do casal parece ser um aspecto importante para os jovens estruturarem sua relação, buscarem seus sonhos, discutirem intimamente os problemas que surgem e procurarem com autonomia as possíveis soluções.

Os dados sobre Leo se resumem às informações obtidas em uma única entrevista e sobre seus pais o pouco que se sabe, foi por seu intermédio. Infelizmente eles não se dispuseram a participar.

5.2.2 Marina e seus pais

A mãe de Marina pela segunda vez se fez intermediária de minha aproximação com seus familiares. Primeiramente, como vimos anteriormente, com sua filha e agora com seu marido. Falou por mim dos objetivos do trabalho e propiciou nosso contato.

Tive com ele dois encontros em sua residência. Lá nos acomodamos na sala de visitas, que tem na sua lateral esquerda um jardim interno, por onde entrava muita luminosidade. Era possível ali apreciar o gosto pelas plantas, que parece ter a dona da casa.

A impressão que esse pai causa é de um homem sério na fisionomia e no trato com a vida. Não parece triste, mas quase não sorri. Em nenhuma das entrevistas ele consentiu a gravação. Tem 54 anos e quatro filhos jovens. Dois rapazes e duas moças. O rapaz mais velho e Marina, a filha mais nova, tornaram-se pais durante a adolescência. Vindo de outra cidade para estudar em Florianópolis, conheceu sua esposa no colégio. Casaram-se e tiveram quatro filhos como haviam planejado durante o namoro. Sua educação sexual, segundo relata, podia ser resumida em "*meu pai não falava sobre sexo*". Sua mãe não foi mencionada em nenhum momento dos relatos.

Ele dizia viver dentro das regras morais que captava nas entrelinhas do ambiente familiar, relatando que nada era explicitado. Sabia muito bem o que deveria ou não fazer, o que era certo ou errado, mas não lhe falavam nada diretamente. Muito sério desde jovem, vivia conforme os princípios de retidão que pautavam a vida família.

O silenciamento acerca do sexo parece ser uma face da repressão sexual. Por outro lado, o que se vê é o potencial de comunicação que pode conter o silêncio. Em

circunstâncias como as relatadas pelo pai de Marina, as palavras podem ser omitidas, mas continuam cumprindo a função da constituição de sentidos.

O fato de não terem sido explicitados na sua educação os temas relacionados à sexualidade parece ter-se repetido na família que constituiu. Revelou ter tido essa dificuldade tanto com Marina como com o outro filho que também foi pai na adolescência.

Para preservar a filha, procurava ocultar-lhe seu inconformismo quanto à gravidez. Apesar do empenho, aos olhos de Marina não passava despercebido seu ressentimento. Na tentativa de dissimular sua mágoa, ele se distanciava de Marina. Tentava ocultar dela esses sentimentos negativos que ele próprio condenava em si. Ledo engano, para Marina o distanciamento do pai era o suficiente para que ela compreendesse a decepção e a mágoa que o atingiam.

Segundo a percepção que tem de si quando jovem, não era uma pessoa "solta". Reconhece que teve muitos preconceitos, embora declare que grande parte deles estejam superados. Mesmo assim, em relação à educação sexual dos filhos, admite ter tido dificuldade. Embora tentasse rever as antigas idéias que já não davam conta de responder às questões atuais, sua ação no tocante à educação sexual dos filhos, acercou-se dos conhecimento anteriores.

Cruz (1998) é uma autora que também observa em suas pesquisas que o olhar do adulto fica preso a seus referenciais e que as temáticas dos filhos são habitualmente observadas e compreendidas a partir do prisma do adulto. Embora ela se refira à infância, parece que o mesmo continua a acontecer em muitos casos com os filhos na adolescência.

Esse pai afirma ter mudado muito sua concepção a respeito de sexo, mudança essa que, no entanto, não ocorreu na prática, isto é, no modo de lidar com a questão da sexualidade no cotidiano da família. Relata que as mudanças teóricas ocorreram em razão de muito estudar e aprofundar conhecimentos na área do espiritismo

moderno. Dedicava-se ainda e com afinco a praticar a religiosidade, diferenciando-a rigorosamente de religião. A religiosidade, segundo ele, diz respeito a aplicar na vida diária os preceitos compreendidos intelectualmente. Contudo, não se considera moralista e se percebe como uma pessoa que ampliou o nível dos conceitos e seu modo de compreender as relações entre o masculino e o feminino.

A reflexão o tem acompanhado. Admite ter-se arrependido de muitas atitudes tomadas para evitar que as filhas usufríssem de maior liberdade. Hoje percebe que estava errado e age de forma bem diferente, não querendo dizer com isso que "*manda as filhas se jogarem para o que der e vier*". Atualmente entende que a sexualidade é parte integrante da vida de todos, sendo também um caminho que leva à aprendizagem e ao amadurecimento pessoal. Ainda assim, sente-se dividido entre um homem novo com pensamentos renovados acerca de sexo, e um outro lado de si mesmo, que reage emocionalmente com base em preconceitos antigos. Deu, como exemplo, o momento em que sua filha o chamou para contar que estava grávida. Sentiu um grande choque, um impacto e um impulso de afastar-se dela, mas com esforço, valendo-se do seu *homem novo* não se permitiu rejeitá-la e aproximando-se dela, abraçou-a e ofereceu apoio.

Manteve-se nessa luta interna durante o período da gravidez, quando então "*não conseguia tocá-la e nem mesmo chamá-la pelo apelido, como carinhosamente fazia desde quando era criança*", depoimento que foi confirmado pela filha.

Quando perguntado se os filhos estavam informados sobre métodos anticonceptivos disse que "*não, pois considera que estar informado sobre algo envolve assimilação emocional do respectivo conteúdo e isso eles não tinham*". Embora estivessem informados, aquilo não estava presente nas suas ações. Nas suas palavras: "*A evolução da humanidade se dá pela transformação das emoções*".

A mãe de Marina é uma senhora de 52 anos, nascida e criada em Florianópolis. Seus relatos esbanjaram boa vontade e colaboração. Era notório que,

ao rememorar cada parte de sua trajetória, esmerava-se nos detalhes de cada lembrança e dos sentimentos vivenciados na ocasião. Cometeria um reducionismo dizer que ao ser entrevistada ela respondia às perguntas, era muito mais do que isso, esforçava-se para traduzir com fidelidade sua experiência, doava-se através de suas memórias, oferecia no presente o seu passado. Em nenhum momento lamentou a gravidez inesperada da filha, apenas sinalizou algumas passagens difíceis e dolorosas, mas sem o menor toque de lamúria.

Durante sua infância e adolescência morou parte do tempo no centro de Florianópolis e parte, num bairro do Continente. Ao saber que sua mãe havia morrido, de eclampsia, quando ela tinha dois anos de idade, interessei-me em saber quem a havia criado. Ela, embora tivesse uma madrasta, considera que seu pai foi mãe e pai ao mesmo tempo, comentando: *"era grande amigo meu"*.

Casou-se aos 23 anos e juntamente com o marido planejou ter quatro filhos: *"meus filhos não vieram por acaso, vieram porque nós queríamos que eles viessem. Tínhamos um plano de dois em dois anos ter nossos filhos"*.

Marina foi sua quarta e última filha. Conta, entre risos e ênfases, que ela foi *"fabricada"* em uma cidade turística quando acompanhava o marido a um congresso. Foi uma filha que não respeitou o intervalo de dois anos conforme o planejamento anterior de seus pais, demorou sete anos. A razão que fez o casal alterar o intervalo planejado foi uma doença crônica nos pulmões do terceiro filho que lhes ocasionou muita preocupação e cuidados. Passada a dificuldade, planejaram a vinda de Marina.

Enquanto solteira e ainda em um período depois de casada, ela trabalhou como professora de crianças, às quais se refere dizendo *"era louca por crianças, ainda sou, eu adoro cuidar de criança, de estar com crianças"*. Com o apoio do marido, abdicou do trabalho para ter e criar os filhos com tranquilidade, embora nunca tivesse se desligado totalmente das atividades educacionais, pois atuava em atividades educativas com crianças de baixa renda como voluntária. Durante vários anos

trabalhou na direção de uma creche que atende filhos de mães trabalhadoras e, no momento desta pesquisa, mantinha-se ligada ao trabalho de intermediação de adoção de crianças.

Abandonou também, ainda solteira, a Faculdade de Educação, voltando ao curso de Pedagogia recentemente, coincidindo, seu término, com o final da gravidez de Marina. Suas buscas têm uma história de coerência e perseverança. Ela interrompeu os projetos relacionados à profissão em função da maternidade, no entanto, no momento considerado por ela como oportuno, quando os filhos estavam crescidos, ela os retomou.

Ao perguntar como foi orientada pelo pai/mãe quanto aos aspectos sexuais, respondeu que *"essa geração sobre isso não conversava, o que existia em casa era um livro do Fritz Khan que eu dava uma olhadinha quando me sentia sozinha"*.

As práticas sexuais, assim como todas as outras ações naquele ambiente familiar, eram pautadas pelos princípios de honestidade, de bondade, da crença em Deus e principalmente pela autoridade que seu pai exercia. Ela comentou: *"jamais ousaria, por exemplo, não casar virgem, por respeito ao meu pai"*.

O que chama a atenção nessa educação familiar é a impregnação da moral cristã. Pelo seu relato foi possível perceber que a educação voltada para a sexualidade e para a formação do caráter, se regia pelos aspectos religiosos. Portanto, ser virgem até o casamento significava também ser considerada uma pessoa honesta, bondosa e crente em Deus, a quem devia prestar contas.

O espaço de escolhas pessoais dentro da família em questão estava delimitado pelos princípios adotados pelo chefe da família e pelo tipo especial de poder por ele exercido. Era uma pessoa sempre presente, que acompanhava de perto o desenvolvimento dos filhos, cuidando ele próprio de cada detalhe: os estudos, as

brincadeiras, as férias, as práticas religiosas, e por fim, os namoros. É curioso como até os vizinhos se faziam presentes para garantir o projeto da não-intimidade, pois somada à vigilância explícita do pai, que de vez em quando passava perto dos namorados para ver o que acontecia entre eles, existiam os olhares fortuitos da vizinhança. Uma janela indiscreta sempre se abria para olhar em direção "aos pombinhos".

Para a entrevistada, o cumprimento do dever moral estava solidamente instaurado, pois além de associado ao cumprimento das leis divinas, ainda era reforçado pelo aspecto emocional, que aparece nos fatos relatados e nas suas palavras: "...ter um pai amigo e afetivamente presente"...*"ele era muito amigo, mas tinha um rigor moral muito grande"*. A função da repressão fica visivelmente exercida quando descreve que a escolha pessoal ficou subordinada ao desejo e à autoridade do outro ao qual se respeita.

Para educar os filhos, ela reproduziu os princípios nos quais foi criada, ou seja, a seriedade, a honestidade e a religiosidade, conforme lhes foram transmitidas pelo pai, a quem se refere dizendo *"ele cultivava muito isso, ser honesto acima de tudo, acreditar em Deus e ser bom"*. Foi uma escolha feita com reflexão e por meio da qual ela deu continuidade àqueles valores, embora de uma forma **própria**, isto é, imprimindo-lhes os seus sentidos e significados. Assim, tornou-se próprio dessa pessoa ser honesta, bondosa e crente em Deus, **a seu modo**.

Quanto ao aspecto religioso, há um relato pelo qual, como o marido, faz a distinção entre os conceitos de religião e religiosidade, ressaltando *"a importância da crença em Deus"*. Tal crença não tem propriamente a ver com uma determinada religião, sendo imprescindível o amor a Deus. Explicita assim uma crença semelhante à do marido, sendo ambos praticantes do espiritismo.

Depois de participar de algumas práticas religiosas diferentes, ela aderiu ao espiritismo que era a religião professada pelo marido. Nele criou os filhos que enquanto eram crianças a acompanhavam à evangelização. Chegada a adolescência, segundo ela, *"a idade dos questionamentos"*, deu-lhes o direito de freqüentar ou não, e nenhum deles freqüentava.

A seu ver, o mais importante era que os filhos se tornassem pessoas, ou seja, *"alguém que tem sensibilidade, alguém que está inserido na vida sabendo que ela é fundamental, que está crescendo, que busca ser feliz, busca um sentido para sua existência, é estar aberto para o outro"*.

A educação sexual dos filhos deu-se através de conversas informais, aproveitando assuntos transmitidos pela televisão ou por meio de conversas direcionadas no sentido deles se respeitarem como pessoas. Portanto, ocorreu de uma forma indireta, informal e abstrata, nunca diretamente dirigida à sexualidade de cada um e seus momentos de vida. As conversas ocorriam mais com as garotas do que com os rapazes porque, segundo a percepção da mãe, elas solicitavam mais.

A seguir, ainda relatando acerca da educação sexual de seus filhos e filhas, introduz a questão relativa às condutas desejáveis no namoro, e de como garanti-las através da educação familiar. Trata-se, portanto, de um aspecto muito importante e revelador de como as famílias exercem as funções educativas, introduzindo um padrão de comportamento desejável e, pelo controle das ações, tentando reproduzi-lo. Havia nela uma preocupação particular para que não ocorresse o relacionamento sexual durante o namoro, como se a ela coubesse um papel de "guardiã da virgindade" ou "das práticas sexuais dos filhos". Parece que existia o entendimento de que cuidar da educação sexual dos filhos implicaria prevenir condutas indesejadas, tais como a intimidade com o namorado e a perda da virgindade antes do casamento. Derivada dessa função preventiva de certos padrões morais, fica mais compreensível a atribuição que fazem os pais a si mesmos, de guardiões da moralidade dos filhos.

Isso especialmente no que se refere às mães, a quem são atribuídas as tarefas de definir regras de conduta e controlar os horários de chegada. Devem estar sempre prontas para alertar e para não descuidar do exercício de controle. É assim que essa mãe descreve seus procedimentos, tendo a certeza de estar cumprindo seu dever.

Com relação às informações necessárias ao cuidado com a vida reprodutiva, a mãe de Marina acreditava que a filha as possuísse suficientemente, ao dizer: *"não foi por falta de informação que ela engravidou"*. Além das conversas em casa, ela havia feito um curso específico no colégio particular onde estudava, porém nunca a havia levado a um ginecologista.

Com a mãe, Marina visitou a ginecologista somente após a gravidez, no quarto mês de gestação. *"Não levei porque não achei que ela estivesse se relacionando sexualmente"*. Esse também é um procedimento muito difundido entre as famílias, o de esperar o surgimento de algum problema ou uma gravidez para encaminhar a adolescente à visita ginecológica. Evitar o tema sexualidade reflete todo um modo de conceber os cuidados com a saúde, que advém da concepção curativa das doenças e diz respeito a procurar soluções depois do problema já ter se instalado.

O desempenho da ginecologista e obstetra de Marina foi qualificado pela mãe como *"como aquela pessoa que não é só médica, uma pessoa que sabe receber uma adolescente, sabe conversar, deixar a vontade... ela me deu um suporte tão grande pelo carinho que ela atendeu minha filha...foi de um carinho extremo"*.

Nessa família, como vimos anteriormente, é o segundo caso de gravidez na adolescência e antes do casamento. Seis anos antes, o mesmo ocorrera com seu irmão e a namorada e em ambos os casos houve um choque com a notícia. A mãe pondera, entretanto, que com "filha" é pior. É um momento em que os pais se dão conta de quão infrutíferos foram os cuidados por eles empreendidos com o intuito de evitar tal situação. Na sua percepção, o marido ficou mais inconformado que ela: sentindo-se traído e por muito tempo decepcionado, não conseguia aceitar o que

aconteceria com sua filha. Tal como os adolescentes pensam em relação à gravidez e às DSTs, ele achava que isso *"acontecia com os outros, não com a filha dele, que com a filha da gente seria diferente"*. Como é possível observar, o fato de se colocar à margem de possibilidades óbvias, deixando-se reger apenas pelo que desejam, por um tipo de "pensamento mágico" parece não ser privilégio exclusivo dos adolescentes como se apregoa, pois os adultos também têm sérias dificuldades em aceitar a realidade dos acontecimentos.

A gravidez de Marina, além de modificar seus planos de vida, interferir nos seus sentimentos e os de seus familiares, também provocou alteração na rotina de sua mãe que, na ocasião, tomava conta da casa e terminava o curso superior. A essa rotina acrescentou a confecção de parte do enxoval do bebê e os cuidados especiais com a filha grávida, principalmente no sétimo mês, quando esta teve uma ameaça de aborto.

Tal como a cultura tradicional propõe ou impõe à mulher, essa mãe foi uma cumpridora de todas as tarefas, tanto as "braçais", como as do papel de mediadora da harmonia nas relações familiares. Além disso, como fazem muitas mulheres modernas, respondeu aos apelos sociais de busca por um novo projeto de vida, através de outras formas de realização pessoal, pois, em meio a tudo, diplomou-se.

Marina continuou morando na casa dos pais porque, segundo sua mãe, *"não tinha como ela ir para lá (referindo-se à casa do namorado) porque a casa é muito pequena e eu também não queria minha filha tão novinha, assim, já nesse vai e vem. O pai do menino também pediu que ele não saísse de casa. Vir para cá (referindo-se à própria casa) seria motivo de conflito"*. Parece que não havia nesses pais uma expectativa positiva quanto à continuidade do relacionamento dos namorados.

Pelo que se observa em alguns autores estudiosos da gravidez na adolescência como Vitiello e Tiba (1999), há também relativo pessimismo quanto aos ganhos que os jovens possam ter com a experiência de ser pai e mãe. Essas

reflexões contribuem para fortalecer a questão como algo que é só problema, atribuindo aos jovens a responsabilidade por dificuldades que são socioculturais: conviver com a paternidade e maternidade juvenis, encontrando novos espaços sociais para os pais adolescentes.

Quanto aos cuidados com o bebê, a mãe de Marina narrou que ela era muito tímida diante da situação: "*ela era muito novinha*". Percebeu, no entanto, que ela amadureceu, que a relação entre mãe e filha melhorou muito, embora nunca tenha sido ruim. Diz que ela e o marido passaram a ver Marina diferente, reconhecendo que tinha boas idéias. Apenas menciona "*um ciupezinho*", referindo-se ao receio da filha de se tornar "*uma irmã mais velha*" de seu filho. Marina falou diretamente sobre isso com a mãe, ao que ela comenta: "*Bom, eu não fiz nada que não deveria ter feito, tive maturidade para fazer o que muitas mães não têm, percepção e maturidade para administrar as situações*". Relatou que a tranquilizou dizendo que isto não aconteceria, ou seja, não tomaria o lugar de Marina como mãe, que se manteria longe e só viria à noite quando fosse chamada.

Sobre a experiência em ser avó, suas palavras foram as seguintes: "*A coisa mais gostosa é a gente ser avó e ainda assim poder compartilhar como eu compartilho da formação deles...para eles (os filhos) poderem continuar a vida deles. Eu me sinto importante*".

Sua opinião acerca da gravidez na adolescência é que a mídia faz um constante estímulo à sexualidade, ao mesmo tempo que esclarece, incentiva, mostra que é natural e gostoso..."*ai eles se veem diante de uma situação de imaturidade, de achar que não vai acontecer e acontece*".

5.2.3 Cláudio, o irmão

A entrevista com Cláudio foi uma contribuição especial, frente à dificuldade de encontrar sujeitos que se dispusessem a colaborar. Das informações colhidas, serão descritas apenas aquelas consideradas pertinentes para o estudo de caso, ou seja, as informações que possibilitaram uma melhor compreensão e análise do tema.

O relato de Cláudio contribuiu para que fosse possível penetrar mais no interior da cultura familiar de Marina, indicando como a família absorveu e processou a chegada dos dois netos.

Não somente os filhos tiveram seus conflitos, para os pais cada gravidez foi talvez mais inesperada e indesejada do que para os próprios jovens. Os novos avós foram gradativamente se aproximando da situação, incluindo-se como solidários para as possíveis soluções. Caminharam do lugar que inicialmente significava "um problema" para uma posição de acolhimento e participação. Se num primeiro momento se viam diante de um problema, ao mergulhar nele envolveram-se e dele passaram a fazer parte.

O que pareceu mais importante nos depoimentos foi a semelhança na percepção que os dois irmãos apresentaram da realidade familiar. A respeito da educação sexual no seio da família, a conduta predominante era o silenciamento sobre o assunto. Os princípios religiosos que davam direção à ação educativa na família, ao mesmo tempo em que sustentavam o silêncio, davam-lhe voz. Uma voz forte e contundente que poderia ser traduzida por "proibição". *"O pai não conversou, explicou ou orientou.* A mãe alertava - *"cuidado!* Daí ter sido relatado pelo jovem que o maior problema vivido, além da própria gravidez inesperada, era **o medo de contar para os pais.**

E por quê ? Algo que não podia, não devia ser feito, tinha acontecido. Mais difícil que encarar a gravidez e o filho, me pareceu que era encarar os pais. Por ter feito algo que para eles era significado como proibido, a percepção do rapaz era de que naquele momento, dentro daquela família, anunciar a gravidez fora do casamento era mais grave que contrariar, era **infringir**. "*Infrator sim. Infringi as normas, as proibições!*". Ele parecia convicto de que seus pais não sabiam que tinha relacionamento sexual e não aceitariam se soubessem.

Enquanto a gravidez inesperada provoca susto e medo das novas responsabilidades para os jovens pais, tais conflitos são acompanhados de alegria e de novas perspectivas atraentes, e tal peculiaridade torna essa dificuldade qualitativamente diferente da outra. O medo de denunciar-se aos pais pela transgressão das expectativas destes, convive com sentimentos como o medo, a culpa e a vergonha.

Geralmente algum outro membro da família fica sabendo antes dos pais. No caso de Cláudio também foi assim. Ele foi procurado por alguns parentes próximos que, ao lhe oferecer ajuda, imprimiram à situação um tom de gravidade que acarretou em Cláudio mais alguns problemas. Como se estivessem diante de uma tragédia, seus parentes se colocaram à disposição. No entanto, Cláudio que já se encontrava assustado, surpreendeu-se ante uma rede bem intencionada de opiniões familiares, sentindo-se, assim, mais exposto ao olhar alheio, o que fez acrescentar mais uma dificuldade, qual seja, o fato de ser problema para os outros.

É oportuno lembrar que a produção social de significados está presente nas famílias e, como ocorreu nesse caso, os familiares de Cláudio reproduziram com a gravidez da namorada o tom alarmista que a sociedade em geral vem dando à gravidez na adolescência, desconsiderando o contexto social que a produz.

A gravidez e os desdobramentos conseqüentes dela não eram "um problema" para Cláudio, pois amava sua namorada e desejava casar-se com ela. O que se

constituiu em problema para ele era um conjunto de situações, tais como não poder naquele momento ter uma casa própria, conviver num ambiente conflituoso como era na casa da namorada, sentir-se um infrator, estar limitado e impedido nos seus posicionamentos pelo fato de ter que morar na casa alheia. Enfim, não ter autonomia.

Mesmo antes da confirmação da gravidez, quando apenas suspeitava, Cláudio tomou a decisão de economizar e juntar dinheiro. E esta foi sua primeira pincelada no papel de pai, como fizeram também os namorados das entrevistadas da Maternidade Carmela Dutra: preocupar-se primeiramente com a manutenção da nova família que pela gravidez concretizada começa a se constituir.

Do universo de pais pesquisados direta ou indiretamente (refiro-me às informações obtidas por meio das namoradas, por isso, indiretamente), quando os jovens já desempenham algum papel profissional, estes foram mais desenvolvidos após a gravidez. Parece que assumem o papel de "chefe de família" através da incumbência de ganhar dinheiro. Enquanto outros, que ainda não têm uma fonte de renda por mais insuficiente que seja, carregam mais essa insegurança.

Como com Marina e Leo ou Elisa e Carlos, mais uma vez a história se repete com Cláudio e sua namorada. A instância do segredo se coloca como mais um argumento mediador da relação amorosa desses casais. E nessa ocasião eles refazem o contrato de união e de fidelidade, o que torna a relação ainda mais forte, pelo menos temporariamente. Além do amor já existente, eles têm no segredo um novo aliado que os torna mais cúmplices e mais amantes.

5.2.4 A silenciosa educação sexual

Poderia ser injusto dizer que Marina é uma jovem tímida, porém é possível afirmar seguramente que se torna mais tímida quando o tema é sexo, o que é

impossível de evitar neste estudo. Embora conhecedora da temática com a qual estava colaborando, não raro sua voz se escondia e seus olhos procuravam o chão. De minha parte, também me intimidava, com medo de ferir sentimentos ou invadir a privacidade que tanto desejava conhecer, porém não desrespeitar.

Conhecendo-a melhor, comecei a compreender que tal acanhamento não tinha a ver com o momento compartilhado, pois, conforme seu próprio testemunho, cresceu tendo o sexo e o palavrão como sinônimos, e como tal, ambos eram terminantemente proibidos.

Marina é uma pessoa que pensa antes de falar e que pensa também depois que fala. Refletir é uma característica marcante do seu modo de estar no mundo. Só não teve, como muitas também não tiveram, a chance de aprender sobre a própria sexualidade. E a religião parece que nesse caso teve muito a ver com isso, pois todos os membros de sua família são religiosos praticantes.

Marina, assim como tantas outras, parece que foi em busca do Cupido e surpreendeu-se com Eros. Desconhecia que o sexo não é uma parte do ser que pode ser isolado ou ativado conforme os valores e a razão o permitem. Não sabia que namorar implicava envolver todo o seu ser. Casar virgem era uma meta indiscutível para a moral tradicional que havia assimilado na família. Só não lhe avisaram como lidar com as emoções ligadas ao sexo, emoções essas que circulam durante o namoro.

Em sociedades moralmente repressoras, em que não se assume a óbvia relação entre namoro e sexo, os tabus e a repressão sexual são estratégias que valorizam a preservação da virgindade. Todavia, não são suficientes para impedir a prática da sexualidade e, principalmente, da sexualidade sem culpa. Tudo indica que foi assim que Marina se tornou mais uma presa do não-esclarecimento e da falta da liberdade familiar em tratar do assunto. Não teve a chance de preparar-se para as atividades sexuais e seus desdobramentos.

No colégio particular onde estudava, participou de um curso sobre sexualidade para o qual a família foi consultada. Sua mãe, após certificar-se dos conteúdos que seriam desenvolvidos, e de que o curso seria dado por pessoas qualificadas, autorizou a participação da filha. No entanto, nunca lhe foi perguntado o que aprendeu, ou se gostou do curso.

Para a mãe, esse curso representou um momento de informação e educação, uma importante complementação à educação familiar. Para Marina, o aproveitamento foi pouco significativo pois, segundo seu depoimento, *"foram palestras e a gente não prestava atenção, a gente ficava de tititi. Era um assunto que a gente tinha vergonha de tratar junto com os meninos. Para disfarçar, a gente ficava conversando e assim não ouvia o que estavam falando"*. Esse relato tem uma grande importância no sentido de explicitar o modo como muitas vezes a escola vem se desencumbindo da tarefa da educação sexual.

Nas últimas entrevistas, Marina já desempenhava com desenvoltura o papel de mãe e se considerava mais adulta. Ao olhar para trás, avaliou a si mesma e a seu parceiro como imaturos na ocasião em que a gravidez ocorreu.

Essa sua reflexão sugere a necessidade de investigar melhor as razões que levam os pais e os educadores a deixarem os jovens à deriva de sua "imaturidade". Será que permanecem ainda prisioneiros dos seus próprios medos e preconceitos, não conseguindo vislumbrar o ônus que fazem os jovens pagar para amadurecer?

Para Marina, o preço não está sendo maior porque ela não vivenciava a dificuldade com a presença da criança e com o trabalho inevitável que tem uma mãe para cuidar de um bebê. Ela foi incansável no ato de aprender a ser mãe: o dar de mamar, a higiene, a vigilância diuturna. Seu filho foi bastante desejado, embora tenha atropelado seus outros desejos, como o de constituir uma família auto-sustentável, casar-se virgem e terminar seus estudos antes do casamento.

6 REPENSANDO A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

6.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA

Visando compreender a atual geração de adolescentes, faz-se importante entender essa fase do desenvolvimento dimensionada pela articulação entre os aspectos individual e social, abrangendo tanto o aspecto biopsíquico, como a relação do sujeito com o meio sociocultural no qual está inserido. É nesse período que os jovens se vêem às voltas com consistentes mudanças corporais e emocionais, quando já não enxergam o mundo com os olhos da infância, pois este vai se redesenhando diante deles em múltiplas e constantes transformações. O trabalho interior de auto-organização com base na interação com o ambiente, demanda energia psíquica e ao mesmo tempo os impulsiona para a reestruturação de suas relações anteriormente estabelecidas.

Esse processo dinâmico de transformações pessoais, de redefinição existencial e de novas práticas sociais pautadas por maior liberdade de ação dos adolescentes, está sendo freqüentemente apontado como uma queixa do grupo familiar das camadas médias. Exige que a própria família se transforme para conviver com novas pautas relacionais, sendo um quadro que, além de novo, subverte a rotina, instala tensões e exige ressignificação geral de valores, razão pela qual tem sido denominado de "fase crítica" ou de "crise da adolescência".

Traduzida do ponto de vista das camadas sociais média e alta e de diferentes abordagens psicológicas, a adolescência seria uma crise cuja trajetória provisória é superada e substituída por um tipo de estabilidade, desejável ao mundo adulto. A idéia

de "fase crítica" subentende que alguém está passando por um estado irregular (crise), que naquele indivíduo se manifesta como um sintoma. Assim particularizado, abstrai-se o indivíduo de seu contexto, sendo ele perspectivado como construtor do próprio sintoma. Isolados do entorno social em que vivem, os adolescentes seriam considerados, portanto, os autores ou vítimas de sua fase crítica.

Na visão histórico-cultural, diferentemente, o chamado "mundo interno" dos adolescentes é compreendido como constituído na relação do sujeito com o meio, concretizado na sua história pessoal de vinculação com o mundo.

Como esse estágio de vida vem sendo comumente traduzido por condições de imaturidade, não são creditadas aos jovens tarefas que requerem responsabilidade. Entretanto, na concepção de Chauí (1980, p. 29), a imputação de imaturidade a certas figuras concorre para a legitimação do poder de dirigi-las, governá-las, isto é, submetê-las.

Históricamente, J. J. Rousseau (1712-1778), filósofo e educador, preconizou um tipo de educação para os indivíduos, tendo sido um dos primeiros a refletir sobre a adolescência. Distribuíu o desenvolvimento em faixas etárias que iam da infância até a idade de vinte e cinco anos, por ele considerada como a idade "do casamento e da sabedoria". Esse filósofo, na obra intitulada "Emílio", tem como foco central a passagem do personagem pela juventude, descrevendo-a como uma trajetória de "tempestuosa revolução", "mudanças de humor", "perigo" e de recusa explícita a qualquer ordem externa.

Na sua descrição, tem-se uma compreensão que, posteriormente, aliada a idéias burguesas, iria justificar que a adolescência é a etapa do ciclo vital ligada a alterações pessoais capazes de gerar desagregação, conflitos para si e para os outros com quem o adolescente convive.

Na passagem da sociedade medieval para a moderna, pertinente com o projeto social da época, afirma-se uma nova classe social, a burguesia. Esta, por sua vez,

gerou um tipo de indivíduo que passaria por uma fase preparatória, longe da vida produtiva, quando teria um prazo de preparação para funções adultas (Ariès, 1981, Huberman, 1986, Aranha e Martins, 1993). Para o restante da população que não podia manter seus filhos nessa quarentena improdutiva, não havia juventude e nem estudos. Nas palavras de Ariès (1981, p. 192), "de um lado havia a população escolarizada e, de outro, aqueles que segundo hábitos imemoriais, entravam diretamente na vida adulta, assim que seus passos e suas línguas ficavam suficientemente firmes".

Em seu livro *História Social da Criança e da Família*, o mesmo autor demonstra como durante a Idade Média se atribuíam os mesmos papéis sociais para as diferentes idades. As crianças, tão logo venciam o desafio da sobrevivência, eram incluídas nas atividades dos adultos e junto a eles participavam das atividades sociais: nos jogos, nas brincadeiras, nas profissões. Após ultrapassarem a condição de maior fragilidade, tornavam-se socialmente adultas, sem passar por nenhuma etapa intermediária de preparação para esse papel. A adolescência ou juventude, "continuavam a ser confundidas, elas só se separariam mais para o fim do século XIX, graças a difusão entre a burguesia de um ensino superior: universidade ou grandes escolas" (op.cit, p. 176).

Representantes do Estado e da Igreja (católicos e protestantes) a partir do século XVII, interessados na preservação moral dos adultos, depositaram franco interesse na formação das crianças, ou seja, tratavam de iniciá-las o quanto antes nos padrões morais desejáveis para, desse modo, evitar o desmando moral do adulto. Tem-se nessa prática, pautada pelo interesse do controle moral dos indivíduos adultos, um marco histórico para a separação das idades e, com ela, o início da demarcação da vida infantil como um período diferenciado das outras fases da vida.

O processo de separação das idades ocorreu paralelamente ao desenvolvimento da instituição escolar quando esta, progressivamente, estendeu aos

mais jovens o período de aprendizagem e, num outro momento, reagrupou os alunos conforme o conteúdo disciplinar. Começando pelos mais novos, os alunos de Gramática foram os primeiros a serem separados, depois os de Lógica e os de Física, sem se descuidarem da moralidade na formação das crianças e dos jovens. Fora das escolas eles eram mantidos misturados e indiferenciados dos adultos. Como é possível observar, a burguesia que posteriormente consolidou a adolescência como estrato social, deve aos educadores e aos clérigos tê-la iniciado.

Tais relatos históricos fornecem dados que permitem entender que a adolescência, longe de ser um processo meramente biológico, é uma condição ligada a determinadas camadas ou grupos de uma sociedade, variando conforme as expectativas socioeconômicas de cada época.

É somente a partir de 1914, por ocasião da 1ª guerra mundial, que a juventude ganha *status* e maior reconhecimento. Dela se esperava uma postura de vanguarda objetivada na capacidade de renovar a velha sociedade. Segundo Ariès (1981, p. 47),

"... a adolescência se expandirá empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente, assim passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita, deseja-se chegar a ela e nela permanecer muito tempo".

Na ótica mais recente de Erikson (1976), o conceito de "crise da adolescência" se diferencia das crises traumáticas oriundas do ambiente externo. Trata-se, ao contrário, de uma fase construtiva em que o próprio processo de crescimento fornece energia para a superação da crise e terá, como resultado esperado, a construção de uma "identidade de ego", o princípio organizacional do sujeito.

Para Aberastury e Knobel (1986), a adolescência é uma etapa do desenvolvimento evolutivo do ser humano descrita como uma "*síndrome normal*". Tal denominação é curiosa e ambígua pois "*síndrome*" indica um conjunto de sintomas,

em geral característicos de uma doença, mas que, contraditoriamente nesse caso, referem-se a um quadro de plena normalidade.

Neste sentido, algumas teorias psicológicas e psicanalíticas, ao apontarem as motivações intrapsíquicas como desencadeadoras do período da adolescência, sustentam teoricamente a representação social de "crise" para indicar a passagem da infância para a idade adulta. Tendo por foco um processo de separação necessariamente difícil que os filhos fazem de seus pais (ou das identificações parentais), esses teóricos depositam, na resolução dessa separação, a condição para os jovens atingirem a identidade própria na vida adulta. Segundo Aberastury (1986), é condição da adolescência vivenciar três lutos fundamentais: a perda do corpo infantil, a perda do papel infantil e a perda dos pais da infância.

De qualquer modo, é freqüente encontrar menção à adolescência como um período de transição (crítico ou harmônico) entre a infância e a idade adulta, uma etapa de passagem ou espera para a maturidade, quando só então os indivíduos tornar-se-iam responsáveis, teriam uma vida estável por meio do trabalho e da constituição da própria família. Esse período é compreendido como necessário para a criança se transformar em adulto, não apenas do ponto de vista biológico, mas em termos psíquicos e sociais.

Tal concepção pode fazer sentido para alguns segmentos sociais e no interior de algumas culturas, pois o lugar social conferido aos adolescentes é flutuante. Não faz sentido, por exemplo, para os jovens das camadas populares, pois tal percurso social não tem a ver com o contexto em que sobrevivem. Seria impróprio, portanto, generalizar uma realidade particular de alguns grupos para todos os demais, seria esquecer que o adolescente é um ser imerso em diferentes realidades com as quais interage permanentemente.

Para os jovens de estratos socioeconômicos médios, o início das práticas sexuais, a entrada no mercado de trabalho, o serviço militar e a independência

financeira são indicadores sociais que demarcam as expectativas de final da adolescência. Contudo, convivendo paralelamente com esses indicadores sociais, existem outros que têm provocado maior tempo de permanência dos jovens na casa dos pais. O aumento do período nos estudos usado em especializações, as dificuldades de obter trabalho ou estabilidade nos empregos, assim como a volta para a casa dos pais após um casamento desfeito tem ocasionado o prolongamento do período de dependência e, conseqüentemente, do período da adolescência. Para designar tal fenômeno social, criou-se na Inglaterra, um termo próprio para nomeá-lo: *adulescência*. Desse modo, mapear os componentes indicadores do período da adolescência das camadas médias parece ser mais fácil do que localizar os indicadores de entrada na fase adulta.

De qualquer modo, conceituar adolescência não tem sido um exercício simples, pois implica a articulação de componentes de diversas ordens. O início do período está marcado biologicamente pela puberdade, contudo, sua permanência e finalização adentram o campo sociológico, psicológico e jurídico. Montemayor (1986) contribui para essa reflexão, relacionando um conjunto de cinco componentes que, **interligados**, permitem retratar a complexidade do conceito: a idade cronológica, o desenvolvimento biológico, o desenvolvimento psicológico e cognitivo, a transição de *status* na esfera legal/jurídica e uma espécie de autorização dos adultos para compartilhar das atividades pertinentes aos sujeitos pertencentes a essa faixa etária.

A formulação desse autor, por ser multidimensional, consegue clarear a abrangência do fenômeno que, no entanto, precisa ser contextualizado no espaço e no tempo cultural de cada sociedade em questão.

Os adolescentes de todos os setores sociais e econômicos têm apresentado mudanças nos padrões de comportamento a partir das mudanças sociais contemporâneas, embora distintas em significação. De alguma forma, todas as camadas sociais foram atingidas, em diferentes medidas, por um grande volume de

fatos inter-relacionados como: a maior liberdade feminina em decorrência da possibilidade de controlar a natalidade e a entrada das mulheres no mercado de trabalho; as mudanças que vem ocorrendo nos papéis de gênero; a estimulação da sexualidade pelas mídias; a antecipação do despertar da sexualidade, a exploração do corpo como objeto de consumo, o sexo virtual; a AIDS que levou a educação sexual para o domínio público; a maior frequência da separação nos casamentos e o aumento de mulheres encarregadas do sustento familiar.

A extensão e a intensidade de tais transformações marcam o modo de vivenciar o período da adolescência, nele refletindo todas as contradições e ambigüidades presentes no atual quadro histórico-social.

Um elemento de fundamental importância que até pouco tempo não era apontado pela literatura e que esteve presente na construção social da adolescência, foi a implicação do conceito de gênero na organização social da relação entre os sexos. Considerado por Scott (1990:6) como uma "categoria de análise histórica", o conceito de gênero é descrito pela autora como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos, sendo ainda um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Pode-se observar que subjacentes a educação escolar e familiar e associada aos múltiplos modos de controle dos adultos sobre os jovens, encontram-se as expectativas pertinentes ao papel social feminino e masculino. As ações educativas dirigidas aos jovens pressupõem uma anterioridade da ordem de preceitos concebidos culturalmente e que se diferenciam para cada grupo. Portanto, é a essa maneira construída socialmente, de indicar o que é adequado aos homens e às mulheres que Scott (1990) se refere ao conceito de gênero. Gênero é, segundo a autora, uma criação inteiramente social de idéias sobre os papéis masculinos e femininos e "uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres" (1990:7). O modo desigual no tratamento dos adolescentes de sexos

diferentes começam bem antes desse período, portanto, o conceito de gênero é circulante em todo universo social. Pela sua presença cotidiana nas palavras, nas instituições e na política, pode ser compreendido como legitimador das relações sociais entre os sexos, anteriormente construídas.

Outros aspectos como o processo de privatização dos espaços sociais, somados aos apelos de certas religiões, que em nome da devoção incitavam os sujeitos a uma experiência individual mais íntima, foram conduzindo os indivíduos para um determinado tipo de relação com o próprio corpo e para novos padrões de conduta, fazem parte da história da construção dos papéis de gênero que na atualidade contam na formação dos adolescentes. ☹

6.2 ADOLESCÊNCIA E DIREITOS SEXUAIS

O controle da sexualidade surge com a civilização, quando os próprios homens inserem as proibições e permissões em seus costumes. Desta maneira, a cultura, ao normatizar a expressão da sexualidade, humaniza a própria natureza .

No ocidente, a temática sexual esteve sob domínio do cristianismo, passando depois a ser controlada pelas sociedades burguesas, e, na atualidade, está notadamente dominada pela sociedade de consumo e pelos veículos de comunicação de massas. No entanto, as instituições nacionais e internacionais ligadas à saúde e à educação têm eleito, para suas pautas de debates, a sexualidade e a saúde reprodutiva de homens e mulheres, registrando um momento decisivo na história social de nosso tempo.

Ⓐ liberdade de expressão da sexualidade, a contar pelas cenas e discursos divulgados pelos meios de comunicação, poderia ser avaliada como total e irrestrita.

As imagens sugerem as diversas formas de parcerias, incluindo as parcerias sexuais infantis. O sexo é ofertado como fonte de consumo e de prazer ilimitado. Uma avalanche de imagens e manchetes sugere a proximidade de um paraíso conquistado pela prática sexual livre de qualquer impedimento. O que se constata, no entanto, é que a sexualidade está ainda muito restrita aos discursos mercadológicos, usada como promessa de sucesso, de beleza, de conquistas amorosas sem fim.

Costa (1997), lembrando as idéias de Reich, indica que a descoberta do corpo como exigência de prazer e realização da condição humana através do orgasmo, foi usada pela sociedade de consumo, transmutando a sexualidade de qualidade emancipatória, ao paradigma de prática quantificante e mercadológica, compatível com a sociedade de massas.

Por intermédio de um inusitado jogo de imagens e idéias avançadas, o prazer não mais é negado, ao contrário, é obrigatório e exigido. Conforme o mesmo autor,

"O corpo é valorizado como objeto libidinal de consumo, transformado em mercadoria que tanto vende produtos como ele próprio é vendido...Ao reduzir Eros a objeto quantificante, está se desvalorizando a vida e a liberação sexual".
(op.cit., p. 92).

Isso posto, verifica-se que a sociedade de massas tem aprisionado os indivíduos sob a égide de discursos e propagação de idéias capciosas de liberdade que, ao aplicar o modelo consumista à sexualidade, amplia a rede de consumo de objetos e pessoas. A ordem consumista aplicada às massas modifica as estruturas humanas e, conseqüentemente, as subjetividades.

Desse modo, a sexualidade que é parte integrante de todo o ser humano, do começo ao final do ciclo vital, está normatizada não apenas pelos códigos morais e roteiros de gênero de cada cultura mas, também, pelo que é veiculado naquele espaço sociocultural, em geral, visando aos interesses econômicos das camadas dominantes.

A adolescência como uma construção social que está sujeita às particularidades culturais, na atualidade é palco de contraditórios códigos valorativos. Inúmeras concepções a descrevem, das mais tradicionais, do tipo que apregoa os velhos padrões morais proibitivos do sexo pré-marital e a dupla moral sexual para homens e mulheres, aos novos códigos de gênero que promovem os direitos às diferenças, enquanto procuram evitar a continuidade das desigualdades.

Em meio a tantos modos de produção da sexualidade, os adolescentes encontram-se em condição de vulnerabilidade num contexto em que os interesses de ordem econômica e social passam por um momento delicado de seu desenvolvimento. Esses adolescentes estão vulneráveis aos diferentes modos de produção da sexualidade circunscritos aos diferentes modelos difundidos pela mídia, definidos pelas religiões, por valores familiares... enfim, aos legados de sua época.

Preocupados com os rumos que possam tomar tais questões, os estudiosos do assunto incluíram a sexualidade nos debates da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na China, em 1993, tendo sido discutidas, sob a ótica dos direitos humanos, conferindo-lhes um *status* de dignidade. Na ocasião, reconheceu-se a urgência em fortalecer programas de prevenção que promovam a saúde de mulher, em difundir serviços confiáveis de orientação sobre sua sexualidade e reprodução, em particular às jovens.

Em sua plataforma de ações, a Conferência prescreve entre outras que:

"A saúde reprodutiva implica, assim, a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem risco, e que se tem a capacidade de procriar e a liberdade para decidir fazê-lo ou não fazê-lo, quando e com que frequência"(1996, p. 77).

Como se pode observar, com o reconhecimento às necessidades específicas dos adolescentes, recoloca-se a questão da sexualidade no campo dos direitos humanos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 7º, institui o reconhecimento "do direito à proteção, à vida e à saúde mediante a efetivação de políticas sociais e públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência". Vista nessa perspectiva, a vivência da sexualidade na adolescência, embora de forma não explícita, estaria incluída nos aspectos da "saúde" e do "desenvolvimento sadio e harmonioso". A omissão desse aspecto teoricamente faz sentido no modelo sociocultural que considera a adolescência como uma fase de preparação para a vida adulta, razão pela qual certos conceitos como a sexualidade e a saúde reprodutiva são preocupações futuras (Cavasin, 1998).

Em 1999, a China, foi novamente palco dos avanços nas conquistas dos direitos fundamentais do ser humano, quando sediou a Assembléia Geral da *World Association for Sexology-WAS*, ocasião em que foi aprovada a Declaração de Direitos Sexuais. Ficaram dessa forma legitimados, mais uma vez, o reconhecimento da liberdade de expressão da sexualidade, a segurança do corpo sexual e o direito à sexualidade como fonte de prazer, assim como "... fonte de bem estar psicológico, intelectual e espiritual".

6.3 A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O assunto em estudo ainda está insuficientemente compreendido e, não só no Brasil, como em outros países, é alvo de recentes investigações.

Na atualidade, a gravidez na adolescência, é considerada como uma construção social, determinada pelas múltiplas transformações desencadeadas pela

mudança de posição ocupada pela mulher na sociedade, aliadas às mudanças nos padrões sexuais, na estrutura familiar e social. Não são, portanto, considerados os sujeitos adolescentes como os criadores únicos de sua própria ação. A questão da maternidade e da paternidade na adolescência remete a uma discussão mais ampla, que diz respeito a "como" a sociedade contemporânea vem respondendo à necessidade de reorganização social e econômica desde o início da era industrial e ao impacto provocado pelas mudanças culturais dos anos 60.

A gravidez na adolescência, nesse cenário social, é alvo de polêmicas, a partir das transformações desencadeadas pelas mudanças na participação da mulher na sociedade, pelo movimento da contracultura e pelos avanços dos estudos das questões de gênero, que geraram novos modos de relações afetivas e sexuais entre os sexos.

A pequena história de estudos a respeito da gravidez na adolescência começou pelo interesse da medicina e sua complexidade foi vagarosamente despertando o interesse da Educação e da Psicologia. No entanto, a Sociologia e, em especial, a Antropologia e a História podem ter inúmeras contribuições para arejar e ampliar a compreensão da questão. Assim sendo, está na capacidade de aceitação uns dos outros, dos especialistas de cada área, a possibilidade de avanço do debate.

Retomando o panorama social da década de 40 deste século, que protagonizou a segunda grande guerra constata-se que, indo os homens para os campos de batalha, restou às mulheres substituí-los na área do trabalho e da subsistência familiar. Diante das novas responsabilidades, a questão da maternidade, como o número de filhos, assim como o "*cuidar*" desses filhos, começa a sofrer modificações, não só no âmbito das soluções individuais, mas também no coletivo, pois o problema passa a requerer uma resposta social.

Com o retorno dos sobreviventes da segunda guerra mundial a seus lares, o sistema social vê-se diante da necessidade de recolocá-los no mercado de trabalho e

provoca novamente uma alteração no desempenho dos papéis femininos, com a revalorização da presença materna junto à família. Novas mudanças na esfera da maternidade e da paternidade se fazem necessárias, incluindo-se aí avanços teóricos da Psicologia e da Educação, que apontam novos modelos de educação infantil. O que se constata é que as transformações no campo da maternidade e da paternidade, não se dão independentemente das transformações no campo político, econômico, social e científico.

Atualmente, diante dos avanços da tecnologia médica, a maternidade poderia estar vinculada apenas ao desejo da mulher de ser mãe ou não. Isso se fosse possível, reduziria as questões afetivas às soluções tecnológicas. Para se prevenir de uma gravidez existem vários métodos masculinos e femininos, incluindo aí a polêmica suspensão da menstruação. Para engravidar, pode-se contar com a mais antiga e prazerosa solução, que é a relação sexual com um parceiro, ou então substituí-la pelos bancos de esperma, pela inseminação artificial, pela barriga de aluguel e outras.

A par de todos os recursos, e muitas vezes contrariando a própria vontade, as mulheres continuam, no entanto, engravidando. Como se vê, a questão não se limita ao uso racional dos recursos científicos. Além das diferenciações econômicas, impossibilitando acesso a métodos contraceptivos, as motivações pessoais, os sentimentos e as emoções estão plenamente envolvidos nas escolhas pessoais. A questão da subjetividade, portanto, necessita ser melhor compreendida.

Dentre os vários problemas relacionados à maternidade nos dias atuais, a gravidez na adolescência tem centralizado a preocupação de diversos setores sociais, médicos e políticos. Independente do impacto e das polêmicas que provoca, ela é considerada, nos parâmetros de análise desta pesquisa, como uma construção coletiva a partir da assimilação da experiência histórico-cultural.

A desnaturalização do problema da gravidez na adolescência tem uma grande importância para a formulação de políticas públicas. As políticas sociais para os

adolescentes, quando definidas com base nas noções de crise, riscos e irresponsabilidades, têm sua importância na manutenção do quadro do aumento da gravidez na adolescência, ainda que seus autores não percebam o papel histórico do qual são protagonistas.

Desse modo, caberia perguntar: para quem a gravidez na adolescência é um problema? Qual a idade desejável para ter filhos num determinado grupo social? Quais as expectativas para a geração jovem em determinada cultura? A partir de que idade ou evento seriam aceitáveis as práticas sexuais?

Segundo Heilborn, ao responder tais perguntas dentro de cada grupo social, chegaria-se ao que é problema naquele contexto e as respostas de um grupo não seriam cabíveis a outro, que teria as suas próprias respostas.

"Trata-se de colocar em perspectiva o fato de a idade não ser uma dimensão meramente natural. (...) Contudo vale lembrar que aquilo que se abriga sob rótulo de "gravidez na adolescência" refere-se a uma faixa etária de 14 a 18 anos - que, por muito tempo e nos seus últimos segmentos etários, foi considerada a etapa ideal para a mulher ter filhos" (1999, p. 23).

A construção do discurso que problematiza a gravidez na adolescência surge com a paternidade na adolescência, pois enquanto as mulheres a partir aproximadamente dos 13 anos, tinham seus filhos com companheiros de faixa etária acima da sua, o fato não era considerado problemático e não se falava que a gravidez ocorria na adolescência. Com o rebaixamento da idade dos homens e, conseqüentemente, com a dificuldade de encarregar-se da manutenção da família, a gravidez passa a ser categorizada como um problema, ainda que enfocada na perspectiva das dificuldades femininas.

De qualquer modo, o fato é que o aumento da gravidez não planejada associada à questão da AIDS, é indicativo da precariedade ou inexistência da prevenção em muitos casos. Os fatos mencionados acontecem num mesmo espaço

social em que são intensamente propaladas pela mídia as imagens erótico-sensuais e, junto delas, as idéias de liberdade para falar e vivenciar a sexualidade num clima "aparentemente sem repressão". Como explicar então o baixo uso de preservativos e de outros métodos anticonceptivos? Frente a tal contradição, há que se reconhecer que pouco se sabe acerca de comportamento sexual dos jovens.

Os estudos existentes sobre a saúde reprodutiva, em âmbito mundial, até 1990, enfocavam em sua maioria somente a problemática feminina, excluindo de suas análises a participação masculina. Fazia-se uma divisão das funções entre homens e mulheres, com base no fato de que a reprodução biológica ocorre no corpo feminino, cabendo aos homens responsabilidades de outra ordem, aquelas mais ligadas à manutenção e ao sustento material da família. Contudo, ao se evidenciar que é no corpo feminino que ocorre o trabalho da reprodução, mas que a concepção é um processo compartilhado, instala-se um novo modo de olhar a participação masculina nos processos de saúde reprodutiva. Os homens passam a ser identificados como sujeitos de necessidades e direitos específicos também deles dependendo os resultados relacionados ao campo da saúde reprodutiva das mulheres. Isso significa que as mudanças nos padrões de comportamento feminino, com relação às doenças sexualmente transmissíveis e ao uso dos contraceptivos, só podem ser concretizadas com mudanças também nos padrões de comportamento masculinos.

A divisão de papéis de gênero entre homens e mulheres, pela qual a responsabilidade pela reprodução é atribuída à mulher, remonta ao século XVIII, com a concepção de família nuclear moderna. Homens e mulheres se unem numa sociedade conjugal sob o regime de propriedade privada, cabendo aos homens o papel de provedores econômicos do grupo familiar e às mulheres, a incumbência da reprodução, dos cuidados com a casa e com as crianças. As práticas sexuais que se constituem dentro dessa nova ordem, vão definir os lugares socioculturais dos homens e mulheres que se cristalizaram historicamente como uma "essência natural pré-

existente" em cada um dos sexos. Assim é que, com base no sexo biológico das pessoas, se estabelecem expectativas sociais sobre aquilo que se espera e se deseja dos homens e das mulheres quanto a suas vidas reprodutivas (Badinter, 1985, Villa, 1999).

Ariha (1998) destaca que a inclusão dos homens na área da saúde e dos direitos reprodutivos fica registrada concretamente na história, com a inclusão das palavras "*homem/masculino*", no documento final da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD), em 1994.

Considerando porém a dificuldade em localizar homens jovens nos serviços de saúde para fins deste estudo, cabe uma reflexão acerca de como ou em que medida as modificações conceituais que aos poucos se instalam, estão sendo aplicadas entre os formuladores das políticas públicas no campo da saúde reprodutiva.

Pelo que se constatou nos serviços de atendimento a adolescentes grávidas em que foram feitos contatos, a presença masculina ainda é bastante reduzida. Não há, da parte dos jovens pais, a busca significativa para esse tipo de atendimento e, em consequência, não ocorre sua participação na consulta, nas orientações e no apoio oferecidos.

Os jovens Carlos e Elisa, que foram sujeitos deste estudo de caso podem ser identificados com uma exceção, se considerada a boa aceitação e a constância com que participavam dos serviços oferecidos. Eles freqüentaram juntos e semanalmente o Programa do Adolescente até o nascimento do bebê, quando tal programa prevê um acompanhamento mensal, seguindo a rotina da consulta do pré - natal. É importante registrar que eles o freqüentaram de forma espontânea, semanalmente. Foi-lhes sugerida uma frequência maior em razão da sua busca tardia pelo pré - natal, no quinto mês de gestação, e o fato é que eles surpreenderam, ao corresponderem à sugestão e ao irem além das expectativas.

Foi notável também a proposta do atendimento que, através da competência e da sensibilidade da enfermeira, considerou as necessidades específicas daquele caso, reconhecendo e valorizando a participação masculina. São evidências de que mudanças estão ocorrendo no mundo das relações afetivo-sexuais e também na esfera dos direitos à saúde reprodutiva, com a inclusão dos homens.

A questão relativa à utilização dos métodos contraceptivos por adolescentes é parte de controvertidas opiniões médicas, haja vista as divergências quanto à conveniência do uso da pílula nos dois anos subseqüentes à menarca, à contra-indicação do dispositivo intra-uterino (DIU) antes da fase adulta e quanto à adequação da *tabelinha* à irregularidade do ciclo menstrual tão comum nas adolescentes.

Trata-se de caminhar em terreno de poucas certezas e comprovações, por onde não só os profissionais da saúde circulam confusos, mas também os de áreas afins, pois os cuidados com a sexualidade e a saúde reprodutiva dos adolescentes transita entre os espaços dos direitos humanos, da ética e dos conhecimentos científicos.

Os Programas de Saúde voltados para os adolescentes surgiram no Brasil, em 1971, com a implantação do Ambulatório de Ginecologia Infanto-Puberal na Clínica Ginecológica do Hospital das Clínicas da USP. Em 1974 foi implantado outro serviço no Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da USP e, em 1975, também no Departamento de Pediatria da Santa Casa de Misericórdia. No Rio de Janeiro, a Universidade Estadual criou uma Unidade Clínica para Adolescentes. Em 1978' constituiu-se o Comitê de Adolescência na Sociedade Brasileira de Pediatria.

Tais iniciativas são, portanto, recentes e escassas, se comparadas ao número de adolescentes brasileiros que necessitam de atenção. Abriram - se espaços de visibilidade para a necessidade de cuidados com a saúde dos adolescentes, que passaram desde então a fazer parte das pautas de debates e reflexões. Encontros estaduais começaram a ocorrer, novos serviços foram implantados no Estado de São

Paulo e, em âmbito nacional, o Ministério da Saúde criou o PROSAD- Programa de Saúde do Adolescente (1988).

Em 1997 foi realizada uma Reunião de Caráter Multidisciplinar com Profissionais de Serviços e ONGs, com o objetivo de traçar diretrizes para a redução do problema da gravidez na adolescência. Essas diretrizes foram reunidas em um documento, discutido no ano seguinte, 1998, em duas ocasiões: em Fortaleza no "Seminário para Elaboração de Diretrizes e Ações - Sexo Sexualidade, Prevenção de DSTs/ AIDS e Uso indevido de drogas para Crianças e Adolescentes" e, no Rio de Janeiro, no "Seminário Gravidez na Adolescência". Em 1999 houve em Brasília outro Seminário com a mesma temática, reunindo organismos governamentais e não-governamentais, representados por profissionais da saúde, antropólogos, educadores, demógrafos, todos eles pesquisadores, cientistas e estudiosos que atuam junto aos adolescentes.

Com base em estudos sobre fecundidade e anticoncepção do segmento populacional de 15 a 19 anos, Camarano (1998, p. 36) afirma que "a fecundidade na adolescência, não é um fenômeno tipicamente brasileiro ou de países em desenvolvimento. Ele está ocorrendo também em países europeus e nos Estados Unidos".

No Brasil, a fecundidade na adolescência, considerando a faixa etária entre 15 e 19 anos, tem afetado principalmente a população mais pobre, as áreas rurais e aqueles com nível mais baixo de escolaridade (Camarano, 1998, Ferraz e Ferreira, 1998). A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) mostrou que em 1996, 18% das adolescentes de 15 a 19 anos de idade já tiveram pelo menos um filho ou estavam grávidas. No ano seguinte, 1997, o Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde (SASAD) apontou que, em 1993, a média estimada de filhos nessa faixa etária foi de 18,9%, e passou em 1993 para 21,6%, sendo que, nas faixas etárias acima de 19 anos, houve uma queda significativa nos índices de gravidez.

A incidência da gestação na adolescência, em Santa Catarina, ultrapassou 42.000 casos, em 1996. Em Florianópolis, na Maternidade Carmela Dutra, por exemplo, as adolescentes representaram, naquele mesmo ano, 27,3% do total de atendimentos. Entre 1997 e 1998 ocorreram em torno de 90 partos mensais em adolescentes com idade entre 13 e 19 anos.

Antes de partir para a busca de soluções para um problema com tamanha repercussão, por vezes descrito de forma semelhante a uma patologia, importa conhecer como, e sob quais parâmetros, a gravidez na adolescência foi constituída como um problema. A concepção de que a gravidez na adolescência é precoce conecta-se com as expectativas sociais atuais de que esta é uma passagem para a vida futura, de responsabilidade e funções sociais mais relevantes. Neste sentido, configura-se como um período que é passageiro e também impróprio para acolher eventos importantes.

No entanto, novas perspectivas são projetadas para analisar a gravidez na adolescência. A ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana) encontrou, em suas pesquisas, adolescentes que engravidaram porque queriam e que sair da escola fazia parte de seu projeto de vida.

Ao investigar o fenômeno pela ótica do *indesejado e precoce*, cabe indagar: qual gravidez na adolescência é problema? Quando a adolescente é solteira? O estado civil ou a idade é que fazem o problema? Como as questões morais e religiosas, relacionadas à sexualidade, colaboram para que a gravidez na adolescência se constitua como problema? Todas as camadas sociais dão a mesma significação à gravidez na adolescência? Provavelmente respostas a essas perguntas serão diferentes a depender de cada estrato social.

Na tentativa de responder a questionamentos tão específicos e ao mesmo tempo complexos, é prudente recorrer, conforme fez o Programa Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde, a demógrafos, antropólogos, médicos,

psicólogos, sociólogos e educadores. Vários olhares são necessários para abranger a complexidade do fenômeno, que se refere a uma mudança no plano subjetivo, articulada ao conjunto de transformações nas esferas econômicas, políticas, históricas, sociais e outras. O fenômeno torna-se mais compreensível no âmbito das referências multidisciplinares.

Se pensada na perspectiva médica, a gravidez na faixa etária em questão, a remete a inúmeras interpretações, favoráveis ou não, à saúde da adolescente e do filho. Se vista como expectativa das camadas sociais média e alta, é entendida como uma interrupção dos planos para o futuro, trazendo só preocupações. Se o olhar é da educação, implica um campo de controvertidas concepções. A perspectiva da antropologia remete às evidências da cultura, à desnaturalização do problema, amplia e areja as percepções culturais mais contaminadas pelos preconceitos. Enfim, são várias as leituras, que interligadas, atribuem significação ao fenômeno estudado.

Heilborn aponta que a mudança na percepção social das idades é um primeiro ponto a ser considerado, visto que a idade não tem uma dimensão apenas natural e que sobre ela se alteram as expectativas sociais a cada momento cultural. As considerações dessa autora indicam ainda a necessidade de desnaturalizar os pressupostos atuais acerca da adolescência e investigar outras determinações sociais articuladas ao fenômeno, tais como as relações de gênero e a cultura sexual brasileira. Segundo suas palavras:

"São variados fatores, de diferentes ordens, que alteram as relações entre as classes, os gêneros e a expressão da sexualidade no país, mas pode-se dizer que tiveram entre as camadas médias e altas da população o seu palco privilegiado" (1999, p. 25).

As transformações que ocorrem na sociedade atingem de diferentes modos cada um dos segmentos sociais. Desta forma, as famílias das camadas médias

sustentam a convivência de novos valores juntos aos tradicionais (Salem, 1985), que se fazem mais visíveis na liberdade sexual para os dois sexos, independente da estabilidade da relação, na presença de novos arranjos conjugais e na maternidade como escolha voluntária e fora do casamento (Heilborn, 1998).

Os dois casais estudados nesta dissertação confirmam a prática de que novos arranjos conjugais são construídos. Marina e Leo mantiveram a relação afetiva até um ano após o nascimento do bebê, mas não oficializaram o casamento e permaneceram morando cada qual na casa de seus pais, sem desfazer o vínculo. Embora não estivessem casados legalmente, havia um contrato conjugal entre eles. Quanto a Elisa e Carlos, também continuaram vinculados afetivamente e moravam em casas diferentes, mas depois do nascimento do filho ela foi morar na casa dos pais dele. A solução mais original foi ele cuidar do bebê durante maior tempo que ela e ainda cuidar de outra criança em troca de remuneração.

A análise desse fato faz supor que a gravidez, aliada a aspectos como rebaixamento da idade da menarca e da iniciação da atividade sexual na adolescência, pode estar significando uma transição para outro *status*, seja conjugal, ou seja de autonomia pessoal frente aos familiares. Para Reis (*apud* Lyra, 1999, p. 92) "a tematização contemporânea da gravidez adolescente seria um indicador da construção social da adolescência feminina...".

Portanto, a gravidez na adolescência não é um fenômeno que tem o seu ponto de partida na questão da subjetividade, mas que foi gerado a partir de mudanças sociais, culturais e políticas, que abriram precedentes para a ressignificação das subjetividades. Ela não diz respeito a algo que está à margem da estrutura social, que existe e se sustenta por si mesma, desconectada da totalidade em que se engendra. Ela surge como um aspecto representativo das transformações na história social da qual faz parte.

A busca de entendimento da ocorrência da gravidez dos dois casais, posto que esta não era uma escolha para os quatro jovens naquele momento de suas vidas, leva a estabelecer relações entre a gravidez e o modo de regulação dos adolescentes sobre seus processos reprodutivos. O que se observou é que apesar de não haver o desejo e nem planos de serem pais naquele momento, eles não assumiram uma ação planejada que os levasse a evitar o fato. Tendo acontecido o que é comumente denominado entre aqueles que não planejam a gravidez, de "*acidente*", percebeu-se que os jovens não agiram como sujeitos ativos para a concretização da ação por eles desejada. Não se organizaram o suficiente para impedir o evento não esperado naquele momento de suas vidas. A preparação para a iniciação sexual e a respectiva prevenção de filhos na adolescência se apresentam mais ligadas ao plano das emoções e sentimentos, do que associada a ações conscientemente planejadas.

Os pressupostos que sustentam as análises sobre a gravidez na adolescência, é que vão definir as ações sociais e educativas em relação a esse grupo etário, podendo a gravidez ser concebida como "*um problema*" ou abrir novas possibilidades de análises, tentando alcançar outras dimensões para onde a questão se expande. Neste aspecto, a perspectiva de relativização dos problemas, empreendida pela Antropologia poderá trazer à tona, dar destaque e ampliar outros aspectos não visíveis ou pouco valorizados. Desnaturalizar o problema é o indicativo da abordagem antropológica, que significa pesquisar as expectativas sociais e históricas em determinado contexto, em relação ao objeto de estudo.

6.4 APROPRIAÇÃO DO SIGNIFICADO DA PREVENÇÃO

Cuidar da própria saúde reprodutiva como, por exemplo, aprender a usar contraceptivos, implica um processo diferente de aprender outras atividades menos complexas. Um conjunto de preconceitos, de proibições e de informações incorretas que acompanham a sexualidade, coloca uma dificuldade maior ao aprender a cuidar do próprio corpo, da saúde reprodutiva, da prevenção das DSTs/ AIDS. São vários os discursos acerca da sexualidade, que se opõem entre si, vão produzir um repertório que se impõe aos sujeitos, criando obstáculos à sua autonomia.

Os jovens não são, de modo geral, privilegiados com serviços de saúde e de educação capazes de oferecer-lhes informação e formação suficientes para que tomem medidas preventivas em benefício da própria saúde.

Desse modo, reportando-nos aos personagens deste estudo talvez possamos entender, em parte, o "esquecimento" de Marina em tomar o anticoncepcional e o pedido de Elisa para que Carlos não usasse camisinha. A inexperiência, aliada aos discursos confusos que ora estimulam, ora recriminam a sexualidade, constituem-se aspectos que vêm enfraquecer a possibilidade de apropriação dos significados da prevenção. E isso ocorre embora se considerem os sujeitos como seres ativos, que imprimem sentidos próprios às ações, modificando-as.

De qualquer modo, as referências culturais são transmitidas entre as gerações por meio de normas e valores, sendo fundantes dos sistemas de orientação do sujeito e constitutivas das experiências pessoais, ao longo de cada história individual.

O aprender a se prevenir de uma gravidez ou das DSTs, mesmo sendo esta uma vontade do sujeito, pode ficar em segundo plano em relação aos obstáculos que, embora se manifestando no sujeito, têm origem na esfera social.

Sabe-se que, pela precariedade dos serviços de saúde, pela dificuldade de pais e professores educarem os adolescentes, estes têm mais acesso a informações deturpadas e aos preconceitos divulgados pela mídia, que também exercem papel educativo. Em razão do momento de amadurecimento físico e emocional em que se encontram, eles são vulneráveis às informações acessíveis.

A sexualidade é pautada, entre outros aspectos, pelos preconceitos culturais, sociais e religiosos. Conforme Patto (1990, p. 137), baseada nas considerações de Agnes Heller, o preconceito

"é um juízo falso, ou seja, um juízo que poderia ser corrigido a partir da experiência, do conhecimento e da moral individual mas não é compatível com a conformidade e o pragmatismo da vida cotidiana e protege de conflitos".

As idéias pré-concebidas vão sutilmente fazendo parte das ações humanas, passando a integrar o modo como os sujeitos explicam o cotidiano e, desta forma, ganham importância nos roteiros morais que norteiam a vida social. Se a ausência de críticas fortalece os preconceitos, estes, por sua vez, retroalimentam a sustentação de idéias irrefletidas, cristalizando-as.

Na verdade, no decorrer deste estudo foram mencionados os aspectos impeditivos que afastam os jovens da apropriação correta do significado da prevenção e pouco se compreendeu do processo, do porquê ou do "como", esse processo acontece. Chauí elabora uma discussão pertinente ao que se deseja compreender, quando faz a distinção entre "conhecimento e pensamento". São suas palavras:

"O conhecimento é a apropriação intelectual de um certo campo (...) como fatos ou idéias. O pensamento não se apropria de nada - é um trabalho de reflexão que se esforça para elevar uma experiência à sua inteligibilidade, acolhendo a experiência como indeterminada, como não saber (e não como ignorância) que pede para ser compreendido. Para que o trabalho do pensamento se realize é preciso que a experiência fale de si para poder voltar-se sobre si mesma e compreender-se" (1980, p. 26).

Considerando que a produção dos significados ocorre nos processos interacionais e que a família é um *locus* fundamental para que as apropriações dos significados ocorram, foram focalizadas, neste estudo, as dinâmicas familiares como um núcleo privilegiado para compreender tal processo.

Quando Elisa pede para Carlos suspender o uso da camisinha, por exemplo, parece que não havia, de sua parte, a apropriação da necessidade de seu uso como método de prevenção, pois os "*conselhos*" oferecidos pelos pais não se transformaram em conceitos para ela, razão pela qual não se desdobraram em princípios autorreguladores. Ou seja, aquelas inúmeras e repetidas "*conversas*" com aparência de diálogo não tiveram um sentido de partilha, de comunicação intersubjetiva. Os pais falavam a partir de um lugar de quem sabe mais, e que por isso têm autoridade para dizer o que os filhos devem ou não fazer. O sujeito, nestas circunstâncias, praticamente desaparece, sendo reduzido a um depósito imaginário das expectativas do outro, embora pensem os pais que estejam se comunicando, ou educando. Enquanto estes discursavam a partir de suas expectativas em relação à vida futura da filha, que era possivelmente o lugar de seus próprios anseios, estavam excluindo as expectativas e os sentimentos dela. Acreditando que dialogavam, falavam a um interlocutor imaginário, ou simplesmente falavam a si mesmos. E, sem saber o que acontecia naquele momento, reproduziam a postura de controle da sexualidade, como no passado lhes ocorrera, com a certeza de estarem fazendo algo novo.

Os discursos, "*as conversas*", enfim "*as palavras não vão simplesmente para dentro e se tornam internalizadas. Seus múltiplos sentidos circulam à medida em que os processos de significação transcendem as palavras*" (Smolka, 1992, p. 333).

Por outro lado, se os pais de Elisa acreditavam estar ensinando algo, não estavam de todo equivocados. Sem se dar conta, ensinavam os velhos valores, mas com uma nova roupagem. Com as melhores intenções, nem sequer percebiam que

estavam omitindo o desejo, desconhecendo a paixão e reduzindo o amor ao uso do preservativo.

Para Elisa, apesar de tantos alertas dos pais, as medidas de prevenção não fizeram sentido, o que indica, como já foi frisado, que não houve apropriação do conceito. Parece que para ela a prevenção foi captada como tema de grande importância para os pais. Não compreendia, no entanto, o sentido da prevenção propriamente dita, nem tampouco o significado da prevenção em sua própria vida. Houve meramente a transmissão de uma informação.

As informações são filtradas, selecionadas e organizadas pela ótica do sujeito e, se consideradas apenas como elementos cognitivos, são, por vezes, insuficientes para provocar alterações no plano da subjetividade e da ação. Para que uma conversa informativa tenha o caráter de educação sexual, é importante que possibilite ao sujeito a compreensão de que a prevenção é uma escolha de foro íntimo e individual, que objetiva resguardar sua própria integridade. Não se trata de acatar ou obedecer a uma norma social ou paterna.

Ditar normas de conduta é ter a pretensão de transportar algo do meio externo para dentro do indivíduo. Esse procedimento é ineficaz como meio de aprendizagem e como mediador da transformação individual. Incapaz de se constituir em interação ou partilha, essa relação não é competente para promover a autonomia do outro, que é uma condição necessária para o sujeito fazer suas próprias escolhas. Ao analisar a postura que os adultos apresentam no trato das questões morais no âmbito da sexualidade, Cruz (1998) a denomina de adultocentrismo, querendo referir-se ao centramento do adulto em suas próprias dificuldades, mais do que na preservação de direitos, necessidades e características dos filhos. A autora, neste caso, se refere à idade infantil, no entanto, concorda que o mesmo ocorre com os filhos na

adolescência. Recorro a tais afirmativas para melhor compreender a questão da posturas dos pais.

Semelhante processo ocorre com Carlos ao deixar de usar o preservativo. Na sua inexperiência, não busca outros recursos para evitar o desconforto de Elisa, pois o que parecia mais importar era satisfazê-la. Esse procedimento revela que ele não fez sua escolha quanto à prevenção, portanto, não conquistou também sua própria autonomia.

Para o sujeito autônomo, a prevenção deixa de ser uma medida que é importante para o outro, no caso os pais, para ser algo importante para si. Em outras palavras, para que as informações veiculadas adquiram poder de viabilizar as escolhas de ordem pessoal, terão que fazer sentido para a vida do sujeito em questão, um sentido que diz respeito a si próprio, em primeiro lugar. Assim sendo, deixam de ser indicação de alguém para se tornar uma indicação que o sujeito faz a si mesmo.

Os pais, em geral, ao tentar orientar os filhos utilizam-se de "sermões" moralistas e doutrinários, impregnados de preconceitos e tabus historicamente construídos, que são geralmente inócuos quanto a se tornarem atos de aprendizagem. Para que as conversas entre os pais, professores e os jovens venham a ter resultados de apropriação, é imprescindível que nelas o sexo seja colocado como algo bom, prazeroso, comum a todas as pessoas e regido por livre escolha ética. O que os sujeitos desta investigação mostraram é que pouca eficácia têm os "avisos" ou "alertas" esporádicos efetuados pelos pais e educadores.

Os recursos mediadores, que no caso de Elisa foram **as conversas dos pais**, não afetaram suas estratégias de ação, embora seus pais se esforçassem para consegui-lo.

Falar às crianças sobre o corpo humano e seu próprio corpo no cotidiano familiar, sem hora marcada, sem texto previamente definido, ou seja, deixando fluir os

temas sexuais através de expressão de carinho entre os pais que se deixam perceber como seres sexuados que valorizam o prazer, parece ser o modo de possibilitar aos filhos a apropriação de conceitos necessários à prática sexual segura. Dessa forma, os adultos poderão tornar-se sujeitos mais disponíveis à prática de ações responsáveis com relação à sua própria sexualidade, quer se trate da busca de prazer, quer da prevenção da gravidez ou das DSTs.

Em estudos ou nas práticas e intervenções educativas dirigidas ao jovens, pouco se fala e se conhece a respeito da importância do conhecimento do próprio corpo, do desenvolver a sensibilidade para perceber-se como um corpo fértil e reprodutivo. Os educadores e estudiosos do assunto como Andaló et al. (1998) têm mostrado preocupação em descentralizar a educação sexual das abordagens apenas cognitivas, indicando que a perspectiva que enfoca a relação do sujeito com seu corpo e com os significados sociais, pode produzir melhores resultados como prática educativa e preventiva.

Ariha (1999, p. 458) aponta que um dos caminhos para entender a relação que as pessoas do sexo masculino estabelecem com sua perspectiva diante da reprodução, é compreender até que ponto o corpo masculino está representado para homens e mulheres como um corpo que tem significados semelhantes a ambos no âmbito da reprodução. Essa autora tenta compreender se a fertilidade teria um sentido diferente para cada um dos sexos.

O que pode estar acontecendo quando um adolescente não "escuta" a informação que lhe é transmitida? O que estará ele privilegiando em detrimento da informação em questão? A informação em certos momentos é invisível, existe, mas não se faz presente, talvez porque esse adolescente dela não se apropriou. Quando o jovem não quer engravidar e dispensa a camisinha, talvez ainda não tenha se apropriado das funções do próprio corpo. O conhecimento adquirido fica dissociado dos sentimentos que ele tem acerca de seu corpo. Desta forma, não conseguindo

tornar próprio esse conhecimento, os adolescentes não são capazes de transformá-lo em algo aplicável à sua própria vida. É o que parece ter acontecido com os sujeitos estudados.

Chauí tem uma explicação que pode auxiliar na compreensão da contradição em que se encontram os jovens que, mesmo tendo conhecimento de pelo menos um método contraceptivo, agem como se na realidade o ignorassem, negando em sua prática aquilo que realmente sabem. Ela se refere a uma contradição interna entre uma consciência que sabe e uma consciência que nega seu saber, ou seja, aponta a existência de uma divisão interna entre a clara e total consciência que se tem de uma dada situação e a impossibilidade do sentimento ou da percepção para transformá-la. Refere-se a uma outra consciência, um outro discurso, uma outra prática que negam ou anulam aquilo que realmente se sabe (Chauí, 1980, p. 37).

É possível, contudo, que concomitantes às informações, outros sentidos também sejam atuantes nas questões preventivas. Ariiha (1999), investigando o papel da reprodução na construção da(s) masculinidade(s), introduz uma discussão a respeito da menor valorização da **concepção**, frente à maior valorização do processo da gestação. Em outro momento, reflete a respeito de os homens geralmente não considerarem seu corpos como corpos reprodutivos, o que pode repercutir nas práticas de prevenção da gravidez, valorizando mais o prazer genital.

Os discursos sociais e familiares acerca da gravidez apregoam que os adolescentes a evitem, alardeando suas repercussões negativas e indesejadas para essa faixa etária. No entanto, o sentido da concepção e do corpo reprodutivo fica minimizado e omitido, frente à valorização da gravidez. A exagerada importância atribuída pela sociedade de consumo ao prazer sexual chega a distorcer o seu significado de troca afetiva nas relações amorosas, e isso pode estar refletido nas práticas dos adolescentes

"... no sentido de fazer com que se aproveite a oportunidade de contato com o companheiro ou companheira de modo clandestino e neste sentido todas as demais preocupações submergem diante do ansiado momento de prazer, aliás prazer supremo ansiado principalmente na vida de uma mulher. Na nossa sociedade o sexo é central, por trás de toda preocupação tem esta grande vigilância, principalmente para as meninas". (Aída Novelino. Palestra proferida no Seminário Multidisciplinar: Sexualidade e Reprodução na Adolescência. Recife, 1998).

À medida que ouvia a fala dos adolescentes, dava-me conta de que outras vozes se faziam presentes naquele discurso. Observei que, mescladas às suas falas, outras tantas se expressavam por seu intermédio. Desse modo, ao falar de si próprios, falavam ao mesmo tempo das expectativas e recomendações de suas mães, das pressões dos pais que, por sua vez, expressavam as recomendações morais e religiosas ou os projetos de vida sonhados para seus filhos. Portanto,

(...) as enunciações do adulto parecem articular outras situações, outros discursos, outras vozes (...) uma perspectiva culturalmente determinada (...) a idéia de contexto refere-se não apenas às situações concretas, mas principalmente à perspectiva dos interlocutores, ao contexto discursivo e ideológico das enunciações (Cruz, 1995, p. 66-67).

Se as falas dos adolescentes não são independentes daquelas que ouviram de seus pais, assim como as falas de seus pais não estão desvinculadas das de seus antecessores, é possível perceber que as enunciações referem-se umas às outras no circuito relacional entre as gerações. Os discursos são ocupados pelas concepções dos sujeitos e, ultrapassando a intenção de superação, podem reproduzir os valores que acreditam estar ausentes. No embate das interações discursivas "(...) cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória". (Bakhtin, 1990, p. 66). Ou, conforme

Smolka (1992, p. 332), "as palavras não significam por si mesmas, mas por quem fala, ou pelos sujeitos sociais que os sujeitos falantes ocupam no jogo discursivo".

6.5 QUEM OUVI AS ADOLECENTES?

A sexualidade é exposta abertamente na mídia, por meio das imagens eróticas estampadas sem constrangimentos, transmitindo a todos a idéia de permissão para serem liberais e explícitos. As cenas de intimidade reproduzidas em fotos e em novelas são copiadas e imitadas pelos jovens nas ruas e nas praças. O que era compatível com a privacidade, agora invade os espaços públicos confirmando que, pelo menos aparentemente, não há nada a esconder. A intimidade como algo que se contrapõe à explicitação pública, que se vincula ao particular, à confissão a dois, ganha com as mídias um número irrestrito de testemunhas com sua exibição coletiva.

Os códigos morais que controlavam o comportamento sexual dizendo "*não faça!*", atualmente são desafiados pelos meios de comunicação de massa, sob a forma de novos códigos de liberdade e conduta. Estes valorizam mais o sexo que a sexualidade e parecem exercer, sutilmente, outro tipo de controle, desde que impelem massivamente à sua adesão- é a obrigação do orgasmo, do prazer!

Se tudo, ou quase tudo, no plano da sexualidade está sendo permitido publicamente, é de pensar que para falar sobre aquilo que se pode fazer, seria fácil. Eram essas as expectativas que me alimentavam antes de começar as entrevistas com as adolescentes grávidas na Maternidade Carmela Dutra. Diante de um quadro de aparente liberalidade e com as estatísticas apontando para uma iniciação sexual mais precoce, me surpreendi com tanta dificuldade e resistência em falar sobre o tema.

Considerando a precocidade das práticas sexuais, era plausível levantar a hipótese de que os jovens atualmente estivessem mais livres para falar sobre o que circula no plano da intimidade, pelo fato de estarem mais livres para outras escolhas concretizadas, por exemplo, no plano do lazer, da escolha do (a) namorado (a), da prática do "ficar", etc. As entrevistas, no entanto, foram pontuadas pela inibição, por respostas vagas e curtas. Falar acerca da própria gravidez é antes de tudo falar de sua prática sexual, de sua sexualidade, dando a impressão de ser mais "fácil" fazer do que falar. E essa dificuldade precisa ser melhor conhecida.

Para compreender esse acanhamento foram mapeados aspectos externos como o ambiente hospitalar, ou mesmo a relevância da entrevista para as adolescentes. No entanto, parece que o mais importante diz respeito à preservação de algo interno aos sujeitos, que ao falarem de si eles expõem. Provavelmente, não tiveram oportunidades para abordar tais questões anteriormente e naquele momento estavam sendo induzidos a falar de seus corpos, sentimentos, emoções, sonhos, prazeres, enfim, de algo pertinente à intimidade, que aponta para o particular, para aquilo que é compartilhado no âmbito da privacidade.

Para as adolescentes, falar sobre si mesmas tem um peso peculiar que está relacionado ao lugar social reservado, ao estrato juvenil, por cujas opiniões há um descaso, por serem tidas geralmente como imaturas, típicas da inexperiência. Os adolescentes, em geral, não são considerados, pelos adultos, como sujeitos que têm algo a dizer sobre temáticas impróprias para sua idade, embora as mídias os reconheçam e os valorizem de modo diverso, colocando-os até como um de seus principais alvos. Não só os tratam como protagonistas da própria sexualidade, como valorizam e, de certo modo, estimulam o exercício desse papel novo e sedutor.

Em se tratando de adolescentes de camadas populares, que é o público assistido pela Maternidade Carmela Dutra, são geralmente colocados como assujeitados e, nesse lugar, estão cerceados por inúmeras restrições impostas pela

sociedade estratificada. Têm um espaço mínimo para colocar seus sentimentos e sonhos.

Na curta história da adolescência, constata-se como os adultos vêm falando pelos adolescentes e traduzindo, pela sua própria ótica, as opiniões e desejos desses, não raro baseada nos padrões estabelecidos em outras épocas. Os adolescentes são pouco ouvidos ou não são levados em conta, visto que, aos olhos dos adultos, suas opiniões e sentimentos são considerados transitórios. Nega-se assim a sua condição de sujeitos e a responsabilidade que têm na construção de sua própria história.

Em determinadas entrevistas foi observado que faltava "sinceridade" às respostas. As falas das adolescentes pareciam não representar a si próprias, expressando talvez as respostas que consideravam socialmente desejáveis ou esperadas pela entrevistadora. Para compreender o que ocorria nesses casos, foi necessário considerar o caráter repressor da moral social, que contamina nos sujeitos, o sentido do "*proibido*" e do "*pecaminoso*" ao sexo, tornando os sujeitos acanhados para falar a respeito do tema.

Partindo da concepção de que o sujeito está em permanente interação com o meio e dele apropria os valores, é possível levantar a hipótese de que esses sujeitos, ao falarem sobre a sua própria sexualidade, estariam também expressando a forma repressora da moral sexual presente no meio em que vivem.

É necessário compreender que as palavras negadas não indicam um deliberado ocultamento de informação ou resposta negativa de colaboração. Conforme Siqueira (1997, p 17),

"(...) estas lacunas ou distorções devem ser interpretadas através da dinâmica das relações familiares e das pressões sociais a elas relacionadas, e não como um fenômeno negativo em si mesmo. Podem comunicar estratégias importantes da família ou dos indivíduos no sentido de sua autopreservação".

Ou como disse bem o poeta: " A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito...É na escuta que o amor começa. E é na não escuta que ele termina" Rubem Alves (1999, p. 73).

A hipótese que discuto é que as adolescentes se autoprotegem dos adultos, às vezes negando-lhes o diálogo, ao suporem que não terão valorizadas suas falas. Tal posição se deve em parte à ambivalência do lugar social em que são colocados os adolescentes, pela qual ora lhes é creditada certa valoração por serem considerados pelos adultos, ora não lhes é outorgado crédito pelo fato de serem credenciados como crianças. A partir desse lugar deslizando em que os adolescentes são socialmente colocados, parece estabelecer-se, entre eles e os adultos, uma barreira na comunicação, tornando difícil a possibilidade de bem se ouvirem mutuamente.

Se os adolescentes, em geral, não têm nos adultos seus melhores ouvintes, a recíproca pode ser uma hipótese verdadeira em muitos casos.

6.6 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: ESPAÇO PARA CONCEDER A PALAVRA E DAR OUVIDOS.

A visão panorâmica da educação sexual, ao ser descrita por Soares, parece ser a que melhor focaliza a temática em pauta: "A educação ou deseducação sexual, em seu sentido lato, na história mais recente da humanidade, sempre existiu com características amplamente conservadoras. Embora bem mais "jovem" em seu sentido restrito (...), portanto intencional e sistematizada, também carrega o ônus de uma concepção de mundo idealista, a-histórica e maniqueísta (...)" (1997, p. 10).

Novos fatos, como a crescente incidência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS no mundo e notadamente entre os jovens, e o aumento da gravidez na adolescência, vêm impondo a necessidade da educação sexual nas instituições escolares e nas equipes dos serviços de saúde. A educação sexual liga-se, portanto, a dimensões de amplitude sociais e históricas.

No Brasil, a educação sexual nas escolas permaneceu, no seu início, relegada ao *status* de proibição. Apesar de não ter reconhecimento oficial e de se manter aparentemente omitida, tinha o silêncio como linguagem. Silenciosamente, pregava a repressão sexual e negava o prazer.

Em 1968, foi combatida explicitamente, fato que pode ser evidenciado pelos pareceres da Comissão Nacional de Moral e Civismo, que quando consultada sobre a viabilização do projeto da deputada Júlia Steimbruk para incluir a educação sexual no currículo escolar, assim se pronunciou através de um padre, um almirante e um general :

"a expressão educação sexual devia ser substituída por educação da pureza (...) em nome da Higiene, da Pedagogia e da Moral julgamos que se deve excluir dos programas de ensino uma iniciação coletiva nas escolas públicas. (...) a inocência é a maior e a melhor defesa para a pureza e a castidade (Rosemberg *apud* Lyra, 1997, p. 24).

Mantendo-se proibida ou deliberadamente omitida dentro da escola, a educação sexual tem importância pela sua contribuição na formação de conceitos por parte dos alunos, na formação pessoal e na formação do cidadão, sugerindo que a sexualidade é um aspecto do ser humano sobre o qual se deve segregar, omitir e dele envergonhar-se (Werebe, 1998).

Desde a década de 50, há registros de tentativas de levar a educação sexual para as escolas, apesar dos aparatos repressivos do estado (Werebe, 1977). Passada

a onda moralista encarnada pelo governo militar, "a informação e a educação sexuais foram oficialmente introduzidas no meio escolar pela circular do Ministério da Educação Nacional de 2 de fevereiro de 1973" (Werebe, 1977, p. 81).

A história da educação sexual no Brasil vai se desenhando através de algumas iniciativas oficiais na área da saúde e de iniciativas na esfera da educação. Despontam os trabalhos teóricos e práticos coordenados por Maria José Werebe, Carmem Barroso e Cristina Bruschini. A seguir, surgiram o I Congresso de Educação Sexual na Escola, os programas de rádio com Maria Helena Matarazzo, os de televisão com Marta Suplicy, os grupos de estudos e pesquisa como a SBRASH (Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana), o GTPOS (Grupos de Trabalho em Orientação Sexual), a ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana), entre outros. Por todo país se multiplicaram, notadamente nas escolas de caráter público, experiências isoladas de educação sexual sistematizadas em cursos ou disciplinas.

Foi a partir de 1998, entretanto, que a educação sexual é autorizada oficialmente para ocupar os espaços escolares quando o Conselho Nacional de Educação, pela Resolução nº 2/98, ao instituir as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental, incluiu a sexualidade como um dos aspectos capazes de promover a articulação da educação fundamental com a vida cidadã. Os Parâmetros Nacionais acrescentaram uma mudança de concepção na abordagem de conteúdos relacionados à sexualidade. A proposta é deixar de trabalhar apenas a dimensão biológica da sexualidade, para trabalhar com a concepção de corpo sexuado, que é passível de ser erotizado. Segundo o discurso de Iara Sayão, proferido no VII Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana, Rio de Janeiro, 1999: "é a primeira vez que na política educacional brasileira a sexualidade pode entrar pela porta da frente,

com autorização, não se tratando de iniciativa isolada, solitária, individual, de uma escola, de um professor".

Desta forma, a educação sexual, anteriormente de responsabilidade privada e familiar, passou a ter dividido seu espaço com o setor público e estatal. A educação sexual das crianças e dos jovens passa a ser oficialmente uma atribuição da escola, embora mantendo sempre um caráter complementar ao da família.

Contudo, a implantação da nova prática educativa requer estudos e pesquisas sobre os fundamentos básicos das ações pedagógicas e das políticas governamentais. A cada ação está implícita uma ontologia e uma cosmologia, que deveriam estar claras a quem as propõe e a quem as pratica. De qualquer forma, parece que esta tarefa de optar por determinadas concepções, de traçar as diretrizes pedagógicas foram delegadas aos Estados.

Na Proposta Curricular de Santa Catarina - Educação Infantil - Ensino Fundamental e Médio - Temas Multidisciplinares, encontra-se esta perspectiva, qual seja, a de explicitar a concepção de ser humano, os pressupostos da educação sexual e do cidadão que pretende formar. O ser humano é "entendido como social e histórico (...) resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem" (p.13).

Dada a perspectiva biologizante da sexualidade, nas escolas se vêm atribuindo geralmente aos professores de Biologia, a competência para trabalhar com a educação sexual. A eles vinha sendo atribuída a responsabilidade pelos conteúdos sobre reprodução humana, restringindo-se desta forma a educação sexual aos aspectos físicos da sexualidade. Deixava-se de lado o sujeito, sua afetividade, sua emoção. Segundo Yara Sayão, na palestra proferida no congresso acima citado, "a proposta é tirar da insignificância este lado oculto dos conteúdos, ou tirá-los da estereotipia".

A concepção de sexualidade é, pois, um pressuposto básico e norteador da educação sexual. Neste estudo, ela é compreendida como uma construção histórica, portanto coletiva, que constitui parte da subjetividade do sujeito, estando mais

vinculada aos roteiros morais praticados num grupo social em que vive o sujeito e às relações de gênero, do que propriamente à sua biologia. Nesta perspectiva, a sexualidade percorreu um caminho sociocultural que possibilitou à natureza transformar-se em natureza cultural humana.

Nunes (1999) compartilha dessa perspectiva quando afirma que a sexualidade humana não está restrita ao mundo natural, que é uma esfera que contém a intencionalidade e é a expressão da existência e da criatividade.

Quanto à educação sexual, vários autores (Andaló, 1998, Nunes, 1999, Vasconcelos, 1971) a concebem associada à discussão e ao questionamento constante das concepções pertinentes à temática sexual. Andaló (1998, p. 42) fala em "uma reflexão que amplie as possibilidades de escolha consciente". Vasconcelos (1971, p. 152), afirma:

"não se trata de ensinar sexualidade, mas preparar as condições de desenvolvê-la em seu contexto pessoal (...) e não se preparam condições senão em uma perspectiva crítica(...).

Se o sujeito da educação sexual é o sujeito social que se apropriou dos conceitos e dos modelos vigentes em seu meio, é da ordem do direito e do dever que a perspectiva da cidadania e da ética estejam incluídas nas pautas da educação sexual, pois não há como separar o adolescente do cidadão que convive com os valores competitivos e individualistas valorizados pela sociedade de consumo. O que há é um só sujeito situado numa temporalidade, que não conseguir pensar-se como cidadão e a partir de uma ética, poderá permanecer relacionando-se com seu corpo e com o corpo do outro, como o faz com os demais objetos de consumo, que são descartados após o uso.

Se tomada a experiência de Marina, quando ela cita o curso de Educação Sexual oferecido pela escola particular que freqüentava, tem-se alguns elementos

importantes para refletir sobre as ações educativas. O evento relatado, tanto por ela como por sua mãe, aponta que a escola solicitou autorização dos pais para a participação da filha no referido curso, que foi desenvolvido em forma de palestras com conteúdos que deram ênfase aos aparelhos reprodutores para um público masculino e feminino reunidos. Para Marina, a avaliação do curso foi negativa, pois nele, nada aprendeu. Para a mãe, o curso *"deve ter sido bom.. uma oportunidade de ficar informada"*. A percepção de que *"nada aprendeu"* indica um vazio, talvez relativo exatamente à não-apropriação da informação.

Analisando os dados expostos, primeiramente, vê-se que a escola não trabalhou com autonomia no desempenho da educação sexual, precisando do aval dos pais. Tal procedimento leva a indagar, entre outros aspectos, por que a escola não pede autorização para ensinar Matemática ou História, por exemplo?

Por outro lado, por que os pais também querem ser consultados? Como no caso de Marina, a mãe foi verificar os conteúdos e a qualificação dos professores que iriam dar o curso. A escola, ao submeter seu "curso" à apreciação dos pais, de qualquer forma está descaracterizando o trabalho conjunto e evidenciando que nesse ponto, as duas instituições ainda não estão interligadas. Talvez cada parte entenda que a sexualidade do jovem não pode ser excluída do processo educativo, mas ambas não estão bem certas de como fazê-lo, ou não compartilham os mesmos objetivos.

A Proposta Curricular de Santa Catarina ao analisar essa questão responde a ela da seguinte forma:

" Quando se trabalha com educadores, freqüentemente estes apontam os pais como um dos maiores empecilhos para se abordar a sexualidade na escola. Aqui é preciso analisar dois aspectos que subjazem a esta realidade: por um lado as unidades escolares não desenvolvem seu plano político-pedagógico com a efetiva participação da comunidade. Esta, por sua vez, desconhece os princípios e metodologias utilizadas pela escola em que matriculam seus filhos.

Em função deste fato muitas escolas pensam ser necessário um pedido de autorização dos pais para que possam iniciar um trabalho com o tema. Isto revela o quanto equivocados estão os educadores acerca do assunto: primeiro porque a educação sexual não é um tema que deva ser trabalhado isoladamente numa disciplina da grade curricular e, tampouco, num momento determinado, específico, fechado. Segundo, porque indica um desconhecimento da função social da escola, que é a produção e socialização do conhecimento científico" (1998, p. 29).

Quando a escola opta pelas palestras, está concebendo a sexualidade como um tema que pode ser abordado em curtos espaços de tempo, acreditando que as informações parciais são suficientes para dar conta de um processo educativo, que promova a autonomia e a responsabilidade com relação à própria vida sexual.

No entanto, a transformação da informação obtida, para que se torne referência subjetiva requer atividades de interação e discussões que digam respeito a situações da vida real. A informação pode ser obtida, mas o processo de aprendizagem, entendido como apropriação, é pessoal e construído em situações que envolvem aspectos que vão além do cognitivo.

As palestras não podem ser tomadas por educação sexual. Sua função é importante porém, informativa, o que as tornam relativas e pouco eficazes quando se trata de desenvolver atitudes e comportamentos com relação à sexualidade. Em virtude disso, a temática sugere a necessidade de uma relação de confiança entre professores e alunos, necessária para que esses se sintam protegidos e seguros ao abordar assuntos vinculados a vivências íntimas.

A indicação mais compatível com a aprendizagem das temáticas sexuais parece ser a indicada por Andaló et al. (1998, p. 37-38), ou seja, a da

"educação continuada, porque (...) velhos hábitos formados no calor da ação, através de experiências e pessoas significativas, não desaparecem magicamente ante a argumentação lógica ou ao simples contato com saberes e informações de ordem científica".

Neste aspecto, as palestras possibilitam informações, mas freqüentemente não criam os vínculos de confiança necessários para promover transformação nas atitudes e práticas amorosas entre os adolescentes.

Marina refere-se a dificuldades dela e dos colegas em ouvir publicamente tais assuntos, a bloqueios em razão dos quais ficavam conversando entre si. Essas situações mencionadas no depoimento de Marina indicam a importância dos adolescentes estarem num ambiente favorável à sua participação como sujeitos do processo de aprendizagem.

Além desse aspecto, existe a necessidade do que Arilha denominou de "intervenção diferenciada" entre os dois sexos, visto que há uma especificidade de temas e de estratégias necessárias em cada caso, já que o universo de sentidos e concepções são diferentes para os grupos masculino e feminino. Arilha (1999) afirma:

“Uma lição já foi claramente aprendida(...): os dados remetem para a necessidade de se pensarem estratégias informativas diferenciadas para cada um dos sexos, uma vez que as motivações sexuais - o sentido que mulheres e homens parecem dar ao corpo sexual e reprodutivo são diferenciados”.

A intervenção diferenciada é as estratégias informativas, a que se refere a autora, parecem fazer parte de uma solução metodológica e de uma linguagem que levem em conta a diferenciação dos sentidos prevalentes entre os gêneros, não sugerindo, contudo, uma educação sexual para rapazes e outra para as moças, o que seria uma ação reprodutora das desigualdades entre os gêneros, que se pretende evitar.

Para que ocorra o diálogo, uma ação tão valorizada entre os que pensam sobre educação sexual, o ponto de partida poderia ser a valorização do vocabulário e dos conceitos circulantes entre os jovens. As várias informações preexistentes não podem ser negadas e, ao dar-lhes oportunidade de comunicá-las, está sendo possibilitada

igualmente a expressão de si como sujeitos. Esse saber, quando incluído nas discussões, pode ser esclarecido e corrigido se necessário e para tal procedimento é recomendável a utilização da terminologia científica com "a intenção de instrumentalizá-los com outros códigos que lhes abram a possibilidade de entrar em contato com conhecimentos elaborados e científicos" (Andaló,1998). O diálogo quando compreendido nessa perspectiva, pode levar à possibilidade de transformação e libertação, por intermédio do conhecimento racional.

Foucault (1988) apontou duas vias pelas quais pode ocorrer a apropriação do saber sexual. Na forma que ele chamou de *ars erótica*, originada no Oriente e que concebe o prazer sexual como fonte prática e experiencial da verdade. A outra via por ele denominada de *scientia sexualis*, é a que tem relação com as práticas educativas atuais, pois esta concepção se refere ao poder-saber, aquele que ordena, regulamenta e controla socialmente os procedimentos sexuais. Um tipo de poder que incita à manifestação confessional.

Reconhecido o avanço histórico da questão através da conquista da Educação Sexual como tema transversal, as escolas deparam-se a seguir com a questão da formação dos professores. Para implementá-la, sua tarefa principal talvez seja procurar devolver a amorosidade, o prazer e a liberdade que a cultura procurou suprimir da sexualidade.

Uma séria conquista diz respeito à formação e à competência dos educadores sexuais, desde que são raros os espaços acadêmicos a eles destinados. Além disso, sendo esse um assunto de caráter íntimo, minado por mitos, tabus, valores e preconceitos, os educadores se vêem limitados pela sua própria perspectiva pessoal. Para superar esses entraves, é imprescindível uma qualificação específica, que os torne competentes para encarar a sexualidade como um aspecto importante e fundamental da vida humana. Há que pensar e se preparar, pois "na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar" (Brandão,1987, p. 12).

A qualificação do educador sexual se constitui, portanto, num processo de transformação pessoal, pois, a partir do reconhecimento de si mesmo como sujeito social e sexuado, e do reconhecimento de que em sua história pessoal está inscrita a produção histórica da sexualidade humana, é que o educador pode compreender toda a complexidade envolvida na temática sexualidade (Nunes, 1999, Vasconcelos, 1971 *apud* Cabral 1995, Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998).

Desta forma, a compreensão de si próprio passa pelo conhecimento da construção histórica da sexualidade humana e de como a sexualidade está diretamente ligada com o processo de humanização. Por isso, é preciso concordar com Chauí quando afirma que o "...suposto meramente biológico sofre modificação quanto ao seu sentido, à sua função e à sua regulação, ao ser deslocado do plano da natureza para o da Sociedade, da Cultura e da História" (1984, p.13).

É portanto, fundamental, formar educadores sexuais, levando em conta que o conhecimento acerca da sexualidade é adquirido pela assimilação da experiência histórico-cultural, e como tal esse conhecimento faz parte das relações de poder e das relações de gênero de cada momento histórico.

Mas como formar educadores sexuais, se é também de conhecimento geral a quase inexistência, na área acadêmica, de disciplinas curriculares que versam sobre este tema, nos cursos de formação de educadores, psicólogos e profissionais da saúde?

Essas perguntas alguns especialistas estão tentando responder, como fez a Universidade de Santa Catarina- UDESC, ao criar os cursos de Especialização e Mestrado na área de Educação Sexual. Outros exemplos podem ser citados: a implantação da disciplina Sexualidade e Educação nos cursos de licenciatura na Universidade Federal da Bahia e nos cursos de graduação em Medicina e Enfermagem na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro (Serapião e Silva, 1991, Fagundes, 1996 *apud* Jesus, 1998).

Um dos motivos que impede o desempenho educativo é a dificuldade dos pais e educadores, em

"abrir o diálogo e trazer a sexualidade no nível da palavra, do permitido, do prazeroso e do humano, pois pensam muito mais na sexualidade biologizada, anatômica, descritiva, fragmentada, fonte de males e por isso, origem de culpa e medo" (Cabral, 1995, p. 150).

O "desamordaçamento" é o termo utilizado por Andaló et al. (1998) que consiste em (...) devolver aos alunos a palavra cassada". Para conseguir isso, recomenda o emprego da linguagem e dos termos utilizados pelos educandos (1998). Esse é um dos primeiros desafios enfrentados pelos professores, por tratar-se de um tema por longo período reprimido.

Outro desafio diz respeito à superação dos conceitos difundidos na sociedade. Sabemos que há aqueles que ainda compartilham da opinião de que falar aos filhos e alunos sobre sexualidade é estar estimulando sua prática. Esses são os mesmos que defenderam a "inocência", pela proibição da abordagem sobre sexualidade na escola durante tanto tempo. Esquecem-se, entretanto, que desde tenra idade as crianças estão expostas às sensações do próprio corpo, à diferença de gêneros, às imagens visuais e cenas explícitas de afetividade e sexualidade no lar e na mídia e que, diante de tal exposição, a omissão dos adultos em abordar o assunto se torna um equívoco ou ingenuidade, ou uma outra forma de falar, através do silenciamento. Atribuem ao discurso educativo o poder de despertar a sexualidade, e imersos que estão na moralidade adulta, esquecem-se da curiosidade natural de toda criança e o interesse vivo da juventude pelas questões sexuais.

Perante esse quadro, o diálogo entre as instituições educativas e a família torna-se fundamental para que a divergência de opiniões não se torne um obstáculo à formação sexual dos alunos.

Por outro lado, os professores, quando devidamente indagados a respeito do tema, não escondem sua desinformação e despreparo para atuar como educadores sexuais de crianças e jovens. Embora reconhecendo que a escola pode vir a ter esse importante papel, os docentes, em sua maioria, alegam não estarem em condições de desencubir-se dele. É possível ainda acrescentar que esse despreparo está traduzido pelos limites da competência dos professores (Jesus, 1998, p. 19) e das metodologias.

Pensar em educação sexual na escola pressupõe, portanto, a educação sexual dos próprios educadores. Não se está querendo dizer com isso que é preciso o educador educar a si mesmo antes, e somente depois educar os alunos. Embora os professores ocupem um lugar hierárquico em relação aos alunos, o processo de transformação de ambos é contínuo e concomitante. Não há um momento especial em que os professores estejam prontos, principalmente em se tratando de uma tarefa tão nova quanto a de educadores sexuais. Werebe preconiza que:

"A competência científica não é pois a qualidade essencial para os que se propõe fazer educação sexual (...) Se tivermos em conta que o educador ensina mais pelas atitudes que pelos conhecimentos que comunica, são as suas qualidades pessoais - a sua maneira de encarar a sexualidade e a dos outros (particularmente de seus alunos) - que são importantes neste trabalho" (1977, p. 31).

Andaló et al., referindo-se a essa questão, apontam uma metodologia em que "se faz imprescindível considerar a **perspectiva** dos próprios coordenadores, também eles sujeitos envolvidos na mesma trama histórica dos destinatários do projeto" (1998, p. 41).

Ampliando a discussão para o nível das decisões políticas, estudos mais sistematizados, que desnudem os valores patriarcais presentes nas relações entre homens e mulheres, que dêem voz aos adolescentes, que levem em conta suas relações afetivas e sexuais, poderão trazer subsídios teóricos aos responsáveis pela política educacional nas instituições escolares. Nessa direção aponta Fischer ao dizer:

"Educadores como nós têm mais essa tarefa: tentar compreender um pouco mais das verdades de seu tempo e imaginar, junto com os mais jovens, a possibilidade de pensar o que não é, ou o que poderia ser... É hora de sair somente da perspectiva individual - sem jamais abandoná-la, pois ela é uma conquista (...)" (1999, p. 437).

6.7 E OS PAIS ONDE ESTÃO?

Os filhos, ao nascerem, são recebidos por uma rede social já instituída, a família ou outro grupo social que os acolhe, e nestas e outras instâncias sociais interagem, se constituem como sujeitos sociais e se apropriam das significações que ali circulam. A família tem particular importância na formação dos conceitos dos filhos. Neste estudo, o que interessa são os conceitos acerca da sexualidade, da saúde reprodutiva e das relações amorosas existentes no núcleo familiar. Em reconhecimento à grande importância desse núcleo é que foi incluída, no presente estudo, a investigação a respeito dos pais dos sujeitos pesquisados e as significações circulantes no contexto em que esses pais nasceram e se desenvolveram.

Werebe (1998, p. 148) elucida bem a importância da educação familiar quando destaca:

"Os pais desempenham o papel de educadores, no domínio da sexualidade, muitas vezes de forma inconsciente, sem avaliar o alcance das medidas que tomam, dos discursos que desenvolvem, das atitudes que assumem (...) Os pais educam mais pelo que fazem do que pelo que dizem. Eles constituem os primeiros modelos humanos, o primeiro modelo de "casal" que a criança conhece, como homem e mulher, como marido e esposa (...) É com eles que muito cedo se começa a aprender o que cada um destes papéis representa".

Referindo-nos especialmente aos pais e mães entrevistados neste estudo, quando perguntados a respeito da educação sexual recebida, foram unânimes em declarar que "no seu tempo, os pais não tocavam nestes assuntos ". A semelhança nos depoimentos aponta para um entendimento hegemônico sobre a sexualidade que circulava dentro das famílias, evidenciando que cada contexto histórico apresenta peculiaridades datadas no tempo e no espaço cultural. Portanto, a "coincidência" dos depoimentos quanto ao sexo ser um assunto proibido no interior da família, remete ao modo particularmente repressivo como as práticas sexuais eram concebidas àquela época (década de 50 a 60 em localidades do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul).

Os sentidos dados à sexualidade estão relacionados ao momento cultural de cada época e se expandem de maneira hegemônica, sendo contudo traduzidos singularmente nos núcleos familiares. É o que se observa quando se traça um paralelo entre os relatos da mãe de Marina e os da mãe de Elisa, que foram frutos de uma mesma época e evidenciaram uma forte impregnação da religião cristã. A mãe de Elisa, no entanto, parece não expressar tanta lealdade a tais princípios quanto a mãe de Marina, quando declara aceitar as relações sexuais pré-maritais. Apesar de serem contemporâneas de semelhantes influências religiosas, o que se vê não é uma repetição de condutas, mas a reprodução singular em cada família de um certo tipo de

padrão repressivo, o que mostra que a assimilação cultural é traduzida através de modos particulares.

O pai de Marina nasceu e cresceu num ambiente familiar sedimentado em rigorosos princípios morais, onde vigorava o silêncio absoluto sobre sexualidade. Tal panorama faz lembrar o modo peculiar como os valores apregoados pela moral cristã tramam as relações familiares e constituem os sujeitos, qual seja, vêem no sexo uma fonte de pecado, colocam a procriação como fim único do casamento, mantendo o ideal da virgindade, da pureza para as mulheres.

Contudo, conforme foi observado nos depoimentos, por "escolha própria" esse pai foi ressignificando os princípios com base nos quais se constituiu pela dedicação a estudos continuados, de modo a compreender teoricamente a questão. Empenhou-se na superação das dificuldades em dialogar com os filhos, buscava a transformação pessoal para concretizar, com responsabilidade, seu papel de pai e fazer seus filhos mais felizes.

Foi um pai sempre presente, física e afetivamente, embora omitisse a sexualidade das pautas de conversação e, na convivência, não manifestasse a seus filhos e filhas que a sexualidade ou o prazer dela decorrente fizessem parte da vida cotidiana. Apresentar-se como assexuado e não participar diretamente na educação sexual dos filhos como parece ser o caso desse pai, é uma conduta constatada nas pesquisas de Olavarría (1999, p. 29):

"Nos setores de classe média-alta, os pais em geral estavam fisicamente presentes, ou havia uma figura paterna na casa, mas eram igualmente passivos na socialização sexual de seus filhos. E, em alguns casos, ocultavam ou reprimiam as expressões de sexualidade dos filhos".

Esse ocultamento da sexualidade não pode ser considerado como parâmetro de ações que educam. Embora não deixe de ser uma modalidade que se refere à

sexualidade, fala dela pelo avesso, mostrando-a como imprópria, o que dificulta às crianças e jovens a percepção de si como seres sexuados. Coloca-os numa condição que os afasta do aprendizado acerca das transformações que se sucedem em seus corpos, das novas sensações e dos desejos.

Embaraços como os apontados pelo pai de Marina são evidenciados em outros estudos, como o realizado por Jesus sobre a Educação Sexual na vida cotidiana de pais e adolescentes:

"a maioria deles relatava não ter recebido de seus pais informações acerca da sexualidade, portanto, ao experienciar as dificuldades de serem pais de adolescentes, diziam repetir a conduta de evitar o diálogo... eles expressavam sofrimento e angústia, além de despreparo para lidar com as mudanças físicas e psicológicas de seus filhos adolescentes" (1998, p. 5).

O despreparo que acomete os pais parece não atingir casos particulares, mas abrange as últimas gerações de pais que, educados numa época de proibição quase absoluta acerca dos temas sexuais, deparam-se abruptamente com um outro momento cultural em que impera o oposto, ou seja, os mesmos temas saem do obscurantismo familiar e são estampados nos filmes, livros, revistas e TVs. Circulam ostensivamente pelos veículos de comunicação social, sugerindo que deles se faça trampolim para alcançar desde a conquista da liberdade pessoal, até o sucesso comercial de qualquer produto. Banalizado entre os extremos, o sexo circula entre a possibilidade maior da existência humana, que é a felicidade e a compra/venda de artigos comerciais, culminando com o uso dos corpos como objetos a serem consumidos.

Não se trata somente de mudanças, que por si só são difíceis de aceitação, mas da rapidez com que elas acontecem, deixando atônitos principalmente os pais

que, diante das dificuldades em acompanhá-las, acabam permanecendo no padrão conhecido, aquele em foram educados e o que faz com que "(...) o modo de educar para a sexualidade sem utilizar muitas palavras, ainda permaneça como pano de fundo no contexto social dos pais, em suas interações com os adolescentes" (Jesus 1998, p.134).

O momento escolhido como adequado para os esclarecimentos das filhas em ambas as famílias pareceu não coincidir com o momento realmente apropriado para a formação de conceitos. Por ocasião da iniciação sexual dessas filhas, estas já poderiam ter-se apropriado dos conceitos inerentes à sexualidade, mas foi somente quando as garotas começaram a namorar que as mães entenderam ser o momento adequado para essa formação. Neste sentido, parece que chegaram tarde. A educação tem que chegar antes da descoberta do amor, pois, como afirma Rubem Alves (1999, p. 153), "É inútil falar aos apaixonados. Os apaixonados só ouvem poemas e canções. (...) Todo apaixonado é tolo. Pode ser que ele escute a fala da razão. Escuta mas não acredita. (...) Tolo mesmo é quem tenta argumentar com os apaixonados". O descuido com a contracepção de Marina e de Elisa parecem confirmar as falas do psicanalista/poeta.

O conteúdo escolhido, isto é, o que era importante transmitir aos jovens com o objetivo de orientá-los era diferente em cada família. No caso de Elisa, a família parecia mais atenta às mudanças produzidas no contexto social, aceitando que os jovens comecem as práticas sexuais mais cedo e antes do casamento e, nesse caso, o mais importante era informar sobre prevenção da gravidez. Na família de Marina, como não se aceitava o relacionamento sexual pré-marital, as orientações eram encaminhadas com o objetivo de evitá-lo. Isso era feito evidenciando como as conseqüências da transgressão trariam perdas para a vida da adolescente, tais como assumir responsabilidades e interromper os estudos. Até certo ponto se fala em prevenção de problemas sob a intenção de controle da sexualidade e a educação sexual de Marina parece sugestiva nesse sentido.

A mãe de Marina acreditava ter educado sexualmente a filha ao ter-lhe oferecido as informações que, na sua concepção, seriam suficientes para evitar a gravidez. Não pareceu ser uma mãe descuidada, pois estava atenta à vida da filha, aconselhava-a, marcava horários em que deveria voltar para casa, vigiava o casal de namorados e avisava para que tomassem cuidado. Mesmo assim, todos os avisos e alertas não evitaram a gravidez da filha.

Quando a mãe de Elisa inclui, sem que lhe fosse perguntado, a questão do controle da intimidade dos filhos como uma responsabilidade materna, traz à tona um modo específico de exercer a educação sexual. Reflete, desta forma, uma postura tradicionalmente utilizada pela família e outras instituições sociais em várias culturas, que é a de usar modos de repressão e controle para manter os valores morais nos quais acredita.

O controle e a repressão sexual também se expressam por intermédio de abordagens preventivas dos riscos e perigos das práticas sexuais, e da postura do "somos todos assexuados". Isso torna a sexualidade aparentemente invisível, mas igualmente a oculta como aspecto fundamental da constituição e do existir de todos nós.

O modo de controlar o comportamento sexual das filhas varia entre as famílias em questão. No caso de Elisa, o controle foi explicitado no começo do namoro e ficou centralizado na questão da **prevenção dos riscos e perigos** da gravidez. Quanto à Marina, focalizou-se na **proibição, silenciamento do tema e no controle do horário de saídas** com o namorado.

É possível indagar se não estaria no insucesso dessa missão de controle, notadamente exercida pela mãe, no caso de Marina, uma das origens da culpa que sentem as mães quando suas filhas engravidam?

Os pais apresentam sentimentos diferentes das mães, queixam-se de ser "traídos" pelas filhas, mostram-se revoltados contra elas, apresentam represálias. O

pai de Marina, como já vimos, deixa de chamá-la pelo apelido e também passa a evitá-la. O pai de Elisa nega-lhe a palavra e a presença, passando grande parte do tempo fechado no quarto. Também proíbe o namorado de entrar na casa, dirige-lhe palavras agressivas diretamente e, na sua ausência, remete-as á Elisa.

Os pais de Elisa conversaram abertamente com ela e o namorado, a mãe ofereceu-se para levá-la à ginecologista, ofereceu dinheiro para o anticoncepcional. Pensavam esses pais terem feito **tudo** que havia para ser feito e mesmo assim ela engravidou.

Eles se fizeram presentes ao perceber que se aproximava a iniciação sexual da filha. Chamaram-na para conversar, incluíram Carlos na conversa, o que não é comum na maioria dos pais e, mesmo assim, não tiveram êxito em evitar a gravidez dessa filha. Por que deu errado? - eles se perguntaram. A mãe entendeu que os sentimentos obscureceram a lucidez de Elisa, ou seja, deixando-se levar pela paixão, ela teria se esquecido dos ensinamentos transmitidos pela família.

Quanto à compreensão do pai acerca da gravidez da filha, o que se sabe foi por intermédio de testemunhos de sua esposa, de Elisa, de Carlos e da mãe de Carlos, pois ele não permitiu nenhuma entrevista. Todos se referiram à sua frustração pela interrupção dos planos que traçara para a vida adulta da filha, considerando-a uma traidora.

Conforme destaquei anteriormente, o pai de Carlos não participou diretamente da educação sexual do filho. O tio, que a pedido da mãe teve com ele uma conversa particular, não trouxe nada de novo que pudesse acrescentar ao que Carlos havia aprendido com os amigos. Como também constatou Olavarría (1999) em sua pesquisa, o pai ou a figura masculina que o substitui, não conversam com seus filhos e "(...) quando chegavam a fazer algum comentário, os filhos já haviam aprendido por eles mesmos. Chegaram tarde" (p.28).

Posteriormente, sabendo que Carlos e Elisa encontravam-se na casa dele, na ausência dos familiares, o padrasto ofereceu-lhe camisinha, pedindo-lhe para que tomasse cuidado, o que também não teve o resultado esperado.

Afinal, como compreender tantas tentativas fracassadas? O que terá de ser feito para os pais educarem sexualmente seus filhos adolescentes?

O que se observa é que, formal ou informalmente, por meio da família, da escola, da religião, e da mídia são veiculadas informações acerca da prevenção de DSTs e da gravidez. No entanto, parece que falar sobre sexo com os jovens não garante que haja diálogo, ou que a conversa seja educativa.

O modo como se aborda o tema vai indicar a concepção de sexualidade do mediador (família, escola) da informação. Pode-se, por exemplo, transmitir informações errôneas, deturpadas pela visão moralista de proibição e de erro, ou se referir ao sexo de forma abstrata e desvinculada da realidade do sujeito a quem se fala, o que se mostra também inócuo. Há, entre os sujeitos, um campo de influência ou poder de um sobre o outro, e não se pode conceber que as informações existam independentes de quem as comunica.

Para falar de sexo e esta fala fazer sentido para quem ouve, é importante que a comunicação ocorra "de sujeito para sujeito". Falar sobre sexo como uma autoridade no assunto, ou abordá-lo como algo teórico, desconectado dos sentimentos de quem fala e de quem ouve, parece não causar ressonância, nem ter efeito educativo.

Sexo é uma das dimensões humanas, pessoal e subjetiva, não é uma categoria de análise que se encontra fora do indivíduo. Falar de um sexo em abstrato, sem que os sujeitos se reconheçam como sujeitos sexuados e responsáveis por suas ações, não produz resultados educativos, porque esses sujeitos não são entidades abstratas, mas sujeitos datados e localizados historicamente.

Mesmo com a mudança dos costumes e a multiplicidade de palcos para discussão dos temas sexuais, os depoimentos dos pais, nos últimos estudos

realizados, vêm indicando a necessidade de que se faça com eles reflexões e discussões referentes ao processo de amadurecimento biológico, da iniciação sexual e a consequência dela para seus filhos. (Jesus, 1998, p.6, 20).

Concordando que é necessário também aos pais uma política de educação sexual, é importante reconhecer, conforme aponta Tavares (1999, p. 90), que "O que falta aos pais e adultos em convivência com o adolescente é a clareza de seus papéis junto a este (...) eles não percebem a riqueza que podem usufruir de uma convivência capaz de restaurar os significados da própria vida."

6.8 "A MÃE DO MEU FILHO SOU EU"

O cuidado das mães com suas filhas foram, em ambos os casos descritos neste estudos experienciados pelas adolescentes como uma possível ameaça de não serem elas as cuidadoras de seus bebês. Lyra (1997) aponta que uma das principais razões que levam os adolescentes a serem desacreditados na sua capacidade de serem responsáveis, é o fato deles serem vistos ainda como *filhos*. Essa evidência ajuda a compreender os depoimentos de Elisa e de Marina.

Elisa relata que se percebeu perdendo a autonomia para cuidar do próprio filho diante do excesso de cuidados da avó com o neto. O depoimento da mãe de Elisa confirma esse fato ao declarar que "*com 15 anos ela não pode saber como se faz, é muito novinha*". Ela então, para se sentir mais livre, muda-se para a casa da família do namorado.

Com Marina os fatos aconteceram de maneira bastante semelhante, embora já tivesse 17 anos. Ela se percebia como capaz de cuidar do bebê, "*embora precisasse aprender muita coisa com a mãe*". Sentia, porém, medo de "*ficar sendo uma irmã da minha criança*". Marina chama a mãe para uma conversa, especialmente para tratar dessa questão relativa a ela assumir-se como mãe.

Ser mãe para Marina era algo extremamente desejado, mas em alguns momentos sentia o risco de perder o espaço que, pela sua falta de experiência, era ocupado pela mãe. Relata que zelou muito para delimitar esse espaço, visto que precisava da mãe para aprender alguns procedimentos em relação ao filho. E era nesses momentos que dependia do conhecimento da mãe, que se tornava vulnerável e zelosa em não abrir mão do papel que reconhecia ser seu.

Por esse modo de agir elas marcam explicitamente o desejo de cuidar de seus bebês e declaram temer ante o risco de ter seu papel de mãe tomado pela avó da criança. A impressão é de que estão buscando o direito, a autoridade e o poder pertinente a seu novo papel. Bengel de Paula (1992, p. 150) comenta que esse "modo encontrado pela adolescente para lidar com o conflito entre dependência e autonomia é de assumir o papel materno que ela acredita conferir-lhe maior poder e autonomia social".

Para as jovens, assumir o papel de mãe na rede de relações familiares cuja posição era de subordinação, podia significar a transição para um novo *status*, ou seja, a conquista de um espaço de exercício da autonomia que socialmente é delegado aos adultos. Para as adolescentes que geralmente são consideradas imaturas quando engravidam, essa imagem de imaturidade é acentuada pelos adultos. Contudo, ao assumirem por iniciativa própria e esforço pessoal os cuidados diretos de seus filhos, saltam para outro patamar de reconhecimento - o da valorização social da função materna.

As mães relataram que viam suas filhas como pouco mais do que simples crianças e, nessa perspectiva, não se deram conta do amadurecimento que vinham conquistando já no período da gravidez.

A mãe de Elisa verbalizou durante as duas entrevistas, uma anterior e outra posterior ao nascimento do neto, que Elisa não seria capaz de cuidar do próprio filho, e que, inclusive, não saberia cuidar de de si mesma durante o período pós-parto.

Agindo como mãe superprotetora, ou talvez pautando-se nos conceitos mais antigos, ela delimitava as horas de repouso, preservando a idéia de *resguardo*, enquanto Elisa se sentia disposta fisicamente e pronta para cuidar do seu bebê. Essa disposição ela já havia revelado na própria maternidade, ao reclamar que não tinha mais motivos para estar no hospital: "*estava cansada de ficar ali sem fazer nada*".

Como se observa, essa é uma situação de mudança de papéis para todos os familiares, em cujo âmbito cada qual se encontra frente a uma situação de aprendizagem de novos papéis. O fato de as mães das adolescentes manterem o *status* infantil em relação às filhas, considerando-as imaturas, incapazes de exercer responsabilidades maternas, parece ser um modo ainda não pertinente à nova situação, que aos poucos vão superando.

Tais problemas poderiam talvez ser contornados ou ao menos amenizados se as avós fossem incluídas nos programas de apoio aos adolescentes grávidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Uma coisa é por mil coisas no papel, outra coisa é lidar com gente de carne e mil misérias".

Guimarães Rosa

A busca sistematizada do conhecimento da realidade confirma, em parte, o que já é sabido empiricamente. Na maioria das vezes, no entanto, é necessário garimpar esse conhecimento, lutar para trazê-lo à tona. De qualquer modo, as descobertas ora nos surpreendem e gratificam, ora nos frustram.

Ávida que estava para adentrar no mundo dos adolescentes grávidos, já estava dentro dele e não me apercebia. As "recusas" e os "nãos" recebidos durante a trajetória de busca de casais de adolescentes grávidos de camadas média e média-alta foram, num primeiro momento, significados como barreiras. No entanto, já eram dados concretos do estudo. Foram entendidos como impedimentos talvez pelas expectativas que tinha eu acerca da realidade, mas, depois de compreendidos, transformaram-se em aprendizado. Refiro-me aos vários "nãos" encontrados, quais sejam:

- Não há grupo de adolescentes, pois as futuras mães são atendidas enquanto gestantes e não como adolescentes gestantes, como foi a afirmação do Hospital Universitário.

- Não é possível indicar nomes, pois, como se trata de atendimento particular, eles têm a privacidade preservada.

Não, em nossa escola não há adolescentes grávidos!

- Não, este é um assunto que diz respeito somente aos familiares e eles não permitem entrevistá-los.
- Não, no horário da consulta os pais de nossos bebês estão no trabalho.
- Não, os pais de nossos bebês não são adolescentes.
- Não, os pais de nossos bebês não estão conosco.
- Não digo que não, mas mudo de endereço e não comunico.
- Não digo que não, mas marco e não compareço.

E, assim, muito tempo e energia foram dispendidos, entre a quantidade de adolescentes grávidos e a dificuldade de encontrá-los como **casais de adolescentes** e como **possibilidade de acesso às informações que dizem respeito a suas vidas íntimas**.

Contudo, essas barreiras tornaram-se indicativas de algumas das razões que fazem o avanço do conhecimento científico acerca do comportamento sexual, uma área que requer uma metodologia e um trato específicos, adequados à natureza do fenômeno estudado. Ao mesmo tempo, ressaltam a importância e a necessidade da continuidade do aprofundamento de estudos dessa ordem.

Os discursos antagônicos que circulam socialmente acerca da sexualidade explicitam a convivência entre a desconstrução de antigos padrões e a necessidade de buscar conhecer as novas significações emergentes, como o campo dos direitos sexuais. São, portanto, concepções que se contrapõem, e que ao mesmo tempo convivem e sustentam as práticas sexuais individuais, sempre relacionadas a uma dimensão social e histórica. A gravidez na adolescência é, portanto, a um só tempo, uma decorrência de ações individuais e uma resposta social à realidade.

Só nesse panorama de contrastes e contradições é que é possível entender o sentido dos "obstáculos" encontrados, ou seja, os "nãos" que se apresentaram como barreiras ao estudo. Talvez estejam relacionados à continuidade dos discursos e das concepções que sustentam os antigos padrões acerca da sexualidade e da

adolescência. Vistos dessa forma, os "nãos" expressavam a posição ocupada pelos adolescentes na sociedade, o papel social que desempenham na cultura, a importância delegada a eles pela saúde pública e particular e como eles próprios se organizam enquanto sujeitos sociais.

A dificuldade de encontrar casais evidenciou principalmente dois aspectos: a maior parte das adolescentes grávidas tinham parceiros mais velhos que elas e eles não as acompanhavam ao pré-natal, por razões muitas vezes não claramente explicitadas.

A falta de tempo dos parceiros para acompanharem o pré-natal é uma questão que se relaciona ao trabalho remunerado como uma necessidade financeira real e ao desempenho de um papel social masculino, que coloca para o homem as responsabilidades de provedor material da família.

Quanto aos que se encontravam desempregados, o pressuposto era de que teriam tempo para acompanhar suas namoradas/companheiras e assim participarem da pesquisa. Mesmo quando solicitados, suas parceiras alegavam que não podiam comparecer, não apresentando as razões para esse impedimento. Tal atitude foi compreendida, por um lado, como um tipo de indisponibilidade compatível com as práticas sociais masculinas, nas quais não fazem parte das funções dos homens o cuidado direto com a gravidez e a grávida; por outro lado, essa ausência poderia significar uma forma de proteção da intimidade.

Isso evidencia que a "naturalidade", talvez até a banalização com que a sexualidade vem sendo tratada pelos vários meios de comunicação, não passa de aparência. Falar da própria intimidade não é tarefa fácil para ninguém, como bem evidenciaram "os olhos baixos" de Marina. Requer muita confiança no entrevistador, o que só pode ocorrer com um contato mais profundo e freqüente, tal como aconteceu com Carlos e Elisa, que puderam partilhar com a pesquisadora seus temores, expectativas e desejos.

O fato de os jovens estarem recebendo dois modelos de orientação para a vida sexual, a saber, um que reprime (família, escola) e outro que incentiva (as mídias), os coloca diante de um paradoxo que enquanto aspecto constitutivo das subjetividades necessita ser melhor estudado.

Para compreender a gravidez na adolescência como uma expressão dos sentidos sociais circulantes, é fundamental um olhar multidisciplinar que integre as contribuições específicas não só da Medicina, como também da Psicologia, da Antropologia, da História Social, Econômica e Política na construção dos padrões morais e sexuais. Este trabalho não se propôs a aprofundá-los, mas foram todos valorizados como aspectos socioculturais que estão presentes e são constituintes e constituídos pela vida social e pelas subjetividades.

Quanto a caracterizar a gravidez na adolescência como "precoce" e "indesejada", percebeu-se a necessidade e o cuidado em relativizar tal conceito. Várias pesquisas, assim como algumas adolescentes entrevistadas, expressaram o desejo da maternidade. Para elas, o momento não era inadequado e tampouco pareciam estar sofrendo alguma consequência emocional grave pelo fato de estarem grávidas.

Quanto ao fato de a significação social da gravidez na adolescência ser colocada como "um problema", é importante demarcar que assim se coloca, mais recentemente, com o novo fato de também os rapazes se tornarem pais na adolescência.

A razão apontada pelos adultos quanto aos jovens estarem preparados para impedir a gravidez, desde que saibam como evitá-la parece, no entanto, extrapolar a questão da informação. Tanto na família como na escola, tem sido usado um modo de educar fundamentado na concepção de sexualidade dos adultos e do significado (problema) que tem para eles a gravidez na adolescência. Há pouco reconhecimento

da autonomia e direitos sexuais dos jovens, o que imprime à educação sexual um caráter meramente preventivo de situações que para os adultos são indesejáveis.

Foi verificado que a educação sexual no círculo familiar deu-se apenas por meio de explicações esporádicas e pontuais, mediadas por informações externas (TV, amigos, escola, filmes, etc.) quando não pelo silenciamento, o que imprime aos temas sexuais a dimensão do proibido. O momento considerado adequado pelos pais para a "educação sexual" foi aquele em que as filhas começaram a namorar e se caracterizou basicamente por algumas "conversas" que tinham o objetivo de "alertá-las" para os riscos inerentes à prática da sexualidade.

Na escola repetiu-se o mesmo procedimento, traduzido em ações pedagógicas. Não foi preservado o caráter particular da sexualidade, sendo esta tratada como um conjunto de conhecimentos teóricos, desvinculados das peculiaridades próprias das ações íntimas e sentimentais. Esses conhecimentos consistiam em palestras para grandes grupos, de caráter informativo, cuja temática era abordada de forma genérica e abstrata.

As camadas médias consideram que seus filhos só se tornarão pessoas responsáveis quando, terminados os estudos, estiverem inseridos no mercado de trabalho. Aí sim é momento de constituírem sua própria família, com uma vida sexual regrada e aprovada. É fácil perceber que se trata da reprodução dos padrões sociais aprovados pelos adultos.

É questionável se tais iniciativas da família e da escola podem ser compreendidas como uma educação sexual de fato. Primeiramente parece que essas instituições ignoram as transformações objetivas e históricas, fruto de mudanças nas identidades de gênero feminino e masculino, provocadas pelos avanços científicos, como o controle da fertilidade pelas mulheres, sua inserção no mundo do trabalho, o direito ao prazer que desvinculou a sexualidade da maternidade, entre outros.

Parecem também desconsiderar as influências, muitas vezes vistas como nefastas, da mídia e da convivência entre os jovens.

Um segundo aspecto que pareceu muito importante refere-se ao fato de que as atribuições de gênero e a educação sexual iniciam-se muito precocemente. Elas já estão presentes nas fantasias dos pais a respeito das filhas e filhos que desejam ter, na expectativa do sexo dos futuros bebês, na preparação do enxoval e das dependências dos nascituros, perceptíveis especialmente nas camadas médias e altas.

Desta forma, dependendo de como os adultos vivenciam sua sexualidade, dependendo de seus gestos, falas e silêncios se vai construindo a identidade de gênero, num processo cuja complexidade mal se chegou a vislumbrar.

Assim sendo, reduzir a educação sexual a "informações", "a alertas" e "conversas esporádicas e pontuais" é equivocadamente subestimar muito essa realidade. As informações não são neutras ou despojadas de valores, elas se dirigem para algum alvo normatizador. Com isso, não se pretende culpar os pais por suas dificuldades em lidar com eventos que lhes causam transtornos como a gravidez não planejada de um filho, ou filha. Mesmo porque, neste estudo, se em alguns aspectos os pais foram reconhecidos como repetidores de ações da geração que os educou, foram também observados avanços quanto ao modo de abordar as questões sexuais no ambiente familiar.

As expectativas dos adolescentes, representadas pela vontade dos pais e ligadas às relações afetivas presentes na família, contribuem para que, ao agirem diferentemente do esperado, sejam considerados tanto pelos pais, como por eles próprios, como **transgressores**. Tal fato desencadeia nos jovens sentimentos de culpa e medo de decepcionar seus progenitores. A fala do irmão de Marina é exemplar neste sentido: "*Infrator, sim*". Diante de tais sentimentos, é possível compreender o grande temor de comunicar aos pais o ocorrido. "*O difícil era contar*", diziam-me eles.

As mães das adolescentes evidenciaram mais facilidade que os pais na aceitação da gravidez. Explicaram o acontecido pela imaturidade das filhas e pela fragilidade do ser humano diante da experiência de paixão/amor freqüentemente perspectivado pelas mulheres de forma romântica. A partir dessa revelação, percebeu-se que a importância atribuída à informação como um componente fundamental para a apropriação do significado de prevenção, deve ser recolocada diante do peso dos valores constitutivos do imaginário social.

Mais rapidamente que os pais, as mães se disponibilizaram a dedicar-se aos cuidados necessários à gravidez das filhas. Contudo, após o nascimento das crianças, a participação das avós gerou uma espécie de ciúme, ou disputa pelo papel materno. As jovens declararam-se necessitadas de ajuda para assumirem essas funções pela primeira vez, porém reconheciam-se como capazes e desejosas de constituírem seu próprio papel de mãe. Nos dois casos, essa questão caracterizou-se como **uma dificuldade** a ser contornada entre mães e filhas.

Os pais se revelaram surpresos e decepcionados. Mostraram-se magoados ante a constatação da gravidez de suas filhas. Apresentaram dificuldades em manter com elas o mesmo relacionamento afetivo que existia antes da gravidez. Em certos momentos davam a impressão de se sentirem "traídos" por suas "meninas", agora transformadas em mulheres, cuja gravidez era a prova patente e concreta da existência de uma vida sexual ativa. Aquele que aceitou ser entrevistado pensou mesmo não conseguir mais "tocar" na filha, enquanto o outro isolou-se da convivência familiar, ameaçou abandonar o lar e só voltou a interagir com a família alguns dias após a chegada do bebê no espaço doméstico.

Os casais usavam a casa dos pais do namorado para as relações sexuais e surpreenderam a si mesmos com a gravidez. Esta foi indesejada e não planejada pelos dois casais e a maior angústia de todos, como mencionei, foi o enfrentamento

com os pais. Superada essa fase, o relacionamento familiar como um todo se modificou. As famílias entraram em contato, a fim de buscar soluções para a nova situação e cada qual passou a vivenciar de modo particular a gravidez.

As jovens mães me pareceram realizadas, carinhosas e responsáveis com seus filhos. Além disso, retomaram seus projetos anteriores, continuando a estudar. Quanto à paternidade, Carlos, fugindo dos padrões tradicionais cuida por mais tempo do bebê do que a mãe e exerce uma modalidade de subemprego comum às mulheres, que é cuidar de crianças mediante remuneração.

A assiduidade e a participação de Carlos no Programa do Adolescente indica mudanças na participação masculina nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. Da mesma forma, sua participação nos cuidados com o filho e na estratégia encontrada para participar das despesas, indicam o surgimento de novos modos de exercer a masculinidade e a paternidade entre os jovens.

Os atendimentos na área da saúde que este trabalho possibilitou conhecer, deixam transparecer esforços direcionados notadamente às adolescentes grávidas. Pela positividade de seus resultados, que puderam ser confirmados pelo acompanhamento, apoio e orientação dispensados a Carlos e Elisa, vê-se de especial importância que também sejam criados mecanismos de atração para os pais da criança e para os pais das adolescentes.

Por tratar-se de uma temática cuja investigação em camadas médias é recente, este trabalho pretendeu contribuir como um passo a mais no aprofundamento e na compreensão do tema. Nesse sentido, cabe explicitar tanto a importância de sua continuidade, como, ao fazê-lo, a adoção de uma metodologia consoante à sua complexidade e abrangência, privilegiando a formação de vínculos positivos com os

jovens envolvidos, pois só assim será possível partilhar com eles essa vivência surpreendente e corajosa em dar continuidade a uma nova vida, pois

*“...não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida.
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;...”*

João Cabral de Melo Neto

ANEXO I

Roteiro de entrevista semi-estruturada individual para o casal grávido.

Identificação:

Nome:..... Idade:..... Nascimento / / Sexo:

Mês de Gravidez: Religião: Nível Sócio Econômico:

Profissão:..... Trabalho: Escolaridade:

Profissão do pai: Escolaridade:

Profissão da mãe: Escolaridade:

Nº de Irmãos: Posição na família:

- 1 – Você recebeu orientação sexual ? Quando ? De quem ?
(escola, mãe, pai, ambos, amigos, leitura, filmes, revista, namorado)
- 2 – Você conhecia métodos contraceptivos ? Quais?
- 3 – Quando engravidou estava namorando, “ficando” ou “estava de rolo”?
- 4 – Como lidava com a questão da prevenção da gravidez. Era preocupação do casal ?
- 5 – Você conhece e acompanhava seu ciclo menstrual? Da sua namorada? (para o rapaz)
- 6 – Você recebe mesada (de quem?) ou tem sua independência financeira?
- 7 – Seus pais sabiam que você transava? Qual é a opinião deles sobre transar antes do casamento?
- 8 – Com quem podiam contar como fonte de apoio?
- 9 – Como estava a relação do casal na época da gravidez? Estavam bem? Estavam em fase de brigas? Estavam fazendo as pazes? Estavam terminando?
- 10 – O casal fazia planos para o futuro? Neles se incluíam os filhos?
- 11 – Houve mudança na relação do casal após a gravidez?
- 12 – Como está sendo vivenciada a gravidez para você como mãe? Como pai?
- 13 – Na sua opinião por que esta gravidez aconteceu?
- 14 – Como os pais ficaram sabendo da gravidez ? Qual foi a reação ?
- 15 – Como ficou a relação com seus pais e familiares próximos?
- 16 – Como ficou a relação com os amigos ?
- 17 – A gravidez trouxe para você algum benefício?
- 18 – Você já fez algum registro escrito, oral, visual (cartas, poesia, filmes, etc) sobre a gravidez? Poderia me mostrar?
- 19 - Que razões te levaram a colaborar com a pesquisa?

ANEXO II

Roteiro de entrevista semi-estruturada individual para os pais

Identificação:

Nome:.....e Idade:/.....
 Profissão do pai: Trabalho: Escolaridade:
 Religião:
 Profissão da mãe: Trabalho: Escolaridade:.....
 Religião:
 Nº de Filhos: Idade:.....
 Nível Sócio-econômico:

- 1 – Vocês conversavam, orientavam os filhos sobre sexualidade, gravidez e métodos contraceptivos?
- 2 – Sabiam que os filhos transavam? Qual sua opinião sobre transar antes do casamento?
- 3 – Como vocês receberam a notícia da gravidez?
- 4 – Na opinião de vocês, por que aconteceu a gravidez?
- 5 – Que mudanças a gravidez provocou em seu filho(a)? Em você?
No grupo familiar ?
- 6 - Como ficou a relação com seu (sua) filho(a) após a gravidez?
- 7 - Como você se sente com a possibilidade de ser avó(ô)?
- 8– Que preocupações têm a respeito do futuro do (a) filho (a) ?
- 9 – Que razões levaram vocês a colaborar com esta pesquisa ?

ANEXO III

Roteiro para entrevista com profissionais

Identificação:

Nome: Especialidade:
Idade: Tempo de profissão: Religião:
Filhos: Idade dos filhos:

- 1 – Os adolescentes que você recebe estão informados a respeito das sexualidade, da gravidez e dos métodos contraceptivos?
- 2 – Se estão, o que, na sua percepção, acontece na hora “H”?
- 3 – Na sua opinião, quais as causas da gravidez precoce ?
- 4 – Como chegam no consultório os adolescentes que suspeitam estarem grávidos ? Com quem vem? Quem os apoiam?
- 5 – Como chegam o pai e a mãe destes adolescentes ?
(sentimentos, opiniões)
- 6 – Que mudanças psicológicas são observados durante os 9 meses?
- 7 – Como o casal espera pelo filho?
(comportamentos, expectativas, providências)
- 8 – Pedem ajuda? A quem ? De que tipo?
- 9 – Como podem os psicólogos e pedagogos colaborar para amenizar a problemática?
- 10 – E se isso acontecesse com seu filho ou com sua filha ?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, Arminda, KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- AGGLETON, Peter. **Sexualidade Gênero e Sociedade**, Rio de Janeiro. v. 3. n.5. jun.1996.
- ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. São Paulo, Campinas: Papirus, Speculum, 1999.
- ANDALÓ, Carmem S. de Arruda, FERNANDES, Melissa, GONÇALVEZ, Mônica D. da Silva. **Trabalhando sexualidade na sala de aula. Perspectiva**, Florianópolis, UFSC, v.16, n. 30, jul./dez. 1998.
- ARANHA, M^a. Lúcia, MARTINS, M^a. Helena Pires. **Filosofando**: introdução a filosofia. São Paulo: Ed. Moderna, 1993.
- ARIÉS, Philippe. **História social da educação e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARILHA, Margareth. **Homens, Saúde Reprodutiva e Gênero: o desafio da inclusão**. In: GIFFIN, Karen, COSTA, S. Hawker (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- ARILHA, Margareth (Org.). **Homens : entre a "zoeira" e a "responsabilidade"**. In: _____ . **Homens e masculinidade**: outras palavras. São Paulo: ECOS, Editora 34, 1998.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, Mickail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARROSO, Carmem et al. **Gravidez na adolescência**. Brasília: IPLAN/IPEA-UNICEF-CC. 1986. (Instrumentos para a ação).

BECKER, S. Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

BRITO, Marisa M. Lima. Educação afetivo sexual : um novo paradigma na educação. In: CONGRESSO DE SEXUALIDADE HUMANA, 12. Mimeo, 1999.

CABRAL, Juçara Terezinha. **A sexualidade no mundo ocidental**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e autocomcepção da população de 15-19 anos. In: VIEIRA, E. Meloni et al. **Seminário Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Cultura Editores Associados, 1998.

CAVASIN, Sylvia M^a. P. ARRUDA, Silvani. Educação sexual e comunicação para adolescentes. In: VIEIRA, E. Meloni et al. **Seminário Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Cultura Editores Associados, 1998.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão sexual: essa nossa desconhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Ideologia e Educação. **Educação e Sociedade**. v.2. n. 5. jan. 1980.

CHODOROV, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- CHODOROV, Nancy. **Psicanálise da maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Cairo, 1994.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4. Organização da Nações Unidas - 1993. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- CORNEAU, Guy. In: NOLASCO, Sócrates et al. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocão, 1995.
- COSTA, Ramiro Marinho. **As concepções de Educação Sexual derivadas das teorias de Sigmund Freud e Wilhelm Reich e seus impactos na formação de agentes educacionais: um estudo teórico crítico**. Florianópolis, 1997. Monografia.
- CRUZ, Elizabete Franco. "Quem leva o nenê e a bolsa?: O masculino na creche. In: ARILHA et al. (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/ Ed. 34, 1998.
- CRUZ, Maria Nazaré. **Palavras e gestos no jogo interativo: um estudo dos processos de significação no cotidiano de um berçário de creche**. Unicamp. 1995. Dissertação.
- DADOORIAN, Diana. Adolescentes - Por Que elas querem engravidar? **Revista Femina**. v. 24, n 1, jan./fev. 1996.
- FERREIRA, Berta Weil. **Adolescência : teoria e pesquisa**. Porto Alegre : Sulina, 1978.
- DARZÉ, Elias. A adolescente esua saúde reprodutiva - Estudo epidemiológico na Maternidade Tsylla Balbino. **Revista Brasileira de Ginecologia e obstetrícia**. mar./ abr. 1986.
- ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- FERRAZ, E. Anhel. FERREIRA, I. Quental. Início da atividade sexual e características da população adolescente que engravida. In: VIEIRA, E. Meloni et al. **Seminário: Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Cultura Editores Associados, 1998.
- FISCHER, Rosa M. Bueno. Mídia e produção de sentidos A adolescência em discurso. In: SILVA, Luiz Heron (Org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1981.
- GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- GÓES, Maria Cecília. A natureza social do desenvolvimento psicológico. **Cadernos Cedes**, n. 24, Papirus, 1991.
- GOSSMAN, Eloisa. A adolescência através dos tempos. **Adolescência Latino Americana**. v.1, n.2, 1998.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolecência: Considerações preliminares *sobre as dimensões* culturais de um problema social. In: VIEIRA, E. Meloni et al. **Seminário Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Cultura Editores Associados, 1998.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HUBERMANN, Léo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- JESUS, M. Cristina Pinto. **A educação sexual na vida citidiana de pais e adolescentes: uma abordagem compreensiva da ação social**. São Paulo, 1998. Tese, USP.

KALKMAN, Suzana. Incursões ao desconhecido : percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: ARILHA et al. (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS, Editora 34, 1998.

KAUFMAN, M. Los Hombres, el feminismo e las experiencias del poder entre los hombres. In: ARANGO, L.G., LÉON, M., VIVEROS, M. (Eds.) **Gênero e identidad** : Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá: T.M., Uniandes, UN, 1995.

LYRA, Jorge. **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. São Paulo, 1997. Monografia, PUC.

_____, MEDRADO, Benedito. A adolescência "desprevenida" e a paternidade na adolescência: uma abordagem feracional e de gênero. **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília : Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas de Saúde, 1999.

MEDRADO, Benedito. Das representações aos Repertórios: uma abordagem construcionista. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.10. n. 01, jan./jun.

_____. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, Margareth et al. (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS, Editora 34, 1998.

MONTEMAYOR, Raymond. Boys as fathers: coping with the dilemmas of adolescence. In: LAMB, Michael E., ELSTER, Arthur. (Eds.). **Adolescent fatherhood**. Hillsdale. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. p.1-18, 1986.

NOVELINO, Aída Maria. Maternidade um perfil idealizado. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65. São Paulo, 1988.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

NUNES, C.E.G. Adolescência e paternidade: um duelo de papéis. *Psico*, Porto Alegre, v.29, n.1, p. 125-138, jan./jun.1998.

OLAVARRÍA, José (Org.). Desejo, prazer e poder: questões em torno da masculinidade heterossexual. In: BARBOSA, M. Regina, PARKER, Richard. (Org.) **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, São Paulo: Editora 34, 1999.

_____, PARRIN, Rodrigo. Los padres adolescente/jóvenes. **Relatório de pesquisa**. Chile, 1999.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Interações sociais e desenvolvimento: a perspectiva sociohistórica. **Cadernos Cedex**, n° 35.1995.

PAIVA, Vera. O sujeito sexual uma proposta de intervenção. **Sexualidade e gênero**. n.10, 1998.

_____. Cenas sexuais, roteiros de gênero e sujeito sexual. In: BARBOSA, M. Regina, PARKER, Richard (Org.) **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.

PAULA, Dirce Maria Bengel de. **Gravidez na adolescência**: uma estratégia de ação no mundo adulto. São Paulo, 1992. Dissertação de Mestrado. Puc/ SP.

PATTO, M Helena. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina M., PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo avesso**. Rio de Janeiro: IMS/ UFRJ, São Paulo: Editora 34, 1999.

PINO, ANGEL L. B. As categorias do público e do privado na análise do processo de internalização. **Educação e Sociedade**, n° 42. 1992.

PROPOSTA Curricular de Santa Catarina. Educação Infantil. Ensino Fundamental e Médio (Disciplinas Curriculares). 1998.

SALEM, Tânia. **O velho e o Novo** : Um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, D. P. Marques. **Novos contornos no espaço social**: gênero, geração e etnia. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

SIQUEIRA, M. Juracy T. Siqueira. **A constituição do sujeito e a divisão sexual do trabalho na família**. São Paulo, 1997. Tese. USP.

SMOLKA, Ana Luiza B. Internalização: seu significacado na dinâmica dialógica. **Revista Educação e Sociedade**, n. 42, ago. 1992.

SOARES, Graça. Registros da Educação Sexual. **Revista do NES/UDESC – FAED**, Florianópolis, v.1, n.1, 1997.

SOARES, Magda, FAZENDA, Ivani. Metodologias não convencionais em teses acadêmicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

TAVARES, Roseane Moreto. Aspectos psicológicos. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Gente, 1999.

TIBA, Içami. Tornando-se pai na adolescência. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Gente, 1999.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VILLA, A. Marcelo. Sexualidad, Reproduccion y paternidade: una introduccion al analisis de la demanda en las relaciones de genero. In: SILVA, D.de P. M. da Silva (Org). **Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia**. Rio de Janeiro : UERJ, NAPE,1999.

VITIELLO, Nelson. Gravidez na adolescência. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Gente,1999.

VYGOTSKY,L.S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes,1984.

WEREBE, Maria José G. **Sexualidade, política e educação**. São Paulo: Editora Autores Associados,1998.

_____. **A educação sexual na escola**. São Paulo: Moraes Editores,1977.